

Ata n.º 11/2023

do

Conselho Científico da Faculdade de Direito de Lisboa

No dia 22 de novembro de 2023, com início pelas 15:14, teve lugar reunião plenária do Conselho Científico da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, presidida pelo Professor Pedro Barbas Homem e secretariada pela Professora Madalena Perestrelo de Oliveira.

A reunião seguiu a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. Aprovação da ata da reunião anterior;
2. Pessoal docente;
3. Concursos da carreira docente;
4. Licenciatura;
5. Mestrados;
6. Doutoramentos;
7. Pós-doutoramentos;
8. Cooperação;
9. Erasmus e Relações Internacionais;
10. Outros assuntos.

Estiveram presentes na reunião os Professores Miguel Teixeira de Sousa, Maria Fernanda Palma, Luís Menezes Leitão, Fernando Araújo, Vasco Pereira da Silva, Maria João Estorninho, Ana Paula Dourado, Fernando Loureiro Bastos, Sílvia Alves, Pedro Caridade de Freitas, Lourenço Vilhena de Freitas e Miguel Prata Roque.

O Professor Guilherme d'Oliveira Martins foi substituído pelo Professor Renato Gonçalves. O Professor Paulo Sousa Mendes foi substituído pelo Professor José Alberto Vieira. O Professor Dário Moura Vicente foi substituído pelo Professor Diogo Pereira Duarte. A Professora Elsa Dias Oliveira foi substituída pela Professora Maria Raquel Rei. O Professor João Espírito Santo foi substituído pelo Professor Jorge Duarte Pinheiro entre as 16h10 e as 17h.



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

Esteve, ainda, presente na reunião a Diretora, Professora Paula Vaz Freire.

A Professora Maria José Rangel de Mesquita não pôde comparecer na reunião, tendo justificado a falta.

1. Ponto prévio

O Presidente do Conselho Científico agradeceu a presença na sessão de homenagem ao Professor Pedro Romano Martinez e informou que a Família do Professor agradeceu a forma como a sessão foi dirigida.

2. Ponto 1 da Ordem de Trabalhos (Aprovação da ata da reunião anterior)

A ata n.º 9/2023 do Conselho Científico, correspondente à reunião plenária do Conselho Científico de 18 de outubro de 2023, foi aprovada, por unanimidade, por todos os Professores que estiveram presentes nessa reunião.

3. Ponto 2 da Ordem de Trabalhos (Pessoal docente)

3.1. Foi dado conhecimento do pedido de licença sabática apresentado pelo Professor Pedro Barbas Homem para o primeiro semestre do ano letivo de 2024/2025, em relação ao qual o Conselho Científico se pronunciou favoravelmente. Apenas participaram na votação os Professores Catedráticos.

3.2. Foi dado conhecimento do pedido de licença sabática apresentado pelo Professor João Gomes de Almeida para o ano letivo de 2024/2025, em relação ao qual o Conselho Científico se pronunciou favoravelmente.

3.3. Foi dado conhecimento do pedido de licença especial apresentado, ao abrigo do artigo 77.º-A do Estatuto da Carreira Docente Universitária, pela Professora Paula Vaz Freire para o ano letivo de 2024/2025, em relação ao qual o Conselho Científico se pronunciou favoravelmente.

O Conselho Científico aprovou, por unanimidade, um voto de louvor e de reconhecimento pelo trabalho desenvolvido pela Professora Paula Vaz Freire, como

Diretora da Faculdade.

3.4. Foi dado conhecimento do pedido de licença sabática apresentado pela Professora Maria Luísa Duarte para o ano letivo de 2024/2025, em relação ao qual o Conselho Científico se pronunciou favoravelmente. Apenas participaram na votação os Professores Catedráticos.

3.5. Foi dado conhecimento do pedido de licença sabática apresentado pela Professora Isabel Graes para o ano letivo de 2024/2025, em relação ao qual o Conselho Científico se pronunciou favoravelmente.

3.6. Foi dado conhecimento do pedido de licença sabática apresentado pelo Professor Jorge Duarte Pinheiro para o ano letivo de 2024/2025, em relação ao qual o Conselho Científico se pronunciou favoravelmente.

3.7. Foi dado conhecimento do pedido de licença sabática apresentado pelo Professor José Luís Bonifácio Ramos para o primeiro semestre ano letivo de 2024/2025, em relação ao qual o Conselho Científico se pronunciou favoravelmente. Apenas participaram na votação os Professores Catedráticos.

3.8. O Conselho Científico tomou conhecimento do relatório de atividades correspondente ao período de licença sabática dos Professores Daniel Moraes (Anexo 1), Rui Ataíde (Anexo 2), Helena Morão (Anexo 3), Margarida Silva Pereira (Anexo 4) e Hugo Ramos Alves (Anexo 5).

3.9. O Conselho Científico tomou conhecimento do pedido de licença sabática do Professor Daniel Moraes para o primeiro semestre do ano letivo de 2025/2026, tendo remetido a deliberação para momento posterior.

3.10. O Conselho Científico aprovou a Proposta constante do Anexo 6, no sentido de o Professor José Alves de Brito assumir a lecionação das disciplinas de Direito dos Seguros e de Direito Comercial I do Curso de Mestrado em Direito e



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

Ciência Jurídica e do Curso de Doutoramento e concedeu parecer favorável à revogação da licença sabática que se encontrava a gozar no ano letivo de 2023/2024. O Professor Miguel Teixeira de Sousa assinalou a pronta disponibilidade do Professor José Alves de Brito para, sacrificando os seus interesses pessoais em nome dos interesses da Faculdade, assumir a lecionação das referidas disciplinas.

3.11. O Conselho Científico concedeu parecer favorável ao pedido de acumulação de funções docentes do Professor António Brito Neves com as de docente no Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna no ano letivo 2023/2024, desde que não haja prejuízo para o serviço docente da Faculdade.

3.12. O Conselho Científico concedeu parecer favorável ao pedido de acumulação de funções docentes da Professora Tânia Luísa Faria com as de docente na Faculdade de Direito da Universidade Lusófona no ano letivo 2023/2024, desde que não haja prejuízo para o serviço docente da Faculdade.

3.13. O Conselho Científico designou os Professores Miguel Teixeira de Sousa e Paula Costa e Silva para constituírem o júri encarregado da apreciação do *curriculum vitae* e do relatório do Professor João Marques Martins, do Grupo de Ciências Jurídicas, relativos à nomeação definitiva (Anexo 7).

3.14. O Conselho Científico aprovou a renovação do contrato da Professora Sofia Casimiro como Professora Auxiliar Convidada, a 50%, produzindo a renovação efeitos a partir de 27/9/2023 (Anexo 8 e 9).

3.15. O Conselho Científico aprovou a renovação do contrato das Professoras Sandra Lopes Luís e Heloísa Oliveira como Professoras Auxiliares Convidadas, a 70%, produzindo a renovação efeitos a partir de 1/10/2023.

3.16. O Conselho Científico aprovou a renovação do contrato dos Professores Francisco Rocha e Ulisses Gagliano como Professores Convidados, a 70%,

produzindo a renovação do contrato do Professor Francisco Rocha efeitos a partir de 30/09/2023 e do Professor Ulisses Gagliano a partir de 19/02/2024.

4. Concursos da carreira docente;

4.1. A Diretora informou o Conselho que, face aos requisitos da acreditação junto da A3Es existe a necessidade de reforçar a carreira docente, integrando mais pessoas no quadro docente. Por esse motivo, é crítico que a Faculdade contrate Professores Auxiliares, porque são essas contratações que permitem manter e reforçar o ratio entre o número de docentes e de alunos, já que os Professores Auxiliares Convidados não são contabilizados para esse ratio. Atendendo a este pressuposto e em função das disponibilidades financeiras e da variação máxima de 3% da massa salarial, é possível abrir 5 vagas para Professor Auxiliar e 4 vagas para Professor Associado.

O Professor Miguel Prata Roque questionou a planificação que tem sido feita pela Faculdade face ao relatório da A3Es, que estabeleceu o prazo de um ano (até 29 de novembro de 2022) para a Faculdade reforçar o corpo docente doutorado, sob pena de apenas poder receber 550 alunos, em vez de 700 alunos. O Presidente do Conselho Científico esclareceu que a Faculdade todos os anos presta esclarecimentos à agência em relação ao que tem feito anualmente para reforçar a ratio de professores. Quer em 2022, quer em 2023 a acreditação do curso foi prorrogada, pelo que não há risco de ser reduzido o número de vagas. O Professor Miguel Prata Roque voltou a apelar à planificação das contratações, antecipando-se as saídas de Professores por aposentação ou jubilação. A Diretora reafirmou que a Faculdade obteve pronúncia favorável da agência de acreditação, o que permite manter, durante mais um ano, as condições de funcionamento do curso e número de vagas. Se a Faculdade o conseguiu é porque vai demonstrando o percurso e evolução no sentido de preencher os requisitos exigidos pela agência. A Diretora salientou que outra conquista desta Direção foi a atualização das posições salariais dos docentes em função da sua avaliação. Afirmou que apoia a planificação, salientando, por um lado, que nos últimos 4 anos tem havido um ritmo de procedimentos concursais como não tinha acontecido no passado recente. Por outro lado, destacou que importa não comparar realidades que não são comparáveis. Nomeadamente,



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

importa não comparar a Faculdade com outras Escolas em que existiram períodos de 10 anos sem concursos da carreira docente.

O Professor Fernando Loureiro Bastos equacionou a hipótese de criação de uma nova licenciatura, que permitisse reforçar o quadro de docentes. O Presidente do Conselho Científico notou a dificuldade de abrir um curso que ainda não seja objeto de lecionação na Universidade de Lisboa e o Professor Menezes Leitão corroborou a ideia de que não devem ser criadas licenciaturas que não oferecem saídas profissionais aos estudantes.

4.2. A Professora Ana Paula Dourado sugeriu que na próxima formação do Conselho Científico os critérios para definir que tipo de vagas são abertas nos concursos da carreira docente sejam objeto de reunião ad hoc ou de comissão especialmente criada para esse propósito. Assim se consegue ponderar adequadamente os vários interesses – dos docentes, da Faculdade e dos grupos – o que requer uma discussão de maior fôlego do que aquela que é possível nas normais reuniões do Conselho Científico.

4.3. Foi aprovada, por unanimidade, por todos os Professores com direito de voto, a Proposta de Edital, constante do Anexo 10 ao presente extrato de ata, para 1 (um) lugar de Professor Auxiliar, no Grupo de Ciências Histórico-Jurídicas, com a indicação dos respetivos membros do júri.

4.4. Foi aprovada, por unanimidade, por todos os Professores com direito de voto, a proposta de Edital, constante do Anexo 11 ao presente extrato de ata para 3 (três) Professores Auxiliares, no Grupo de Ciências Jurídico-Políticas, com a indicação dos respetivos membros do júri.

4.5. O Professor Miguel Teixeira de Sousa apresentou a proposta de constituição de júri para o concurso para Professor Associado no Grupo de Ciências Jurídicas. O Professor José Alberto Vieira apelou à rotatividade dos Professores que integram os júris e a que os critérios para que os Professores integrem os júris sejam discutidos no Conselho Científico. O Presidente do Conselho Científico afirmou que

esse tema, para ser discutido no Conselho, deverá ser agendado para que todos os membros do Conselho se preparem para essa discussão. Aderindo à observação do Professor Miguel Prata Roque, notou que essa tarefa deverá ficar para a nova composição do Conselho Científico. O Professor Jorge Duarte Pinheiro afirmou, por um lado, que nos concursos para Professores Associados e Auxiliares os júris não têm de ser compostos exclusivamente por Professores Catedráticos. Por outro lado, afirmou a necessidade de todos os grupos científicos participarem no esforço de cumprimento da ratio entre Professores e Alunos, exigida pela agência de acreditação.

4.6. A Professora Fernanda Palma questionou se havia preocupação com a paridade de género em todos os júris e notou que a Faculdade se mantém diferente de outras Faculdades públicas, por não abrir concursos específicos, com júris especializados na área de jurídico-criminais.

4.7. Foi debatida a adequação e legalidade de serem consideradas as qualidades pedagógicas nos concursos para Professor Auxiliar.

4.8. Foi aprovado, por maioria dos Professores com direito de voto, a proposta de Edital, constante do Anexo 12 ao presente extrato de ata, para contratação de 3 (três) Professores Associados, no Grupo de Ciências Jurídicas, com a indicação dos respetivos membros do júri.

Votaram contra os Professores José Alberto Vieira e Luís Menezes Leitão. Os Professores Jorge Duarte Pinheiro e Ana Paula Dourado abstiveram-se

O Professor Luís Menezes Leitão votou contra porque foi aprovada a rotatividade entre Professores Catedráticos na integração de júris, que neste concurso não foi integralmente respeitada.

O Professor Jorge Duarte Pinheiro absteve-se porque, apesar de não ver qualquer problema na composição do júri, a proposta não foi submetida à aprovação de todo o grupo de Professores, mas apenas aos Professores Catedráticos.

5. Ponto 4 da Ordem de Trabalhos (Licenciatura)

A Diretora informou o Conselho que os exames serão realizados em regime de anonimato. Quando os alunos suscitaram a questão não havia meios técnicos para o assegurar, mas com a direção do Professor Pedro Romano Martinez foram adquiridos esses meios, com investimento considerável por parte da Faculdade. Recentemente houve uma manifestação do Conselho Pedagógico no sentido de ser implementado o regime do anonimato. A Direção foi consultada para apurar se havia condições técnicas para tal e pronunciou-se favoravelmente. No segundo semestre do ano passado foi feita uma experiência piloto na unidade curricular de Direitos Fundamentais. Os resultados foram analisados pelo Conselho Pedagógico, que deliberou avançar para o regime de realização de exames em regime de anonimato.

A Diretora explicou a forma com funcionarão os exames em regime de anonimato. Quando o aluno faz a inscrição no exame, o Fénix gera uma chave alfanumérica, que será diferente para cada unidade curricular. No caso de o aluno escrever no exame qualquer elemento que o identifique a consequência será a anulação. Embora o Conselho Pedagógico se tenha pronunciado no sentido de estas regras se aplicarem também ao Mestrado em Direito e Prática Jurídica, ainda não há certeza de que existam condições técnicas para tal. O regime de anonimato não se aplicará aos alunos em regime de mobilidade, uma vez que é frequente a forma de avaliação destes alunos ter mais plasticidade.

O Professor Fernando Loureiro Bastos questionou de que forma se controla que a pessoa que utiliza o código alfanumérico é o aluno inscrito. A Diretora esclareceu que haverá uma lista que deve ser assinada no fim do exame.

A Professora Ana Paula Dourado afirmou que tem experiência com anonimato no mestrado e que funciona muito bem. O Professor Pedro Caridade de Freitas notou a importância de assegurar o anonimato também nos recursos de exame.

O Professor Luís Menezes Leitão questionou se o regime adotado não corre o risco de aumentar a burocratização da avaliação e questiona se não haveria formas mais simples de conseguir o mesmo resultado.

6. Ponto 5 da Ordem de Trabalhos (Mestrados)

6.1. Foram aprovados, por unanimidade, os mapas de constituição de júri constantes dos Anexos 13 a 18.

6.2. Foram aprovados, por unanimidade, os requerimentos de alteração do orientador constantes dos Anexos 19 a 25.

6.3. Foi aprovado, por unanimidade, o requerimento de alteração de tema constante do Anexo 26.

6.4. Foram aprovados, por unanimidade, os requerimentos de admissão à segunda fase do Mestrado em Direito e Prática Jurídica constantes do Anexo 27.

6.5. Foram aprovados, por unanimidade, os requerimentos de admissão à segunda fase do Mestrado em Direito e Prática Jurídica constantes dos Anexos 28 a 30.

6.6. Foram aprovados, por unanimidade, os mapas de alteração de júri constantes dos Anexos 31 a 33.

6.7. Foi apresentado ao Conselho Científico o relatório estatístico sobre o desempenho académico na parte escolar (ano letivo 2022/2023) de alunos inscritos no curso de Mestrado em Direito e Ciência Jurídica e Doutoramento, constante do Anexo 34.

6.8. O Conselho Científico, por unanimidade, concedeu parecer favorável à entrega da tese de Doutoramento de Gonçalo Sousa antes de decorrido o prazo de 33 meses regulamentarmente previsto.

7. Ponto 6 da Ordem de Trabalhos (Doutoramentos)

7.1. Foi aprovado, por unanimidade, o requerimento de elaboração da dissertação de Doutoramento em regime de coorientação, nos termos constantes do

u
7

Anexo 35.

7.2. Foi aprovado, por unanimidade, o mapa de constituição de júri de Doutoramento constante do Anexo 36.

7.3. O Conselho Científico tomou conhecimento do requerimento de cotutela internacional constante do Anexo 37, para posterior apreciação em detalhe.

8. Ponto 9 da Ordem de Trabalhos (Erasmus e Relações Internacionais)

8.1. O Conselho Científico tomou conhecimento do relatório de atividades do Gabinete Erasmus e Relações Internacionais referente ao ano letivo 2022/2023, constante do Anexo 38.

8.2. O Professor Vasco Pereira da Silva recordou várias das atividades do Gabinete Erasmus e Relações Internacionais, entre as quais se destacam as ELPIS / US Law Schools – Transatlantic Legal Lectures, que são conferências com Professores dos dois lados do Atlântico.

Em relação às aulas, este ano letivo existiram 41 subturmas Erasmus. Houve cerca de 30 disciplinas com pelo menos uma disciplina em inglês, revelando que a decisão da Direção de cada professor se voluntariar para dar aulas em inglês funcionou bem.

Em complemento, têm decorrido os cursos intensivos organizados pelo Gabinete Erasmus. Este ano letivo 26 Professores convidados lecionam 10h de uma disciplina de Direito Comparado ou de Direito Europeu para alunos nacionais e Erasmus. Estes cursos concedem aos nossos estudantes nacionais uma dimensão sem fronteiras no seu CV e juntam-nos com alunos Erasmus, o que tem corrido muito bem.

No quadro das atividades gerais, decorreram dois grandes eventos, com relevância para a internacionalização da Faculdade. O Grupo Jean Monnet, conjuntamente com a Universidade de Granada e Universidades Italianas, elaborou uma carta sobre o futuro da União Europeia, que entregou à Comissão Europeia. Do ponto de vista da dimensão internacional da Faculdade, foi um momento

h
S

importante.

Também foi importante a conferência do SIPE em Portugal. O Professor Vasco Pereira da Silva recordou o plano da conferência e informou o Conselho que será editado um livro com as conferências de Lisboa.

Do ponto de vistas dos grupos internacionais, o Gabinete Erasmus encontra-se envolvido em redes europeias e em redes americanas. Através dos bons ofícios da Faculdade, foi possível criar redes entre estas redes, com a integração da Sui Juris e da ELFA no ELPIS

8.3. Por proposta do Presidente do Gabinete Erasmus e Relações Internacionais o Conselho Científico aprovou, por unanimidade, um voto de louvor a toda a equipa do Gabinete.

9. Ponto 8 da Ordem de Trabalhos (Cooperação)

9.1. O Professor Fernando Loureiro Bastos informou o Conselho sobre as atividade de cooperação. Em particular:

I. Guiné-Bissau

1. O Ministro dos Negócios Estrangeiros visitou a Faculdade de Direito de Bissau, o que reflete um excelente reconhecimento da atividade de cooperação desenvolvida com a coordenação científica e pedagógica da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

2. Existe a proposta de ser criado um Mestrado em Mestrado em Administração Pública na Faculdade de Direito de Bissau.

II. Moçambique.

Foi concedido financiamento pelo Instituto Camões para atividade de cooperação académica com a Universidade Eduardo Mondlane, a Universidade Zambeze e a Universidade do Save para o final do ano de 2023 e para o ano de 2024. O Instituto Camões entendeu que é possível fazer-se uma proposta para dois anos de financiamento, o que significa que em 2024 será possível propor-se atividade para 2025 e 2026.

III. Goa

1. Está em estudo um novo projeto de cooperação para Goa, com 3 entidades com quem a Faculdade tem protocolo.
2. Estão na Faculdade 5 Professores do Kare College of Law para um workshop sobre o sistema de direitos humanos na Ásia (com financiamento do LPL Research Centre). O Professor Fernando Loureiro Bastos salientou a importância deste diálogo.

Por fim, o Professor Fernando Loureiro Bastos deu nota que no dia 20 de dezembro terá lugar uma conferência sobre os 30 anos da lei básica de Macau, com a presença de professores vindos da Faculdade de Direito da Universidade de Macau.

9.2. O Conselho Científico aprovou, por unanimidade, um voto de louvor ao Gabinete da Cooperação, pelas atividades desenvolvidas.

10. Ponto 10 da Ordem de Trabalhos (Outros assuntos)

O Professor Miguel Prata Roque apresentou o trabalho desenvolvido pela Comissão para a Internacionalização da Produção Científica e o relatório de atividades constante do Anexo 38.

Salientou que existem excessivas solicitações aos docentes para preenchimento de questionários, pelo que tem estado a trabalhar no sentido de se extrair a informação sobre internacionalização das bases de dados ciência vitae e ORCID. Notou a necessidade de os docentes manterem os perfis atualizados e em acesso aberto.

A Comissão tem divulgado, 3 vezes por ano, a concessão de apoios à tradução, mas os pedidos de tradução têm sido poucos. Notou a necessidade de se refletir sobre a compatibilização dos vários apoios, porque há centros de investigação que também financiam a tradução. Considera que mais importante do que contribuir para traduções é apoiar a internacionalização, nomeadamente por via da identificação de revistas que estão no scopus, que têm peer review e, portanto, que



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

são avaliáveis do ponto de vista da FCT. É importante que os docentes saibam onde publicar e que critérios têm de cumprir para passarem no processo de peer review. São necessários Técnicos Superiores especializados nesta área, que nos ajudem no esforço de internacionalização.

Concluiu afirmando que o Relatório é pouco representativo devido ao reduzido número de docentes responderam e notou, em particular, que apenas 10% dos assistentes responderam ao questionário.

Em nome do Conselho, o Presidente do Conselho Científico felicitou a Comissão pelas atividades desenvolvidas.

A Professora Ana Paula Dourado notou a necessidade de existir um departamento ou comissão que faça a ligação com os centros de investigação.

11. Encerramento

O Presidente do Conselho Científico deu por encerrada a sessão pelas 18:15.

O Presidente do Conselho Científico

(Professor Pedro Barbas Homem)

A Secretária do Conselho Científico

(Professora Madalena Perestrelo de Oliveira)

Relatório sobre Licença Sabática

FACULDADE DE DIREITO	
ENTRADA	☒
SAÍDA	☐
Proc. Nº	
Dia 22	Mês 11 Ano 2023
Assin:	

Nos termos do artigo 77.º, n.º 4 do ECDU, Daniel de Bettencourt Rodrigues Silva Moraes, docente do grupo de Ciências Jurídicas, vem por este meio informar o Conselho Científico da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa de que, durante a licença sabática que lhe foi concedida no primeiro semestre do ano letivo de 2021/2022, realizou os seguintes trabalhos de investigação:

- a) Elaboração de um projeto científico e pedagógico sobre os conteúdos, métodos de ensino e bibliografia de uma disciplina na área de Direito dos Transportes, apresentado a concurso para Professor Associado.
- b) Preparação de uma coletânea de estudos em Direito das Sucessões, com estudos já publicados e com alguns estudos inéditos, entretanto publicada: Moraes, Daniel, *Direito das Sucessões e Direito da Família: eternas questões, respostas atuais*, Lisboa, AAFDL, 2023.
- c) Preparação de estudo na área de Direito Internacional privado, relacionado com a aplicação do Regulamento Europeu de Sucessões (Regulamento n.º 650/2012), entretanto publicado: Daniel de Bettencourt Rodrigues Silva Moraes, “A escolha de lei tácita: alguns problemas”, *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (Homenagem ao Professor José de Oliveira Ascensão)*, LXIV, n.º 1, Tomo 1, 2023, pp. 467-495.
- d) Preparação de estudo de estudo em matéria de Direito dos Transportes, entretanto publicado: Moraes, Daniel, “A tutela do passageiro/consumidor no transporte rodoviário e ferroviário”, in AA.VV., *Estudos de Direito do Consumo*, Vol. II, Rui Paulo Coutinho de Mascarenhas Ataíde / Francisco Rodrigues Rocha / Vítor Palmela Fidalgo (coordenação), Coimbra, Almedina, 2023, pp. 441-474.

Lisboa, 22 de Novembro de 2023

(Daniel de Bettencourt Rodrigues Silva Moraes)

Exmo. Senhor
Presidente do Conselho Científico da Faculdade de Direito
Da Universidade de Lisboa

Rui Paulo Coutinho de Mascarenhas Ataíde, Professor Auxiliar do Grupo de Ciências Jurídicas, beneficiou de licença sabática no 2º semestre do ano lectivo de 2020/2021, concedida ao abrigo do nº 2 do artigo 77º do DL n.º 205/2009, de 31 de Agosto, para efeitos de realização de trabalhos de investigação jurídica.

Deste modo, nos termos do artigo 77º, n.º 4, do DL n.º 205/2009, de 31 de Agosto, vem apresentar ao Conselho Científico da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, relatório comprovativo das actividades de investigação desenvolvidas durante o referido período de dispensa de serviço docente.

Lisboa, 20 de Novembro de 2023



(Rui Paulo Coutinho de Mascarenhas Ataíde)

RELATÓRIO DOS TRABALHOS E ACTIVIDADES DE INVESTIGAÇÃO
DESENVOLVIDOS DURANTE A LICENÇA SABÁTICA CONCEDIDA NO 2.º
SEMESTRE DO ANO LECTIVO DE 2020/2021 (artigo 77º, n.º 4, do DL n.º 205/2009, de 31
de Agosto)

Artigos elaborados para publicações científicas periódicas:

“Os danos punitivos”, Revista de Direito da Responsabilidade.

Acessível em: <https://revistadireitoresponsabilidade.pt/2021/os-danos-punitivos-rui-ataide>

“Concurso de imputações no âmbito dos acidentes de viação. Os riscos próprios do veículo e o facto do lesado, culposos ou meramente causais”, Revista de Direito Civil, Ano VI (2021), 2, pp. 319-341.

“Modelos convencionais de regulação e distribuição do risco contratual. Em especial, as cláusulas hardship”, Revista de Direito Civil, Ano VI (2021), 1, pp. 63-84=*Models available to parties to regulate and distribute contractual risk. Hardship clauses in particular*, CIDP Research Paper N.º 22/2022, OCTOBER 2022.

Organização de Cursos de Pós-graduação

V Curso de Pós-Graduação em Digital Services | Direito dos Serviços Digitais, organizado pelo IDC – Associação para o Estudo do Direito do Consumo da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, entre Janeiro e Junho de 2022

I Curso de Pós-Graduação em “Direito da Responsabilidade Civil”, organizado pelo Centro de Investigação de Direito Privado da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, entre Outubro de 2021 e Junho de 2022.

Conferências (preparação)

- Conferência sobre «*Danos punitivos*», V Jornadas Luso-Brasileiras de Responsabilidade Civil, organizadas pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, em 4 e 5 de Novembro de 2021.
- Conferência sobre “*Redacção da apólice e cláusulas abusivas*”, realizada no dia 3 de Novembro de 2021, no IV Curso de Pós-Graduação em Direito dos Seguros, organizado pelo Centro de Investigação de Direito Privado (CIDP) da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.
- Conferência sobre “*Responsabilidade civil de terceiros por violação dos direitos de crédito*”, realizada no dia 3 de Novembro de 2021, no I Curso de Pós-Graduação em Direito da Responsabilidade Civil, organizado pelo Centro de Investigação de Direito Privado (CIDP) da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.
- Conferência sobre “*Empreitada de bens imóveis e relações de consumo*”, realizada no dia 21 de Outubro de 2021, no II Curso de Pós-Graduação em Direito Imobiliário, organizado pelo Centro de Investigação de Direito Privado (CIDP) da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.-
- Conferência sobre “*Concessionários de auto-estradas*”, no I Curso Avançado de Seguro Automóvel, organizado pela AIDA Portugal, no dia 9 de Junho de 2021.

Orientação de Teses de Mestrado

Albino Chissola Canjongo, na área de Ciências Jurídico-Civis, com a dissertação intitulada “O Dano da Perda de Chance na Responsabilidade Civil Médica em Angola”, na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa/Faculdade de Direito da Universidade José Eduardo dos Santos.

Ana Maria de J. H. Nunda, na área de Ciências Jurídico-Civis, com a dissertação intitulada “A responsabilidade civil médica por violação do consentimento informado”, na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa/Faculdade de Direito da Universidade José Eduardo dos Santos.

Preparação da publicação de materiais didácticos actualizados

Direito dos Contratos – Comodato. Mútuo. Mandato. Depósito, Coimbra, Gestlegal, 2022.

Direito das Obrigações, Volume I – *Introdução. Conceito e características. Modalidades. Fontes das obrigações*, Coimbra, Gestlegal, 2022.

Direito dos Contratos II – Depósito, AAFDUL (Associação Académica da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa), Lisboa, 2021.

D

L

Relatório sobre Licença Sabática

Nos termos do n.º 4 do artigo 77.º do ECDU, informo o Conselho Científico de que, durante a licença sabática do segundo semestre do ano lectivo 2020-21, realizei os seguintes principais trabalhos de investigação:

a) Concepção e coordenação de projecto internacional de investigação, constituição da respectiva equipa de investigação e início do correspondente seminário permanente mensal no Centro de Investigação em Direito Penal e Ciências Criminais. Os resultados científicos desta investigação constam da obra colectiva que organizei em língua inglesa *Fairness in Criminal Appeal – A critical and interdisciplinary analysis of the ECtHR case-law*, Springer, Cham, 2023, publicada, em edições *hardback* e *ebook*, por uma editora internacional classificada com A+ pela Universidade de Lisboa, e disponível para *download* em <https://link.springer.com/book/10.1007/978-3-031-13001-4>, através, nomeadamente, da biblioteca da Faculdade, contando já com mais de 1500 acessos e duas recensões críticas de colegas estrangeiros;

b) Elaboração de projecto científico e pedagógico sobre os conteúdos, métodos de ensino e bibliografia de uma disciplina da área das Ciências Jurídico-Criminais, apresentado a concurso para Professor Associado.

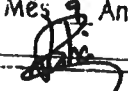
Tratou-se de uma licença sabática parcial, não no sentido do seu carácter semestral, mas no de ter sido efectivamente conjugada com a manutenção de actividade pedagógica significativa, apenas a primeira por opção da signatária, nomeadamente: i) leccionação da unidade curricular de Direito Penal II, no mestrado em Direito e Ciência Jurídica; ii) prestação de serviço de exames de recurso nas unidades curriculares de Direito Penal III (licenciatura) e de Direito Processual Penal II (mestrado em Direito e Prática Jurídica), em virtude da decisão da Directora de realizar esta época de exames apenas a meio do segundo semestre, atendendo ao contexto pandémico; iii) participação em duas provas de doutoramento, uma na qualidade de arguente, e em várias provas de mestrado, apesar de não urgentes e do elevado número de orientações que tinha em curso, por conveniência dos presidentes de júri.

Realço ainda que a sobrecarga pedagógica dos docentes da área jurídico-penal impede que projectos de investigação como o primeiro referido sejam compatíveis com a actividade académica corrente, o que, além da carreira dos próprios docentes, prejudica, desde logo, a avaliação científica da Universidade de Lisboa, da Faculdade de Direito e dos seus Centros de Investigação.

27 de Julho de 2023,



(HELENA MORÃO)

FACULDADE DE DIREITO	
ENTRADA	☒
SAÍDA	☐
Proc. Nº	
Dia 11 Mês 9 Ano 13	
Assin: 	

Exmo. Senhor Presidente do Conselho Científico

Professor Doutor Pedro Barbas Homem,

Assunto: dispensa sabática semestral: atividade desenvolvida

Tendo gozado dispensa sabática no 2.º semestre de 2020/2021, venho comunicar ao Conselho Científico que a mesma foi utilizada na preparação de matérias de Igualdade, Direito da Família e Procriação Medicamente Assistida.

1. Procedi à elaboração da 4.ª edição do livro Direito da Família (atualizado e aumentado)
2. Elaborei estudos publicados na Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (LLR).

Assim, foram publicados nesta Revista

- "O estigma do adultério no Livro das Sucessões e a consequente vulnerabilidade (quase sempre feminina) dos inocentes. A propósito do Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 28 de março de 2019" (Vol. 62, Nº. 1, 2, 2021 (Exemplar dedicado a: Vulnerabilidade(s) e Direito), págs. 733-769).
- "Arguição da tese de doutoramento de Adelino Manuel Muchanga sobre «A Responsabilidade Civil dos Cônjuges entre si por Violação dos Deveres Conjugais»" (Vol. LXII N.º 2, 2021, págs. 829-843).
- "Ainda sem Direito à Identidade. As Crianças na Gestação de Substituição segundo a (incompleta) Lei n.º 90/2021, de 16 de dezembro" (Ano LXIII, 2023, Número I, Tomo 3, págs. 1550-1600).

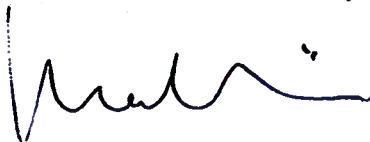
3. Depois de submetida a *blind peer review*, encontra-se no prelo da Revista *Lex familiae* uma outra publicação sobre a temática da PMA/GS, a ser publicada durante o presente ano civil.

4. A investigação sobre jurisprudência do TEDH e sobre as questões do Direito da Igualdade determinou um convite a participar em obra coletiva, com o seguinte estudo:

- “A indiferença à discriminação indireta e interseccional em jurisprudência do TEDH. Mulher, pobre, em agregado monoparental. O caso Garib c. Países Baixos”, AA.VV., Direitos Humanos das Mulheres, org. Margarida Medina Martins, Mariana Cunha e Paulo Pinto de Albuquerque, Editora Universidade Católica, 2022, pp. 495-514.

5. Foram estabelecidos contactos com investigadores de Universidades portuguesas e estrangeiras com vista à melhor preparação de um estudo sobre procriação medicamente assistida, o qual será publicado até final deste ano civil.

Faculdade de Direito, 6 de setembro de 2023



Margarida Silva Pereira



Exmo. Senhor
Presidente do Conselho Científico da
Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

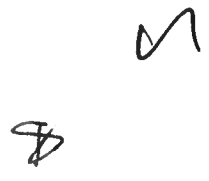
Hugo Ramos Alves, Professor Auxiliar do Grupo de Ciências Jurídicas, gozou de licença sabática no ano letivo 2023/2023, ao abrigo do n.º 1 do artigo 77.º do Estatuto da Carreira Docente Universitária. Este período de licença sabática, cuja concessão se agradece, foi utilizado para efeitos de elaboração de trabalhos científicos, cuja realização era incompatível com a manutenção das tarefas escolares correntes, conforme previsto no artigo 77.º, número 1 *in fine* do Estatuto da Carreira Docente Universitária.

Terminada a licença sabática, e em cumprimento do disposto no n.º 4 do artigo 77.º do Estatuto da Carreira Docente Universitária, vem o signatário apresentar ao Conselho Científico os resultados do seu trabalho.

Durante o período sabático, o signatário centrou a sua investigação no Direito dos Transportes, *maxime* no Direito Aéreo, sendo de destacar a publicação da 2.ª edição de *Direito Aéreo* (atualmente, em fase de revisão de provas), a qual terá uma versão mais sintética no Brasil, focada no regime internacional da disciplina: *Introdução ao Direito Aéreo* (atualmente, em fase de revisão de provas).

Merece igualmente destaque a publicação de uma pequena monografia sobre desconsideração da personalidade jurídica das sociedades comerciais em abril de 2023, bem como a edição de uma obra coletiva sobre Direito dos Negócios em África: *Estudos sobre a OHADA III*, em fevereiro de 2023, no seguimento do término das funções enquanto Assessor Científico da Faculdade de Direito de Bissau. Não obstante, e de modo a evitar a concentração de esforços numa única área de investigação, foram ainda realizados trabalhos na área do Direito do Consumo e do Direito Comercial Geral.

Assim, durante o período de licença sabática foram publicados (ou encontram-se no prelo) os seguintes trabalhos:



I – Monografias

Sobre a desconsideração da personalidade jurídicas das sociedades comerciais, Lisboa, AAFDL, 2023 (350 pp)

Direito Aéreo, 2.^a ed., Lisboa, AAFDL, 2023 (830 pp.) [no prelo]

Introdução ao Direito Aéreo, Belo Horizonte (Edições D'Plácido), 2023 (350 pp) [no prelo]

II – Edição de obras coletivas

Boletim da Faculdade de Direito de Bissau 10, Lisboa, AAFDL, 2022 (403 pp).

Estudos sobre a OHADA III, Lisboa, AAFDL, 2023 (414 pp).

III- Compilações legislativas

Legislação de Direito Comercial, 6.^a ed., Lisboa, AAFDL, 2022 (com M. Januário da Costa Gomes).

Código de Processo Civil e Legislação complementar da Guiné-Bissau, 2.^a ed., Lisboa, AAFDL, 2022.

IV – Artigos

Direito Aéreo: uma evolução em 3 atos, in *Direito aeronáutico*, Vol. II, Belo Horizonte, Edições D'Plácido, 2022, pp. 25-52.

Em tema de penhor rotativo, in *Boletim da Faculdade de Direito de Bissau 10*, AAFDL, 2022, pp. 153-183.

El contrato de transporte aéreo en un contexto pandémico: una panorámica portuguesa, in *El derecho mercantil y la pandemia: algunos problemas del pasado, la crisis coyuntural y las perspectivas futuras – Libro homenaje a Agustín Madrid Parra*, Corunha: Ediciones Colex, 2023, pp. 831-847.

A desconsideração da personalidade coletiva em Oliveira Ascensão, in *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa* 64 (2023), pp. 931-962.

Ainda sobre o Despacho-Sentença n.º 518/19, de 23 de Dezembro de 2019, in Revista Angolana de Legislação e Jurisprudência II, 1, 2023, pp. 193-211.

Sobre a categoria “intermediário de comércio” no ato uniforme de direito comercial geral, in Estudos sobre a OHADA III, AAFDL, 2023, pp. 97-147.

Consumer Law, para Tratado de Direito do Ambiente - III / Treatise on Environmental Law – III [no prelo].

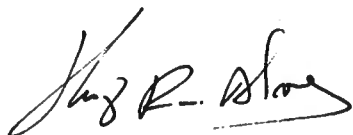
Responsabilidade por facto de outrem: o particular caso da responsabilidade do transportador aéreo pelos atos do operador de assistência em escala, para Temas de Direito dos Transportes de Moçambique [no prelo].

Sobre a desejável uniformização do Direito dos Transportes, para os Estudos em homenagem ao Professor Doutor António Pinto Monteiro [no prelo]

Sobre o potencial aplicativo de Smart contracts em sede de direitos dos passageiros aéreos, para Liber Amicorum Mário Frota [no prelo].

Guinea-Bissau (com Fernando Loureiro Bastos e Gabriel Umabano), para a Elgar Encyclopedia of International Economic Law [no prelo]

Com saudações académicas,



Lisboa, 22 de agosto de 2023



Proposta

O recente falecimento do Senhor Prof. Pedro Romano Martinez tornou necessária a atribuição da leccionação das Disciplinas de Direito dos Seguros e de Direito Comercial I do Curso de Mestrado em Direito e Ciência Jurídica e do Curso de Doutoramento a um outro Docente. Por esta razão, propõe-se que a leccionação dessas Disciplinas seja atribuída ao Senhor Prof. José Alves de Brito.

Uma vez que o Senhor Prof. José Alves de Brito se encontra no gozo de uma Licença Sabática que lhe foi atribuída para todo o presente ano lectivo, propõe-se também a revogação, por conveniência de serviço, da referida Licença.

Cabe assinalar a pronta disponibilidade do Senhor Prof. José Alves de Brito para, sacrificando os seus interesses pessoais em nome dos interesses da Faculdade, assumir a leccionação das referidas Disciplinas.

Lisboa, 16 de Novembro de 2023

Pelo Grupo de Ciências Jurídicas



Carta de Aceite de Coorientação
Doutorado Acadêmico em Direito Constitucional

Doutorando(a): **Gláucia Pompeu Silva**

RA: 2214056

E-mail: vladiapompeu@vanoo.com.br

Celular: (61) 99134.1616

Título da Tese: DIREITO E MORAL, o resgate entre o normativo e o especulativo.

Orientador(a): **Min. Gilmar Mendes**

E-mail: carla.zottmann@stf.jus.br joao.santos@idp.edu.br paulo.maia@stf.jus.br

Celular: (61) 99209.0807 (61) 98131.8275

Coorientador(a): **Arnaldo Sampaio de Moraes Godoy**

E-mail: asmgodoy@gmail.com

Celular: (61) 98266.5109

Filiação institucional: Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo-USP

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2987368350054932>

Termos de aceite

São os termos que regulam a Coorientação de Tese no Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Direito do IDP (Doutorado)

- a) A coorientação é o acompanhamento voluntário e facultativo de discente por professor(a) doutor(a) ou mestre que integre ou não o corpo docente do PPGD/IDP e que possui conhecimentos específicos na área de pesquisa do discente;
- b) A coorientação não é uma atividade remunerada ao professor;
- c) O professor coorientador não poderá participar no exame de qualificação ou na banca de defesa na condição de avaliador do trabalho e não assinará as atas nessa condição;
- d) O coorientador se compromete a zelar, juntamente com o orientador, pela observância dos prazos peremptórios a serem cumpridos pelo discente, em especial:

PRAZO DE ENTREGA (Máximo)	ATIVIDADE
28/05/2024	Depósito do Projeto de Qualificação e Agendamento de Banca de Qualificação
28/06/2024	Exame de Qualificação (data máxima)
20/11/2024	Depósito da Tese e Agendamento de Banca de Defesa (improrrogável)
20/12/2024	Defesa da Tese (improrrogável)

idp

SGAS Quadra 607 - Módulo 49
Via L2 Sul, Brasília, DF
CEP 70.500-000
(61) 3535-6700

As partes abaixo assinadas declaram ciência e anuência dos termos de coorientação do trabalho realizado
pelo Mestrando(a)/Doutorando(a) no curso.

Brasília, 26 de janeiro de 2023.

Mestrando(a)

Orientador(a)

Coorientador(a)

ARNALDO
SAMPAIO DE
MORAES
GODOY:44404522
991

Assinado de forma
digital por ARNALDO
SAMPAIO DE MORAES
GODOY:44404522991
Dados: 2023.01.26
20:01:43 -03'00'

Miguel Teixeira de Sousa / Dário Moura Vicente



5

Parecer

Atendendo à qualidade do serviço lectivo prestado em várias Disciplinas dos 1.º e 2.º Ciclos e, conforme documento em anexo, à leccionação e à coordenação de Cursos de Pós-Graduação, às conferências leccionadas e organizadas, às publicações e coordenações de publicações e às provas de Mestrado em que participou desde a anterior renovação, propomos a renovação do contrato da Senhora Doutora SOFIA DE VASCONCELOS CASIMIRO como Professora Auxiliar Convidada da Faculdade de Direito de Lisboa.

Mais se propõe que se mantenha a contratação a 50% e que a renovação produza efeitos a partir de 27/9/2023.

Lisboa, 17 de Novembro de 2023



(Miguel Teixeira de Sousa)



(Dário Moura Vicente)

Paula Sofia de Vasconcelos Casimiro

Atividades desenvolvidas na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

desde o ano letivo de 2017-2018 até ao final do ano letivo de 2022-2023

na qualidade de Professora Auxiliar Convidada

I. Atividades de docência na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa**a) 1.º ciclo de estudos (Licenciatura em Direito)**

- Regente da unidade curricular optativa Direito da Sociedade da Informação, do 4.º ano da licenciatura, no 2.º semestre do ano letivo 2022-2023, nas turmas de dia.
- Docente da unidade curricular Direito da Família, no 1.º semestre do ano letivo 2022-2023, do 2.º ano da licenciatura, sob a regência da Senhora Prof.^a Doutora Margarida Silva Pereira, na turma A da noite (TAN).
- Docente da unidade curricular Direito das Sucessões, no 2.º semestre do ano letivo 2021-2022, do 2.º ano da licenciatura, sob a regência da Senhora Prof.^a Doutora Margarida Silva Pereira, na TAN.
- Regente da unidade curricular Direito da Família, no 1.º semestre do ano letivo 2021-2022, do 2.º ano da licenciatura, na TAN.
- Docente da unidade curricular Direito das Sucessões, no 2.º semestre do ano letivo 2020-2021, do 2.º ano da licenciatura, sob a regência do Senhor Prof. Doutor Daniel Morais, na TAN.
- Docente da unidade curricular Direito da Família, no 1.º semestre do ano letivo 2020-2021, do 2.º ano da licenciatura, sob a regência do Senhor Prof. Doutor Daniel Morais, na TAN.
- Docente da unidade curricular Direito das Sucessões, no 2.º semestre do ano letivo 2019-2020, do 2.º ano da licenciatura, sob a regência da Senhora Prof.^a Doutora Margarida Silva Pereira, na TAN.
- Docente da unidade curricular Direito da Família, no 1.º semestre do ano letivo 2019-2020, do 2.º ano da licenciatura, sob a regência da Senhora Prof.^a Doutora Margarida Silva Pereira, na TAN.
- Docente da unidade curricular Direito das Sucessões, no 2.º semestre do ano letivo 2018-2019, do 2.º ano da licenciatura, sob a regência da Senhora Prof.^a Doutora Margarida Silva Pereira, na TAN.
- Docente da unidade curricular Direito da Família, no 1.º semestre do ano letivo 2018-2019, do 2.º ano da licenciatura, sob a regência do Senhor Prof. Doutor Daniel Morais, na TAN.
- Docente da unidade curricular Direito das Sucessões, no 1.º semestre do ano letivo 2017-2018, do 2.º ano da licenciatura, sob a regência do Senhor Prof. Doutor Daniel Morais, na TAN.

8 M

- Docente da unidade curricular Direito da Família, no 1.º semestre do ano letivo 2017-2018, do 2.º ano da licenciatura, sob a regência do Senhor Prof. Doutor Daniel Morais, na TAN.

b) 2.º ciclo de estudos (Mestrado em Direito e Ciência Jurídica)

Docente da unidade curricular Introdução à Metodologia da Investigação Científica, no ano letivo 2017-2018.

c) Pós-graduações e cursos promovidos pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa ou promovidos no âmbito das suas atividades de cooperação internacional

- Docente do módulo “Artificial Intelligence and Regulation”, em setembro de 2023, no âmbito do curso pós-graduado *AI in legal practice and its regulation*, promovido pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (FDUL).

- Docente do módulo “Artificial Intelligence and Regulation”, em outubro de 2022, no âmbito do curso pós-graduado *AI in legal practice and its regulation*, promovido pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (FDUL).

- Docente, em outubro de 2021, no XIV Curso de Pós-Graduação *Diploma in Civil Law*, promovido conjuntamente pelo V. M. Salgãocar College of Law e pela FDUL, sendo o curso ministrado à distância para alunos de Goa, do V. M. Salgãocar College of Law, em Panaji.

- Docente, em janeiro de 2020, no XIII Curso de Pós-Graduação *Diploma in Civil Law*, promovido conjuntamente pelo V. M. Salgãocar College of Law e pela FDUL, sendo o curso ministrado em Goa, nas instalações do V. M. Salgãocar College of Law, em Panaji.

- Cooordenadora do Curso Avançado em Direito da Cibersegurança e do Ciberespaço promovido, em 2018, no âmbito da parceria entre a Academia Militar e o Instituto de Ciências-Jurídico-Políticas da FDUL. Responsável e docente dos módulos Direito Internacional aplicável às Operações em Rede (DIOR) e Assessoria Jurídica de prevenção e gestão de crises no Ciberespaço (AJC).

II. Produção científica

- Coordenação, com Dário Moura Vicente e Chen Chen, da obra *The Legal Challenges of The Fourth Industrial Revolution - The European Union's Digital Strategy*, da coleção Law, Governance and Technology, Springer, Suíça, 2023, no âmbito dos trabalhos da linha de investigação “O Direito Privado na Era Digital” no Centro de Investigação de Direito Privado da FDUL.

- Autoria de “Cyber operations threatening the European Union and its member states: the rise of the European Union as a cyber defence actor”, in *The Legal Challenges of The Fourth Industrial Revolution - The European Union's Digital Strategy*, da coleção Law, Governance and Technology, Springer, Suíça, 2023, no âmbito dos trabalhos da linha de investigação “O Direito Privado na Era Digital” no Centro de Investigação de Direito Privado da FDUL.

- "Nótula sobre as propostas de lei n.ºs 113/XIV e 114/XIV em matérias de Direitos de Autor e Direitos Conexos no Mercado Único Digital", em coautoria com Dário Moura Vicente, Remédio Marques e Nuno Sousa e Silva, *Revista de Direito Intelectual*, II, 2021, Almedina, pp. 177-197.
- Autoria de "A responsabilidade das plataformas digitais pelos conteúdos de terceiros: o reposicionamento do direito de comunicação ao público no Acórdão YouTube e Cyando (Processos C-682/18 e C.683/18)", *Revista de Direito Intelectual*, II, 2021, Almedina, pp. 271-276.
- Autoria de "Crise pandémica, conteúdos e desinformação em rede: desafios jurídicos", *Revista de Direito Intelectual*, II, 2020, Almedina, pp. 89-108.
- Autoria de "Novas guerras em novos campos de batalha: o RGPD europeu e as gigantes tecnológicas norte-americanas", in *Proteção de Dados Pessoais em Perspetiva - LGPD e RGPD na ótica do Direito Comparado*, Marcos Wachowicz (org), GEDAI/UFPR, Curitiba, 2020, pp. 104-125.
- Coordenação, com Dário Moura Vicente, da obra *Data Protection in the Internet*, volume 38 da coleção *Ius Comparatum - Global Studies in Comparative Law*, Springer, Suíça, 2020.
- "Data Protection in the Internet: General report", em coautoria com Dário Moura Vicente, in *Data Protection in the Internet*, volume 38 da coleção *Ius Comparatum - Global Studies in Comparative Law*, Springer, Suíça, 2020, pp. 1-44.
- Autoria de "Em defesa do artigo 17.º da Diretiva relativa aos direitos de autor e direitos conexos no mercado único digital: contextualização de uma evolução inevitável", *Revista de Direito Intelectual*, II, 2019, Almedina, pp. 57-78.
- Autoria de "Liberdade e Segurança no Combate ao Terrorismo: quis custodiet ipsos custodes? Uma perspetiva jurídica", *Revista Nação e Defesa*, n.º 152, 2019, pp. 23-38.
- "Direito das Sucessões - Casos práticos corrigidos e para autoavaliação e jurisprudência selecionada", AAFDL, Lisboa, 2019, em coautoria com Margarida Silva Pereira (coord.), Neuza Marques Lopes, Lourenço Noronha do Nascimento, António Barroso Rodrigues, Sara Leitão e Sérgio Fagundes Conceição.
- Autoria de "A proteção de dados pessoais na Internet à luz do Direito Comparado", *Revista de Direito Intelectual*, II, 2018, Almedina, em coautoria com Dário Moura Vicente.
- Autoria de "Um quadro legal para a cibersegurança e ciberdefesa", in "Contributos para uma Estratégia Nacional de Ciberdefesa" (coord. Paulo Viegas Nunes), publicado pelo Instituto da Defesa Nacional, Lisboa, 2018.
- Autoria de "O Direito de Autor e a partilha de conteúdos em redes informáticas", in *Estudos de Advocacia em Homenagem a Vasco Vieira de Almeida*, Almedina, Coimbra, 2017, pp. 453-472.

III. Projetos de investigação

- Membro da linha de investigação "O Direito Privado na Era Digital" no Centro de Investigação de Direito Privado da FDUL.

h
P

- Co-Relatora Geral, com o Senhor Professor Doutor Dário Moura Vicente, para o trabalho de investigação “Data protection in the Internet”, sob a égide da International Academy of Comparative Law (IACL), com vista a organizar a publicação de uma obra com esse mesmo título pela editora Springer, em 2019.

IV. Participação em provas de mestrado na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

- Participação na qualidade de arguente, no mestrado científico, em 17 de maio de 2023: Mônica Rosa Adlung Toratti Fuzato, “Planejamento familiar livre e informado: o alcance da autonomia jus civilista na prática médica luso-brasileira”.

- Participação na qualidade de vogal, em 10 de maio de 2023: Carina Sofia dos Santos Gigante, “A administração de bens das crianças”.

- Participação na qualidade de vogal, no mestrado científico, em 8 de maio de 2023: Jéssica Souza Esmeraldo, “Ilicitude e responsabilidade civil no casamento e na união de facto: uma perspetiva luso-brasileira”.

- Participação na qualidade de arguente, no mestrado científico, em 19 de abril de 2023: Andrea Terra, “Diretiva da UE de Direito de Autor no Mercado Único Digital: os novos mecanismos da balança”.

- Participação na qualidade de vogal, em 17 de março de 2023: Joana Catarina Malaquias Correia, “O estatuto de vítima para as crianças em contexto de violência doméstica – Uma questão de responsabilidades parentais à luz da Convenção sobre os Direitos da Criança”.

- Participação na qualidade de vogal, em 10 de março de 2023: Diamantino Miranda Tavares, “Maternidade ou gestação de substituição: arrendimento da gestante de substituição”.

- Participação na qualidade de vogal, em 13 de março de 2023: Marisa Maria Santos Brás, “O crédito compensatório ao cônjuge”.

- Participação na qualidade de vogal, em 6 de março de 2023: Pedro Brito António, “O apadrinhamento civil”.

- Participação na qualidade de vogal, em 6 de dezembro de 2022: Igor Filipe Ribeiro Sequeira, “Da elasticidade do conceito de inventor: os novos desafios no processo de patenteamento de invenções geradas por inteligência artificial”.

- Participação na qualidade de arguente, em 9 de dezembro de 2021: Thiago Barelli Bet, “A filiação socioafetiva e a possibilidade jurídica da pluriparentalidade em Portugal - o caso Esmeralda”.

- Participação na qualidade de arguente, em 26 de março de 2021: Paula Rocha Castanheira, “Os impactos da impressão 3D no Direito da Propriedade Intelectual”.

- Participação na qualidade de arguente, em 13 de janeiro de 2021: Carine de Jesus Moreira, “A maternidade de substituição”.

- 8
- 5
- Participação na qualidade de arguente, em 8 de julho de 2020: Rita Manuela Resende Paiva, “A devolução de crianças adotadas ou em processo de adoção”.
 - Participação na qualidade de arguente, em 13 de dezembro de 2019: Ana Margarida Godinho Barradas Ramos Mata “Aspetos da procriação medicamente assistida, anonimato do doador e questões conexas”.
 - Participação na qualidade de vogal, em 13 de dezembro de 2019: Sérgio Miguel José Correia, “A dogmática do direito das crianças: implicações do abandono afetivo parental”.
 - Participação na qualidade de vogal, em 26 de julho de 2019: Augusto Manuel Pereira Portela, “A problemática da retransmissão retransmitida por rede informática em simultâneo e a tutela do Direito de Autor”.
 - Participação na qualidade de arguente, em 12 de março de 2019: Alexandra Cristina Saraiva Fonseca, “O design na fronteira da arte e da inovação”.
 - Participação na qualidade de arguente, em 14 de fevereiro de 2019: Catarina Maria Alves Cardiga, “A indignidade e a deserdação: uma perspetiva do séc. XXI”.
 - Participação na qualidade de vogal, em fevereiro de 2019: Marta da Fonseca Morgado, “A crise jurisprudencial na fixação de alimentos devidos a menores”.
 - Participação na qualidade de arguente, 21 de dezembro de 2018: Maria Catarina Videira Louro, “A paródia e os direitos de Propriedade Intelectual”.
 - Participação na qualidade de arguente, 17 de dezembro de 2018: Cátia Alves Monteiro, “Introdução às Bases do Direito das Crianças”.
 - Participação na qualidade de arguente, 13 de dezembro de 2018: Marissol Barbosa de Souza Pinheiro, “Direito de Autor, Limites e Interesse Público”.
 - Participação na qualidade de arguente, 20 de novembro de 2018: Joana Leal Dias, “A deliberação sobre a composição dos quinhões hereditários à luz do princípio da intangibilidade qualitativa da legítima no regime jurídico do processo de inventário”.
 - Participação na qualidade de vogal, 12 de novembro de 2018: Inês Martins Santos, “O abuso de direito no Direito das Sucessões”.
 - Participação na qualidade de arguente, 5 de novembro de 2018: Sónia Raquel da Cruz Lopes, “O direito da criança ao convívio com pessoas com quem tenha uma especial relação afetiva”.
 - Participação na qualidade de vogal, 29 de outubro de 2018: “Autonomia do menor sujeito às responsabilidades parentais”.

IV. Participação em conferências

a) Organização de conferências e cursos breves

2023

- Coordenadora científica, em conjunto com o Prof. Doutor Dário Moura Vicente, do Curso de Verão "O Direito da Propriedade Intelectual e da Sociedade da Informação - o Estado das Questões em 2023", em Julho de 2023, promovido pela FDUL e pela Associação Portuguesa de Direito Intelectual (APDI).

2022

- Coordenadora científica, em conjunto com o Prof. Doutor Dário Moura Vicente, do Curso de Verão "O Direito da Propriedade Intelectual - o Estado das Questões em 2022", em Julho de 2022, promovido pela FDUL e pela Associação Portuguesa de Direito Intelectual (APDI).

- Coordenadora científica, em conjunto com o Prof. Doutor Dário Moura Vicente e o Dr. Chen Chen, da Conferência Internacional The Challenges of the Fourth Industrial Revolution: the European Union's Digital Strategy, que decorreu na FDUL nos dias 5 e 6 de maio de 2022, no âmbito dos trabalhos da Linha de Investigação "O Direito Privado na Era Digital" do Centro de Investigação de Direito Privado da FDUL.

2021

- Coordenadora científica, em conjunto com o Prof. Doutor Dário Moura Vicente, do Curso de Verão "O Direito da Propriedade Intelectual - o Estado das Questões em 2021", em Julho de 2021, promovido pela FDUL e pela APDI.

2020

- Coordenadora científica, em conjunto com o Prof. Doutor Dário Moura Vicente, do Curso de Verão "O Direito da Propriedade Intelectual no Contexto da Crise Mundial de 2020", entre os dias 6 a 10 de julho de 2020, promovido conjuntamente pela APDI e pela FDUL.

2019

- Coordenadora científica, em conjunto com o Prof. Doutor Dário Moura Vicente e a Prof. Doutora Silmara Chinellatto, da II Jornada Luso-Brasileira de Direito de Autor, organizada pela APDI e pela Almedina, em Lisboa, no dia 26 de outubro de 2019.

2018

- Coordenação do II Curso Avançado "Direito, Cibersegurança e Ciberdefesa", promovido pela Academia Militar e pela *Competitive Intelligence and Information Warfare Association* (CIIWA), ministrado em novembro de 2018.

2017

- Coordenação do Curso Avançado "Direito, Cibersegurança e Ciberdefesa 2017", promovido pela Academia Militar e pela CIIWA, ministrado em novembro de 2017.

- Membro do Comité de Organização do conjunto de conferências promovido anualmente pelo Centro Nacional de Cibersegurança, designado “C-Days”, realizadas em 2017.

b) Palestrante

2023

- palestra “Legal Framework for Cyber Operations”, em 28 de setembro de 2023, em Bruxelas (via zoom), no âmbito do curso The Challenges of European Cybersecurity, no ESDC, organizado pelo Instituto de Defesa Nacional.

- palestra "Enquadramento legal do ciberespaço numa perspetiva de ciber defesa", dia 24 de maio de 2023, no âmbito do IX Curso de Cibersegurança e Gestão de Crises no Ciberespaço, promovido pela Academia Militar e pelo Instituto da Defesa Nacional.

- workshop com o tema "O Direito da Sociedade da Informação", na Faculdade de Direito de Lisboa, em 11 de março de 2023, no âmbito do XIV Curso de Pós-Graduação em Direito Intelectual promovido pela APDI e pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

- palestra "A responsabilização pela violação de direitos de autor em rede" proferida na Faculdade de Direito de Lisboa, em 4 de março de 2023, no âmbito do XIV Curso de Pós-Graduação em Direito Intelectual promovido pela APDI e pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

- palestra "A cópia de obra protegida e a sua partilha em rede", Faculdade de Direito de Lisboa, em 25 de fevereiro de 2023, no âmbito do XIV Curso de Pós-Graduação em Direito Intelectual promovido pela APDI e pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

- palestra “International Law and cyberspace” no Advanced Course on “Cyber Diplomacy” promovido por França e Portugal no âmbito do *European Security and Defence College* (ESDC), no dia 18 de janeiro de 2023, em Bruxelas.

- palestra “Cyber Operations Targeting Democracy - Exploring the Boundaries of International Law”, no âmbito da conferência “Military operations in cyberspace – new challenges”, para recepção do Professor Michael Scmitt, em 6 de janeiro de 2023, no Instituto Universitário Militar.

2022

- palestra “As plataformas digitais e a tutela do direito de autor”, no âmbito da V Jornada Luso-Brasileira de Direito de Autor, organizada pela APDI e pela Almedina, no Instituto dos Advogados de São Paulo, no Brasil, no dia 21 de outubro de 2022.

- palestra “Enquadramento legal das atuações em rede e o combate aos conteúdos ilícitos”, na Escola Politécnica da USP, no Brasil, no dia 20 de outubro de 2022.

- palestra “As sucessivas gerações de desafios jurídicos colocados pelas novas tecnologias”, na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), no Brasil, em 18 de outubro de 2022.

- palestra “Problemas atuais de cibersegurança e ciberdefesa”, no âmbito do Curso de Verão “Direito da Propriedade Intelectual - o Estado das Questões em 2022”, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e APDI, em 6 de julho de 2022

4

- palestra de encerramento da Conferência Internacional *The Challenges of the Fourth Industrial Revolution: the European Union's Digital Strategy*, que decorreu na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa nos dias 5 e 6 de maio de 2022.

- palestra "Cyber-attacks threatening the EU or its Member States: the rise of the EU as a cyber defence actor" (6 de maio de 2022) na Conferência Internacional *The Challenges of the Fourth Industrial Revolution: the European Union's Digital Strategy*, que decorreu na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa nos dias 5 e 6 de maio de 2022.

- *workshop* com o tema "O Direito da Sociedade da Informação", na Faculdade de Direito de Lisboa, em 12 de março de 2022, no âmbito do XIII Curso de Pós-Graduação em Direito Intelectual promovido pela APDI e pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

- palestra "A responsabilização pela violação de direitos de autor em rede" proferida na Faculdade de Direito de Lisboa, em 5 de março de 2022, no âmbito do XIII Curso de Pós-Graduação em Direito Intelectual promovido pela APDI e pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

- palestra "A cópia de obra protegida e a sua partilha em rede", Faculdade de Direito de Lisboa, em 26 de fevereiro de 2022, no âmbito do XIII Curso de Pós-Graduação em Direito Intelectual promovido pela APDI e pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

- palestra "Legal Framework for Cyber Operations: three case studies", em 20 de janeiro de 2022, em Bruxelas (via zoom), no âmbito do curso *The Challenges of European Cybersecurity*, no ESDC, organizado conjuntamente pelo Instituto de Defesa Nacional e pelo Institute for Higher National Defence Studies – IHEDN

2021

- palestra "A governação dos dados na União Europeia: reflexões sobre o futuro, lições do passado", em 12 de novembro de 2021, no âmbito do V Congresso em Direito Intelectual que teve lugar nos dias 12 e 13 novembro de 2021, organizado conjuntamente pela APDI e pela Almedina, em Lisboa.

- palestra "Direito e ciberespaço", dia 22 de setembro, no âmbito do Curso Cibersegurança, Ciberdefesa e Exercícios de Gestão de Crises no Ciberespaço, organizado pela Academia Militar e CIIWA.

- palestra "Enquadramento legal do ciberespaço", dia 22 de setembro, no âmbito da 4.ª edição do Curso de Planeamento de Operações de Ciberdefesa (CPOCIBER), organizado pelo Instituto Universitário Militar.

- palestra "As hiperligações e o Direito de Autor - Encore", dia 6 julho 2021, no âmbito do Curso de Verão "O Direito da Propriedade Intelectual - o Estado das Questões em 2021", Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e APDI.

- palestra, na qualidade de key-note speaker, "A liberdade de expressão e o que não pode ser dito", dia 30 de junho 2021, no evento promovido pelo jornal Público e pela Google.

- palestrante no painel "International Law and Cyberspace", 15 junho 2021, no *Advanced Course on Cyber Diplomacy* promovido por França e Portugal no âmbito do ESDC, em Bruxelas.

- palestra "A Proteção de dados na Internet", dia 8 junho 2021, Faculdade de Direito da Universidade de Brasília, no âmbito do Projeto de Extensão Direito Internacional Privado em Debate desta Universidade.

- palestra "Enquadramento legal do ciberespaço numa perspetiva de Direito Internacional", dia 19 de maio 2021, no âmbito do VIII Curso de Cibersegurança e Gestão de Crises no Ciberespaço, promovido pela Academia Militar e pelo Instituto da Defesa Nacional.

- palestra "Plataformas eletrónicas", em 17 de maio 2021, no âmbito do Curso de Pós-Graduação eCommerce, na FDUL.

- palestra "Direitos de transmissão audiovisual de conteúdos desportivos", 16 de abril de 2021, no âmbito do 1.º Seminário Internacional de Direito Desportivo de Língua Portuguesa, promovido pela Federação Portuguesa de Futebol (FPF), Associação Internacional de Jovens Advogados de Língua Portuguesa (JALP), Associação Portuguesa de Direito Desportivo, Academia Nacional de Direito Desportivo do Brasil (ANDD) e a Comissão Jovem da Academia Nacional de Direito Desportivo do Brasil (ANDDJ).

- workshop com o tema "O Direito da Sociedade da Informação", na Faculdade de Direito de Lisboa, em 13 de março de 2021, no âmbito do XII Curso de Pós-Graduação em Direito Intelectual promovido pela APDI e pela FDUL.

- palestra "A responsabilização pela violação de direitos de autor em rede" proferida na Faculdade de Direito de Lisboa, em 6 de março de 2021, no âmbito do XII Curso de Pós-Graduação em Direito Intelectual promovido pela APDI e pela FDUL.

- palestra "A cópia de obra protegida e a sua partilha em rede", Faculdade de Direito de Lisboa, em 27 de fevereiro de 2021, no âmbito do XII Curso de Pós-Graduação em Direito Intelectual promovido pela APDI e pela FDUL.

- palestra "Digital Services Act: o novo regime de responsabilidade das plataformas digitais", 22 janeiro 2021, no âmbito da iniciativa "Católica Debates", promovido pela Universidade Católica, Research Centre for the Future of Law.

2020

- palestra "Grey zones in cyberdefence: case studies in a legal perspective", em 4 de novembro de 2020, em Bruxelas (via zoom), no âmbito do no curso *The Challenges of European Cybersecurity*, no ESDC, organizado conjuntamente pelo Instituto de Defesa Nacional e pelo Institute for Higher National Defence Studies – IHEDN.

- palestra "As principais limitações e exceções aos direitos patrimoniais de autor — o caso particular das bibliotecas, museus e arquivos: o regime jurídico português até à transposição das Diretivas europeias; limites ao direito de reprodução; limites ao direito de comodato", em 19 de novembro de 2020, no âmbito da 2.ª edição do curso de formação especializada Direitos de Autor e Conexos em matéria de bibliotecas, museus e arquivos, na Fundação Calouste Gulbenkian, promovido pela APDI.

- palestra "As principais limitações e exceções aos direitos patrimoniais de autor - em geral", em 17 de novembro de 2020, no âmbito da 2.ª edição do curso de formação especializada Direitos de

7
L

Autor e Conexos em matéria de bibliotecas, museus e arquivos, na Fundação Calouste Gulbenkian, promovido pela APDI.

- palestra "As principais limitações e exceções aos direitos patrimoniais de autor — o caso particular das bibliotecas, museus e arquivos: o regime jurídico português até à transposição das Diretivas europeias; limites ao direito de reprodução; limites ao direito de comodato", em 20 de outubro de 2020, no âmbito da 1.ª edição do curso de formação especializada Direitos de Autor e Conexos em matéria de bibliotecas, museus e arquivos, na Fundação Calouste Gulbenkian, promovido pela APDI.

- palestra "As principais limitações e exceções aos direitos patrimoniais de autor - em geral", em 15 de outubro de 2020, no âmbito da 1.ª edição do curso de formação especializada Direitos de Autor e Conexos em matéria de bibliotecas, museus e arquivos, na Fundação Calouste Gulbenkian, promovido pela APDI.

- palestra "A crise mundial e o quadro legal das tecnologias de informação; principais desafios", dia 8 julho 2020, no âmbito do Curso de Verão "O Direito da Propriedade Intelectual no contexto da crise mundial de 2020", Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e APDI.

- palestra "Enquadramento legal do ciberespaço", dia 19 de maio 2020, no âmbito do VII Curso de Cibersegurança e Gestão de Crises no Ciberespaço, promovido pela Academia Militar e pelo Instituto da Defesa Nacional.

- palestra "Plataformas eletrónicas", em 11 de maio 2020, no âmbito do Curso de Pós-Graduação eCommerce, na FDUL.

- palestra "Artificial intelligence and legal challenges" no evento "Pie & AI", em 9 de maio de 2020, promovido pela OutSystems e AskBlue.

- workshop com o tema "O Direito da Sociedade da Informação", na FDUL, em 7 de março de 2020, no âmbito do XI Curso de Pós-Graduação em Direito Intelectual promovido pela APDI e pela FDUL.

- palestra "A responsabilização pela violação de direitos de autor em rede", proferida na Faculdade de Direito de Lisboa, em 29 de fevereiro de 2020, no âmbito do XI Curso de Pós-Graduação em Direito Intelectual promovido pela APDI e pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

- palestra "A cópia de obra protegida e a sua partilha em rede" proferida na Faculdade de Direito de Lisboa, em 22 de fevereiro de 2020, no âmbito do XI Curso de Pós-Graduação em Direito Intelectual promovido pela APDI e pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

- palestra intitulada "Legal problems of artificial intelligence and information technology", em 17 de janeiro de 2020, no âmbito do *Certificate Program in Comparative Studies on Human Rights and Information Society Law in India and Europe*, na edição de 2020, promovida conjuntamente pelo Kare College of Law e pela FDUL, sendo o curso ministrado em Goa, nos meses de janeiro e fevereiro de 2020, nas instalações do Kare College of Law, em Margão.

2019

- palestra intitulada "International Law applicable to Cyberspace" no evento *CyberTalks* promovido pelo Ministério da Defesa Nacional, em 26 de novembro de 2019, no IDN, em Lisboa.

A
S

- palestra intitulada "Enquadramento legal do ciberespaço", em 25 de novembro de 2019, no âmbito do III Curso de Planeamento de Operações de Ciberdefesa (CPOCIBER), organizado pelo Instituto Universitário Militar.

- palestra intitulada "Responsabilidade de intermediários e plataformas eletrónicas: contornos e limites" no âmbito da 4.ª edição do Curso de Pós-graduação em Direito Intelectual da Associação Portuguesa de Direito Intelectual, em parceria com a Escola de Direito do Porto da Universidade Católica em 15 de novembro de 2019.

- palestra intitulada "O artigo 17.º e as plataformas de conteúdos gerados pelos utilizadores", no âmbito do IV Congresso em Direito Intelectual que teve lugar nos dias 25 e 26 outubro de 2019, organizado conjuntamente pela APDI e pela Almedina, em Lisboa.

- palestra intitulada "Direito Internacional e os Limites na Luta contra o Terrorismo", no IX Encontro Luso-Espanhol de Professores de Direito Internacional, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em 7 de Junho de 2019.

- palestra intitulada "Os desafios do Direito Intelectual na Sociedade da Informação", no Comando Territorial da GNR de Lisboa, em 30 de maio de 2019;

- palestra intitulada "Enquadramento Legal do Ciberespaço" no Instituto da Defesa Nacional, no Curso de Cibersegurança e Gestão de Crises no Ciberespaço, promovido conjuntamente com a Academia Militar, em 21 de Maio de 2019.

- palestra sobre "Plataformas Eletrónicas" no Curso de Pós-Graduação eCommerce, na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em 20 de maio de 2019.

- palestra no painel "NATO e ciberespaço" incluído na conferência intitulada "70 anos da Aliança Atlântica: da defesa colectiva à gestão de defesas (in)comuns", promovido pelo CEI - Centro de Estudos Internacionais e pelo ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa (Grupo de Estudos de Segurança e Defesa), em 3 de abril de 2019.

- palestra no Curso de Pós-Graduação em Direito Intelectual sobre o direito de reprodução na era digital e a partilha de ficheiros, promovido pela APDI e pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em 9 de março de 2019.

- palestra no *Cyber Defence Advisor Course*, promovido pela NATO Communications and Information Systems School, em Oeiras, em 12 de fevereiro de 2019 (o curso teve lugar entre 11 a 15 de fevereiro de 2019).

2018

- palestra "What legal framework for cyber operations?", no curso *The Challenges of European Cybersecurity*, no European Security and Defence College (ESDC), em Bruxelas, organizado conjuntamente pelo Instituto de Defesa Nacional e pelo Institute for Higher National Defence Studies – IHEDN, em 5 de dezembro de 2018.

- palestra intitulada "Direito Intelectual e Sociedade da Informação" no âmbito do Curso de Pós-graduação em Direito Intelectual da Associação Portuguesa de Direito Intelectual, em parceria com a Escola de Direito do Porto da Universidade Católica em 20 de outubro de 2018.

u

- palestra intitulada "O Regulamento Geral sobre Proteção de Dados e a Sociedade da Informação", em 17 de novembro de 2018, na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, no âmbito de uma nova edição do Curso Avançado sobre Proteção de Dados, promovido pelo Instituto de Ciências Político-Jurídicas e pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em Lisboa.

- Participação nas jornadas luso-brasileiras de Direito de Autor, que decorreram na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo de 25 a 26 de outubro de 2018, apresentando uma palestra subordinada ao tema "As dificuldades de proteção do Direito de Autor no contexto da sociedade da informação - Direito da União Europeia", em 25 de outubro, em São Paulo, Brasil.

- Palestra subordinada ao tema "A investigação criminal – desafios do cibercrime -" na Escola da Guarda, em 9 de outubro de 2018, no âmbito do ciclo "Conferências em Queluz".

- participação no XX.º Congresso da International Academy of Comparative Law (IACL), entre 23 e 27 de julho, apresentando numa palestra os resultados do trabalho de investigação "Data Protection in the Internet", em 23 de julho de 2018, em Fukuoka, Japão.

- participação no Curso de Verão "Direito Intelectual: o estado das questões em 2018", que decorreu entre 2 e 6 de Julho, apresentando uma palestra intitulada "O Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados e o seu significado para as empresas", em 6 de julho de 2018, na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

- palestra subordinada ao tema "Cibersegurança: questões legais", em 18 de junho de 2018, no âmbito das "Aulas abertas" promovidas pela Academia Militar entre maio e junho de 2018.

- palestra subordinada ao tema "A proteção da Propriedade Intelectual no ciberespaço", em 16 de junho de 2018, no âmbito do Curso Avançado em Direito da Cibersegurança e do Ciberespaço, promovido em parceria pela Academia Militar e pelo Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

- participação na formação em Direito Intelectual do Centro de Estudos Judiciários (CEJ), em Lisboa, no dia 15 de junho, subordinado ao tema "O Papel dos Prestadores de Serviços de Comunicações no Combate aos Conteúdos Ilicitamente Disponibilizados em Rede".

- palestra intitulada "Plataformas eletrónicas", em 21 maio 2018, na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (FDUL), no âmbito da 1.ª edição do Curso de Pós-Graduação em eCommerce, promovido pelo Centro de Investigação de Direito Privado da FDUL.

- participação como oradora em mesa redonda subordinada ao tema "O combate à pirataria no ciberespaço e o papel dos prestadores de serviços" no âmbito do evento "Encontros com a Propriedade Intelectual: desafios biomédicos e informáticos", promovido pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, em 28 de abril de 2018.

- palestra intitulada "O Regulamento Geral sobre Proteção de Dados e a Sociedade da Informação", em 28 de abril de 2018, na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, no âmbito de uma nova edição do Curso Avançado sobre Proteção de Dados, promovido pelo Instituto de Ciências Político-Jurídicas e pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em Lisboa.

- palestra de apresentação dos planos de lançamento do Curso de Mestrado “Cyber Law, Cybersecurity and Cyberdefence”, em 17 de abril de 2018, no âmbito do 16.º Workshop do projeto NATO *Multinational Cyber Defence Education and Training* (MNCD E&T), na Academia Militar, Amadora.

- palestra subordinada ao tema “Liberdade e segurança no combate ao terrorismo: ética e direito na procura de um equilíbrio possível e desejável”, no âmbito das reuniões do Grupo de Trabalho “Terrorismo e Violência Política” do Instituto da Defesa Nacional, em 15 de março de 2018.

- Participação como oradora na formação em Criminal Justice do European Judicial Training Network (EJTN), nas instalações do Centro de Estudos Judiciários (CEJ) em Lisboa, com uma palestra intitulada “Access to communications data within the European Union - the private sector perspective”, em 5 de março de 2018.

- Palestra no painel “Cyber Offence vs. Privacy Defence” no 11.º Congresso internacional “Computers, Privacy and Data Protection” (CPDP), em 24 de janeiro de 2018, em Bruxelas, Bélgica.

2017

- Docência no Curso Avançado “Direito, Cibersegurança e Ciberdefesa 2017”, promovido pela Academia Militar e pela CIIWA, de 15 a 17 de novembro de 2017, em Lisboa.

- palestra de apresentação dos planos de lançamento do Curso de Mestrado “Cyber Law, Cybersecurity and Cyberdefence”, em 8 de novembro de 2017, no âmbito do 14.º Workshop do projeto NATO *Multinational Cyber Defence Education and Training* (MNCD E&T), na Escola da NATO, em Latina, Itália.

- palestra intitulada “O papel dos prestadores de serviços de comunicações no combate aos conteúdos ilicitamente disponibilizados em rede”, no dia 21 de outubro de 2017, no âmbito do III Congresso em Direito Intelectual que teve lugar nos dias 20 e 21 de outubro de 2017, organizado conjuntamente pela APDI e pela Almedina, em Lisboa.

- palestra intitulada “O Regulamento Geral sobre Proteção de Dados e a Sociedade da Informação”, em 14 de outubro de 2017, na Faculdade de Direito de Lisboa, no âmbito de uma nova edição do Curso Avançado sobre Proteção de Dados, promovido pelo Instituto de Ciências Político-Jurídicas e pela Faculdade de Direito de Lisboa, em Lisboa.

- palestra em sessão de apresentação de “Contributos para uma Estratégia Nacional de Ciberdefesa” a S.E. o Ministro da Defesa Nacional, em 22 de Setembro de 2017, no Ministério da Defesa Nacional, em Lisboa.

- palestra intitulada “Assessoria Jurídica – Enquadramento legal dos incidentes em rede”, em 9 de setembro de 2017, no âmbito do II Curso Cibersegurança, Ciberdefesa e Exercícios de Gestão de Crises no Ciberespaço, promovido pela CIIWA e pela Academia Militar, em Lisboa.

Lisboa, 30 de setembro de 2023.



2

EDITAL

Faz-se saber que, perante a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, pelo prazo de 30 dias úteis, a contar do dia imediato ao da publicação do presente Edital no *Diário da República*, está aberto concurso documental internacional para recrutamento, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas, de um (1) Professor Auxiliar, na área disciplinar de Ciências Histórico-Jurídicas, constante do mapa de pessoal docente da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

O concurso é aberto nos termos dos artigos 37.º a 51.º, 61.º e 62.º-A do Estatuto da Carreira Docente Universitária, republicado pelo Decreto-Lei n.º 205/2009, de 31 de agosto e alterado pela Lei n.º 8/2010, de 13 de maio (abreviadamente designado ECDU), e demais legislação aplicável, designadamente do Regulamento Geral de Concursos para Recrutamento de Professores Catedráticos, Associados e Auxiliares da Universidade de Lisboa, aprovado por Despacho Reitoral de 16 de fevereiro de 2015, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 45, de 5 de março, pelo Despacho n.º 2307/2015 (abreviadamente designado Regulamento).

O despacho conjunto n.º 373/2000, de 31 de março, do Ministro da Reforma do Estado e da Administração Pública e da Ministra para a Igualdade, determina a obrigatoriedade de nos concursos de ingresso e acesso se proceder à seguinte menção:

“Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove ativamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.”

Neste sentido, os termos ‘candidato’, ‘recrutado’, ‘professor’ e outros similares não são usados neste edital para referir o género das pessoas.

De igual modo, nenhum candidato pode ser privilegiado, beneficiado, prejudicado ou privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão, nomeadamente, de ascendência, idade, orientação sexual, estado civil, situação familiar, situação económica, instrução, origem ou condição social, património genético, capacidade de trabalho reduzida, deficiência, doença crónica, nacionalidade, origem étnica ou raça, território de origem, língua, religião, convicções políticas ou ideológicas e filiação sindical.

Em conformidade com os artigos 37.º a 51.º do ECDU e demais legislação aplicável, e com disposto no artigo 8.º do Regulamento de Concursos para Recrutamento de Professores Catedráticos, Associados e Auxiliares da Universidade de Lisboa, observar-se-ão as seguintes disposições:

1 – Despacho de autorização

A abertura do presente concurso foi autorizada por Despacho do Reitor da Universidade de Lisboa, Professor Doutor Luís Manuel dos Anjos Ferreira, de _____, proferido após a confirmação cumulativa dos seguintes requisitos:

- a) Existência de adequado cabimento orçamental;
- b) Que o posto de trabalho a concurso se encontra previsto e não ocupado no mapa de pessoal docente da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

2 – Local de trabalho

Instalações da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Alameda da Universidade, Cidade Universitária, em Lisboa.

3 – Requisitos de admissão ao concurso

São, requisitos de admissão ao concurso:

- a) Ser titular do grau de Doutor, nos termos do artigo 41.º-A do ECDU;
- b) Os titulares de graus académicos atribuídos por instituições de ensino superior estrangeiras deverão ser detentores de reconhecimento do grau de Doutor nos termos do Decreto-Lei n.º 66/2018, de 16 de agosto;
- c) O reconhecimento do grau de Doutor, a que se refere a alínea anterior, deverá ser obtido até à data do termo do prazo concedido para a celebração do contrato, caso o candidato ordenado em lugar elegível tenha obtido o grau de Doutor no estrangeiro.
- d) Domínio da língua portuguesa falada e escrita – a nível avançado (C2 – Quadro Europeu Comum de Referência). Os candidatos de nacionalidade estrangeira, exceto os dos Países de Expressão Oficial Portuguesa, deverão ser titulares de diploma reconhecido oficialmente, comprovativo do domínio da escrita e da oralidade da Língua Portuguesa, obtido até à data do termo do prazo concedido para a celebração do contrato, caso o candidato seja ordenado em lugar elegível;
- e) Instruir a candidatura com os documentos descritos e nos termos previstos nos Capítulos 3, 10 e 11 deste Edital. A não entrega de algum dos documentos que deve instruir a candidatura, no prazo previsto e nos termos indicados nos Capítulos 9, 10 e 11 deste Edital, determina desde logo a não admissão da mesma, o que deverá ser objeto de análise e decisão do Diretor da Faculdade de Direito previamente à deliberação do júri sobre o mérito absoluto.

4 – Requisitos à admissão em mérito absoluto:

Encontrando-se as candidaturas devidamente instruídas e tal como previsto no n.º 2 do artigo 10.º do Regulamento “a aprovação em mérito absoluto depende da posse de currículo global que o júri considere, fundamentadamente revestir mérito científico, capacidade de investigação e valor da atividade pedagógica já desenvolvida, compatíveis com a área ou áreas disciplinares a que respeita o concurso, e adequadas à respetiva categoria”.

Na apreciação do *curriculum* é especialmente tido em conta o facto de o doutoramento ter sido feito na área disciplinar em que é aberto o concurso.

5 – Parâmetros de avaliação e seriação em mérito relativo, respetiva ponderação e sistema de valoração final:

Tendo em consideração as funções a desempenhar pelos professores auxiliares (n.º 3 do artigo 5.º do ECDU), as condições (artigo 37.º do ECDU) e as finalidades dos concursos (artigo 38.º do ECDU), bem como o disposto no n.º 4 do artigo 5.º do Regulamento, o Conselho Científico da Faculdade de Direito, visando conferir total transparência aos critérios de avaliação e seriação dos candidatos em concurso para professor auxiliar estabelece as seguintes regras e ponderações:

5.1 – O concurso para professor auxiliar tem como propósito averiguar a capacidade e o desempenho dos candidatos em aspetos que integram o conjunto das funções a desempenhar.

5.2 – Compete ao júri pronunciar-se sobre:

- a) O desempenho científico do candidato (até 75%);
- b) A capacidade pedagógica do candidato (até 15%);
- c) Outras atividades relevantes para a missão de instituição de ensino superior que hajam sido desenvolvidas pelo candidato (até 10%).

5.3 – O desempenho científico do candidato (até 75%) compreende:

- a) O percurso académico (10%);
- b) O nível qualitativo da investigação científica do doutoramento (30%);
- c) A qualidade científica de outros trabalhos publicados (15%);

d) O meio de publicação dos artigos, capítulos de livros e livros científicos, nomeadamente com sujeição a revisão por pares (5%).

e) O número e qualidade científica de conferências proferidas pelo candidato, a qualidade científica de jornadas científicas que o candidato tenha organizado ou em que tenha participado, bem como a coordenação e participação em projetos científicos (10 %);

f) A diversidade das competências linguísticas e a sua adequação ao grupo científico a que se candidata (5%).

5.4 – A capacidade pedagógica do candidato (até 15%) compreende:

a) O exercício de funções docentes (10%);

b) A produção de materiais pedagógicos relevantes (5%).

5.5 – As atividades relevantes para a missão de instituição de ensino superior que hajam sido desenvolvidas pelo candidato (até 10%) compreendem:

a) O exercício de cargos e funções académicas (até 7%);

b) As atividades de extensão cultural e outras atividades consideradas relevantes para o ensino e investigação, designadamente serviço à comunidade, serviço de cooperação e consultadoria a instituições públicas, atividades de formação de públicos escolares, atividades em projetos de interesse social e participação em projetos e organizações nacionais e internacionais de interesse científico, profissional ou cultural, no âmbito de uma instituição de ensino superior (até 3%).

6 – Ordenação final

Na seriação dos candidatos ao presente concurso, cada membro do júri apresenta uma lista ordenada dos candidatos por ordem decrescente do mérito, com base na qual participa na votação individual e justificada que conduz à ordenação final dos candidatos, nos termos do artigo 20.º do Regulamento.

O júri vota inicialmente para o 1.º lugar, depois para o 2.º lugar, e assim sucessivamente, até à ordenação final de todos os candidatos admitidos a concurso e previamente aprovados em mérito absoluto.

Em cada votação, as decisões do júri são tomadas por maioria absoluta e a metodologia de seriação dos candidatos é a que consta no n.º 5 do artigo 20.º do Regulamento, cumprindo-se o disposto no artigo 17.º do Regulamento.

Concluída a aplicação dos critérios de avaliação e seriação, o júri procede à elaboração de uma lista unitária de ordenação dos candidatos.

7 – Parâmetros preferenciais

Em caso de empate na lista de ordenação de cada membro do júri, é dada preferência ao nível científico dos trabalhos publicados.

8 – Audições Públicas

O júri pode promover audições públicas, em igualdade de circunstâncias, aos candidatos admitidos em mérito absoluto, nos termos da alínea b) do n.º 4 do artigo 50.º do ECDU. Nesse caso, as audições decorrerão entre o 15.º e o 30.º dia útil após o final do processo de admissão em mérito absoluto.

As audições mencionadas no parágrafo anterior têm por fim, exclusivamente, o esclarecimento de questões relacionadas com os documentos que tenham sido entregues pelo candidato, sendo excluída a formulação de questões.

9 – Apresentação de candidaturas

As candidaturas devem ser entregues, presencialmente, durante o horário normal de expediente (das 10h00 às 12h00 e das 14h00 às 16h00) na morada a seguir indicada, ou remetidas por correio registado e com aviso de receção, para a Área de Recursos Humanos da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, sito na Alameda da Universidade, 1649-014 Lisboa, até 30 dias úteis após a publicação deste edital no *Diário da República*.

Não são aceites candidaturas enviadas por correio eletrónico.

10 – Instrução da Candidatura

A candidatura deve ser formalizada através do formulário de candidatura, disponibilizado na página da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (<http://www.fd.ulisboa.pt/servicos/recursos-humanos/>), devendo o candidato manifestar o seu consentimento para que as comunicações e notificações no âmbito do procedimento concursal possam ter lugar por correio eletrónico, e é acompanhado da seguinte documentação, que deverá ser entregue em suporte digital em dez (10) pens (memória USB):

- a) Declaração sob compromisso de honra, em formato pdf, de que satisfaz os requisitos previstos na Lei e no presente Edital relativos à admissão ao concurso, conforme modelo publicado em anexo;
- b) *Curriculum vitae* do candidato, em formato pdf, com indicação das obras e trabalhos efetuados e publicados, da atividade científica e pedagógica, bem como das atividades relevantes para a missão das instituições de ensino superior realizadas pelo candidato;
- c) Exemplar da tese de doutoramento, em formato pdf, do qual conste capa com título, ano e instituição onde foi discutida;
- d) Versão eletrónica, em formato pdf, das publicações referidas no *curriculum* e de outros trabalhos que os candidatos considerem relevantes para a apreciação do júri, devendo o *curriculum* indicar o conjunto de trabalhos mais representativos até um máximo de cinco trabalhos.
- e) Declaração de consentimento de uso de dados pessoais pelos serviços para a tramitação do concurso, nomeadamente para efeito de audiência dos interessados.

11 – Idioma

Os documentos que instruem a candidatura devem ser apresentados em língua portuguesa.

O júri pode solicitar, em caso de necessidade, que as obras indicadas no *curriculum vitae* sejam traduzidas para português ou para outra língua que o júri compreenda ou que delas seja feito um resumo desenvolvido nas mesmas línguas.

12 – Constituição do Júri

Nos termos dos artigos 45.º e 46.º do ECDU e do artigo 14.º do Regulamento, o júri é composto pelos seguintes membros:

Presidente: Reitor da Universidade de Lisboa, Professor Doutor Luís Manuel dos Anjos Ferreira.

Vogais:

Doutora Maria Clara da Cunha Calheiros de Carvalho, Professora Catedrática da Escola de Direito da Universidade do Minho;

Doutor Christian Baldus, Catedrático da Faculdade de Direito da Universidade de Heidelberg;

Doctor Georges Martyn, Hoogleraar da Faculdade de Direito e Criminologia da Universidade de Ghent;

Doctor Pedro Ortego Gil, Catedrático de Universidad da Faculdade de Direito da Universidade de Santiago de Compostela;

Doutor António Pedro Pereira Nina Barbas Homem, Professor Catedrático da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa;

Doutor Eduardo Alves Augusto Vera-Cruz Pinto, Professor Catedrático da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

___ de ___ de 2023. — A Diretora, Professora Doutora Paula Vaz Freire.

ANEXO

Declaração sob compromisso de honra

S

_____ (nome), candidato ao concurso para recrutamento de ____ posto(s) de trabalho de Professor(a) Auxiliar existente no mapa de pessoal da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, declara, sob compromisso de honra, que reúne os requisitos previstos no artigo 17.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, bem como os exigidos no artigo 40.º do Estatuto da Carreira Docente Universitária, republicado pelo Decreto-Lei n.º 205/2009, de 31 de agosto, alterado pela Lei n.º 8/2010, de 13 de maio, que preenche todos os requisitos de admissão ao presente concurso que vêm previstos na Lei, em especial no capítulo IV do Estatuto da Carreira Docente Universitária, os Regulamentos, em especial no Regulamento Geral de Concursos para Recrutamento de Professores Catedráticos, Associados e Auxiliares da Universidade de Lisboa, e no presente Edital.

O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a sua exclusão do presente concurso, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

O declarante tem pleno conhecimento de que, caso venha a ser colocado em lugar elegível para contratação na ordenação final homologada do presente concurso, dispõe de um prazo improrrogável de 10 dias úteis, contados da notificação daquela ordenação final, para apresentar, na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, documentos comprovativos de que possui os requisitos exigidos para admissão ao presente concurso.

O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos comprovativos referidos no parágrafo anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a sua exclusão do presente concurso.

_____ (local), _____ (data).

_____ (assinatura)



EDITAL

Faz-se saber que, perante a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, pelo prazo de 30 dias úteis, a contar do dia imediato ao da publicação do presente Edital no *Diário da República*, está aberto concurso documental internacional para recrutamento, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas, de três (3) Professores Auxiliares, na área disciplinar de Ciências Jurídico-Políticas, constante do mapa de pessoal docente da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

O concurso é aberto nos termos dos artigos 37.º a 51.º, 61.º e 62.º-A do Estatuto da Carreira Docente Universitária, republicado pelo Decreto-Lei n.º 205/2009, de 31 de agosto e alterado pela Lei n.º 8/2010, de 13 de maio (abreviadamente designado ECDU), e demais legislação aplicável, designadamente do Regulamento Geral de Concursos para Recrutamento de Professores Catedráticos, Associados e Auxiliares da Universidade de Lisboa, aprovado por Despacho Reitoral de 16 de fevereiro de 2015, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 45, de 5 de março, pelo Despacho n.º 2307/2015 (abreviadamente designado Regulamento).

O despacho conjunto n.º 373/2000, de 31 de março, do Ministro da Reforma do Estado e da Administração Pública e da Ministra para a Igualdade, determina a obrigatoriedade de nos concursos de ingresso e acesso se proceder à seguinte menção:

“Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove ativamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.”

Neste sentido, os termos ‘candidato’, ‘recrutado’, ‘professor’ e outros similares não são usados neste edital para referir o género das pessoas.

De igual modo, nenhum candidato pode ser privilegiado, beneficiado, prejudicado ou privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão, nomeadamente, de ascendência, idade, orientação sexual, estado civil, situação familiar, situação económica, instrução, origem ou condição social, património genético, capacidade de trabalho reduzida, deficiência, doença crónica, nacionalidade, origem étnica ou raça, território de origem, língua, religião, convicções políticas ou ideológicas e filiação sindical.

Em conformidade com os artigos 37.º a 51.º do ECDU e demais legislação aplicável, e com disposto no artigo 8.º do Regulamento de Concursos para Recrutamento de Professores Catedráticos, Associados e Auxiliares da Universidade de Lisboa, observar-se-ão as seguintes disposições:

1 – Despacho de autorização

A abertura do presente concurso foi autorizada por Despacho do Reitor da Universidade de Lisboa, Professor Doutor Luís Manuel dos Anjos Ferreira, de _____, proferido após a confirmação cumulativa dos seguintes requisitos:

- a) Existência de adequado cabimento orçamental;
- b) Que o posto de trabalho a concurso se encontra previsto e não ocupado no mapa de pessoal docente da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

2 – Local de trabalho

Instalações da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Alameda da Universidade, Cidade Universitária, em Lisboa.

3 – Requisitos de admissão ao concurso

São, requisitos de admissão ao concurso:

- a) Ser titular do grau de Doutor, nos termos do artigo 41.º-A do ECDU;
- b) Os titulares de graus académicos atribuídos por instituições de ensino superior estrangeiras deverão ser detentores de reconhecimento do grau de Doutor nos termos do Decreto-Lei n.º 66/2018, de 16 de agosto;
- c) O reconhecimento do grau de Doutor, a que se refere a alínea anterior, deverá ser obtido até à data do termo do prazo concedido para a celebração do contrato, caso o candidato ordenado em lugar elegível tenha obtido o grau de Doutor no estrangeiro.
- d) Domínio da língua portuguesa falada e escrita – a nível avançado (C2 – Quadro Europeu Comum de Referência). Os candidatos de nacionalidade estrangeira, exceto os dos Países de Expressão Oficial Portuguesa, deverão ser titulares de diploma reconhecido oficialmente, comprovativo do domínio da escrita e da oralidade da Língua Portuguesa, obtido até à data do termo do prazo concedido para a celebração do contrato, caso o candidato seja ordenado em lugar elegível;
- e) Instruir a candidatura com os documentos descritos e nos termos previstos nos Capítulos 3, 10 e 11 deste Edital. A não entrega de algum dos documentos que deve instruir a candidatura, no prazo previsto e nos termos indicados nos Capítulos 9, 10 e 11 deste Edital, determina desde logo a não admissão da mesma, o que deverá ser objeto de análise e decisão do Diretor da Faculdade de Direito previamente à deliberação do júri sobre o mérito absoluto.

4 – Requisitos à admissão em mérito absoluto:

Encontrando-se as candidaturas devidamente instruídas e tal como previsto no n.º 2 do artigo 10.º do Regulamento “a aprovação em mérito absoluto depende da posse de currículo global que o júri considere, fundamentadamente revestir mérito científico, capacidade de investigação e valor da atividade pedagógica já desenvolvida, compatíveis com a área ou áreas disciplinares a que respeita o concurso, e adequadas à respetiva categoria”.

Na apreciação do *curriculum* é especialmente tido em conta o facto de o doutoramento ter sido feito na área disciplinar em que é aberto o concurso.

5 – Parâmetros de avaliação e seriação em mérito relativo, respetiva ponderação e sistema de valoração final:

Tendo em consideração as funções a desempenhar pelos professores auxiliares (n.º 3 do artigo 5.º do ECDU), as condições (artigo 37.º do ECDU) e as finalidades dos concursos (artigo 38.º do ECDU), bem como o disposto no n.º 4 do artigo 5.º do Regulamento, o Conselho Científico da Faculdade de Direito, visando conferir total transparência aos critérios de avaliação e seriação dos candidatos em concurso para professor auxiliar estabelece as seguintes regras e ponderações:

5.1 – O concurso para professor auxiliar tem como propósito averiguar a capacidade e o desempenho dos candidatos em aspetos que integram o conjunto das funções a desempenhar.

5.2 – Compete ao júri pronunciar-se sobre:

- a) O desempenho científico do candidato (até 75%);
- b) A capacidade pedagógica do candidato (até 15%);
- c) Outras atividades relevantes para a missão de instituição de ensino superior que hajam sido desenvolvidas pelo candidato (até 10%).

5.3 – O desempenho científico do candidato (até 75%) compreende:

- a) O percurso académico (10%);
- b) O nível qualitativo da investigação científica do doutoramento (30%);
- c) A qualidade científica de outros trabalhos publicados (15%);

d) O meio de publicação dos artigos, capítulos de livros e livros científicos, nomeadamente com sujeição a revisão por pares (5%).

e) O número e qualidade científica de conferências proferidas pelo candidato, a qualidade científica de jornadas científicas que o candidato tenha organizado ou em que tenha participado, bem como a coordenação e participação em projetos científicos (10 %);

f) A diversidade das competências linguísticas e a sua adequação ao grupo científico a que se candidata (5%).

5.4 – A capacidade pedagógica do candidato (até 15%) compreende:

a) O exercício de funções docentes (10%);

b) A produção de materiais pedagógicos relevantes (5%).

5.5 – As atividades relevantes para a missão de instituição de ensino superior que hajam sido desenvolvidas pelo candidato (até 10%) compreendem:

a) O exercício de cargos e funções académicas (até 7%);

b) As atividades de extensão cultural e outras atividades consideradas relevantes para o ensino e investigação, designadamente serviço à comunidade, serviço de cooperação e consultadoria a instituições públicas, atividades de formação de públicos escolares, atividades em projetos de interesse social e participação em projetos e organizações nacionais e internacionais de interesse científico, profissional ou cultural, no âmbito de uma instituição de ensino superior (até 3%).

6 – Ordenação final

Na seriação dos candidatos ao presente concurso, cada membro do júri apresenta uma lista ordenada dos candidatos por ordem decrescente do mérito, com base na qual participa na votação individual e justificada que conduz à ordenação final dos candidatos, nos termos do artigo 20.º do Regulamento.

O júri vota inicialmente para o 1.º lugar, depois para o 2.º lugar, e assim sucessivamente, até à ordenação final de todos os candidatos admitidos a concurso e previamente aprovados em mérito absoluto.

Em cada votação, as decisões do júri são tomadas por maioria absoluta e a metodologia de seriação dos candidatos é a que consta no n.º 5 do artigo 20.º do Regulamento, cumprindo-se o disposto no artigo 17.º do Regulamento.

Concluída a aplicação dos critérios de avaliação e seriação, o júri procede à elaboração de uma lista unitária de ordenação dos candidatos.

7 – Parâmetros preferenciais

Em caso de empate na lista de ordenação de cada membro do júri, é dada preferência ao nível científico dos trabalhos publicados.

8 – Audições Públicas

O júri pode promover audições públicas, em igualdade de circunstâncias, aos candidatos admitidos em mérito absoluto, nos termos da alínea b) do n.º 4 do artigo 50.º do ECDU. Nesse caso, as audições decorrerão entre o 15.º e o 30.º dia útil após o final do processo de admissão em mérito absoluto.

As audições mencionadas no parágrafo anterior têm por fim, exclusivamente, o esclarecimento de questões relacionadas com os documentos que tenham sido entregues pelo candidato, sendo excluída a formulação de questões.

9 – Apresentação de candidaturas

As candidaturas devem ser entregues, presencialmente, durante o horário normal de expediente (das 10h00 às 12h00 e das 14h00 às 16h00) na morada a seguir indicada, ou remetidas por correio registado e com aviso de receção, para a Área de Recursos Humanos da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, sito na Alameda da Universidade, 1649-014 Lisboa, até 30 dias úteis após a publicação deste edital no *Diário da República*.

70 2

Não são aceites candidaturas enviadas por correio eletrónico.

10 – Instrução da Candidatura

A candidatura deve ser formalizada através do formulário de candidatura, disponibilizado na página da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (<http://www.fd.ulisboa.pt/servicos/recursos-humanos/>), devendo o candidato manifestar o seu consentimento para que as comunicações e notificações no âmbito do procedimento concursal possam ter lugar por correio eletrónico, e é acompanhado da seguinte documentação, que deverá ser entregue em suporte digital em dez (10) pens (memória USB):

- a) Declaração sob compromisso de honra, em formato pdf, de que satisfaz os requisitos previstos na Lei e no presente Edital relativos à admissão ao concurso, conforme modelo publicado em anexo;
- b) *Curriculum vitae* do candidato, em formato pdf, com indicação das obras e trabalhos efetuados e publicados, da atividade científica e pedagógica, bem como das atividades relevantes para a missão das instituições de ensino superior realizadas pelo candidato;
- c) Exemplar da tese de doutoramento, em formato pdf, do qual conste capa com título, ano e instituição onde foi discutida;
- d) Versão eletrónica, em formato pdf, das publicações referidas no *curriculum* e de outros trabalhos que os candidatos considerem relevantes para a apreciação do júri, devendo o *curriculum* indicar o conjunto de trabalhos mais representativos até um máximo de cinco trabalhos.
- e) Declaração de consentimento de uso de dados pessoais pelos serviços para a tramitação do concurso, nomeadamente para efeito de audiência dos interessados.

11 – Idioma

Os documentos que instruem a candidatura devem ser apresentados em língua portuguesa.

O júri pode solicitar, em caso de necessidade, que as obras indicadas no *curriculum vitae* sejam traduzidas para português ou para outra língua que o júri compreenda ou que delas seja feito um resumo desenvolvido nas mesmas línguas.

12 – Constituição do Júri

Nos termos dos artigos 45.º e 46.º do ECDU e do artigo 14.º do Regulamento, o júri é composto pelos seguintes membros:

Presidente: Reitor da Universidade de Lisboa, Professor Doutor Luís Manuel dos Anjos Ferreira.

Vogais:

Doutora Alessandra Silveira, Professora Associada com Agregação da Escola de Direito da Universidade do Minho;

Doutora Helena Pereira de Melo, Professora Associada com Agregação da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa;

Doutor Mário Aroso de Almeida, Professor Catedrático da Escola de Lisboa da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa;

Doutor Jónatas Machado, Professor Catedrático da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra;

Doutor Vasco Pereira da Silva, Professor Catedrático da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa;

Doutora Maria João Estorninho, Professora Catedrática da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa;

Doutora Maria José Rangel de Mesquita, Professora Associada com Agregação da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

___ de ___ de 2023. — A Diretora, Professora Doutora Paula Vaz Freire.

ANEXO

Declaração sob compromisso de honra

A

>

_____ (nome), candidato ao concurso para recrutamento de ____ posto(s) de trabalho de Professor(a) Auxiliar existente no mapa de pessoal da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, declara, sob compromisso de honra, que reúne os requisitos previstos no artigo 17.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, bem como os exigidos no artigo 40.º do Estatuto da Carreira Docente Universitária, republicado pelo Decreto-Lei n.º 205/2009, de 31 de agosto, alterado pela Lei n.º 8/2010, de 13 de maio, que preenche todos os requisitos de admissão ao presente concurso que vêm previstos na Lei, em especial no capítulo IV do Estatuto da Carreira Docente Universitária, os Regulamentos, em especial no Regulamento Geral de Concursos para Recrutamento de Professores Catedráticos, Associados e Auxiliares da Universidade de Lisboa, e no presente Edital.

O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a sua exclusão do presente concurso, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

O declarante tem pleno conhecimento de que, caso venha a ser colocado em lugar elegível para contratação na ordenação final homologada do presente concurso, dispõe de um prazo improrrogável de 10 dias úteis, contados da notificação daquela ordenação final, para apresentar, na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, documentos comprovativos de que possui os requisitos exigidos para admissão ao presente concurso.

O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos comprovativos referidos no parágrafo anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a sua exclusão do presente concurso.

_____ (local), _____ (data).

_____ (assinatura)



EDITAL

Faz-se saber que, perante a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, pelo prazo de 30 dias úteis, a contar do dia imediato ao da publicação do presente Edital no *Diário da República*, está aberto concurso documental internacional para recrutamento, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas, de três (3) Professores Associados, na área disciplinar de Ciências Jurídicas, constante do mapa de pessoal docente da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

O concurso é aberto nos termos dos artigos 37.º a 51.º, 61.º e 62.º-A do Estatuto da Carreira Docente Universitária, republicado pelo Decreto-Lei n.º 205/2009, de 31 de agosto e alterado pela Lei n.º 8/2010, de 13 de maio (abreviadamente designado ECDU), e demais legislação aplicável, designadamente do Regulamento Geral de Concursos para Recrutamento de Professores Catedráticos, Associados e Auxiliares da Universidade de Lisboa, aprovado por Despacho Reitoral de 16 de fevereiro de 2015, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 45, de 5 de março, pelo Despacho n.º 2307/2015 (abreviadamente designado Regulamento).

O despacho conjunto n.º 373/2000, de 31 de março, do Ministro da Reforma do Estado e da Administração Pública e da Ministra para a Igualdade, determina a obrigatoriedade de nos concursos de ingresso e acesso se proceder à seguinte menção:

“Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove ativamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.”

Neste sentido, os termos ‘candidato’, ‘recrutado’, ‘professor’ e outros similares não são usados neste edital para referir o género das pessoas.

De igual modo, nenhum candidato pode ser privilegiado, beneficiado, prejudicado ou privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão, nomeadamente, de ascendência, idade, orientação sexual, estado civil, situação familiar, situação económica, instrução, origem ou condição social, património genético, capacidade de trabalho reduzida, deficiência, doença crónica, nacionalidade, origem étnica ou raça, território de origem, língua, religião, convicções políticas ou ideológicas e filiação sindical.

Em conformidade com os artigos 37.º a 51.º do ECDU e demais legislação aplicável, e com disposto no artigo 8.º do Regulamento de Concursos para Recrutamento de Professores Catedráticos, Associados e Auxiliares da Universidade de Lisboa, observar-se-ão as seguintes disposições:

1 – Despacho de autorização

A abertura do presente concurso foi autorizada por Despacho do Reitor da Universidade de Lisboa, Professor Doutor Luís Manuel dos Anjos Ferreira, de _____, proferido após a confirmação cumulativa dos seguintes requisitos:

- a) Existência de adequado cabimento orçamental;
- b) Que o posto de trabalho a concurso se encontra previsto e não ocupado no mapa de pessoal docente da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

2 – Local de trabalho

Instalações da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Alameda da Universidade, Cidade Universitária, em Lisboa.

3 – Requisitos de admissão ao concurso

São, requisitos de admissão ao concurso:

- a) Ser titular do grau de Doutor, atribuído há mais de cinco anos, contados da data limite para a entrega das candidaturas, nos termos do artigo 41.º do ECDU;
- b) Os titulares de graus académicos atribuídos por instituições de ensino superior estrangeiras deverão ser detentores de reconhecimento do grau de Doutor nos termos do Decreto-Lei n.º 66/2018, de 16 de agosto;
- c) O reconhecimento do grau de Doutor, a que se refere a alínea anterior, deverá ser obtido até à data do termo do prazo concedido para a celebração do contrato, caso o candidato ordenado em lugar elegível tenha obtido o grau de Doutor no estrangeiro.
- d) Domínio da língua portuguesa falada e escrita – a nível avançado (C2 – Quadro Europeu Comum de Referência). Os candidatos de nacionalidade estrangeira, exceto os dos Países de Expressão Oficial Portuguesa, deverão ser titulares de diploma reconhecido oficialmente, comprovativo do domínio da escrita e da oralidade da Língua Portuguesa, obtido até à data do termo do prazo concedido para a celebração do contrato, caso o candidato seja ordenado em lugar elegível;
- e) Instruir a candidatura com os documentos descritos e nos termos previstos nos Capítulos 3, 10 e 11 deste Edital. A não entrega de algum dos documentos que deve instruir a candidatura, no prazo previsto e nos termos indicados nos Capítulos 9, 10 e 11 deste Edital, determina desde logo a não admissão da mesma, o que deverá ser objeto de análise e decisão do Diretor da Faculdade de Direito previamente à deliberação do júri sobre o mérito absoluto.

4 – Requisitos à admissão em mérito absoluto:

Encontrando-se as candidaturas devidamente instruídas e tal como previsto no n.º 2 do artigo 10.º do Regulamento “a aprovação em mérito absoluto depende da posse de currículo global que o júri considere, fundamentadamente revestir mérito científico, capacidade de investigação e valor da atividade pedagógica já desenvolvida, compatíveis com a área ou áreas disciplinares a que respeita o concurso, e adequadas à respetiva categoria”.

Na apreciação do *curriculum* é especialmente tido em conta o facto de o doutoramento ter sido feito na área disciplinar em que é aberto o concurso.

5 – Parâmetros de avaliação e seriação em mérito relativo, respetiva ponderação e sistema de valoração final:

Tendo em consideração as funções a desempenhar pelos professores associados (n.º 2 do artigo 5.º do ECDU), as condições (artigo 37.º do ECDU) e as finalidades dos concursos (artigo 38.º do ECDU), bem como o disposto no n.º 4 do artigo 5.º do Regulamento, o Conselho Científico da Faculdade de Direito, visando conferir total transparência aos critérios de avaliação e seriação dos candidatos em concurso para professor associado estabelece as seguintes regras e ponderações:

5.1 – O concurso para professor associado tem como propósito averiguar a capacidade e o desempenho dos candidatos em aspetos que integram o conjunto das funções a desempenhar.

5.2 – Compete ao júri pronunciar-se sobre:

- a) O projeto científico e pedagógico sobre os conteúdos, os métodos de ensino e a bibliografia numa unidade curricular da área disciplinar em que é aberto o concurso (até 35%);
- b) O desempenho científico do candidato (até 35%);
- c) A capacidade pedagógica do candidato (até 25%);
- d) Outras atividades relevantes para a missão de instituição de ensino superior que hajam sido desenvolvidas pelo candidato (até 5%).

5.3 – O desempenho científico do candidato (até 35%) compreende:

- a) A formação académica, incluindo o nível das provas académicas realizadas (até 15%);
b) A qualidade e difusão, nacional e internacional, dos resultados da atividade de investigação constantes, designadamente, das anotações, dos artigos e das monografias publicadas (até 15%);
c) As conferências, colaborações e jornadas científicas (até 5%).

5.4 – A capacidade pedagógica do candidato (até 25%) compreende:

- a) As funções docentes, incluindo a publicação de lições e outros materiais didáticos (até 12%);
b) A participação em júris, em especial com funções de arguição (até 8%);
c) A orientação de trabalhos académicos (até 5%).

5.5 – As atividades relevantes para a missão de instituição de ensino superior que tenham sido desenvolvidas pelo candidato (até 5%) compreendem:

- a) O exercício de cargos e funções académicas (até 3%);
b) As atividades de extensão cultural e outras atividades consideradas relevantes para o ensino e investigação, designadamente serviço à comunidade, serviço de cooperação e consultadoria a instituições públicas, atividades de formação de públicos escolares, atividades em projetos de interesse social e participação em projetos e organizações nacionais e internacionais de interesse científico, profissional ou cultural, no âmbito de uma instituição de ensino superior (até 2%).

6 – Ordenação final

Na seriação dos candidatos ao presente concurso, cada membro do júri apresenta uma lista ordenada dos candidatos por ordem decrescente do mérito, com base na qual participa na votação individual e justificada que conduz à ordenação final dos candidatos, nos termos do artigo 20.º do Regulamento.

O júri vota inicialmente para o 1.º lugar, depois para o 2.º lugar, e assim sucessivamente, até à ordenação final de todos os candidatos admitidos a concurso e previamente aprovados em mérito absoluto.

Em cada votação, as decisões do júri são tomadas por maioria absoluta e a metodologia de seriação dos candidatos é a que consta no n.º 5 do artigo 20.º do Regulamento, cumprindo-se o disposto no artigo 17.º do Regulamento.

Concluída a aplicação dos critérios de avaliação e seriação, o júri procede à elaboração de uma lista unitária de ordenação dos candidatos.

7 – Parâmetros preferenciais

Em caso de empate na lista de ordenação de cada membro do júri, é dada preferência ao nível científico dos trabalhos publicados.

8 – Audições Públicas

O júri pode promover audições públicas, em igualdade de circunstâncias, aos candidatos admitidos em mérito absoluto, nos termos da alínea b) do n.º 4 do artigo 50.º do ECDU. Nesse caso, as audições decorrerão entre o 15.º e o 30.º dia útil após o final do processo de admissão em mérito absoluto.

As audições mencionadas no parágrafo anterior têm por fim, exclusivamente, o esclarecimento de questões relacionadas com os documentos que tenham sido entregues pelo candidato, sendo excluída a formulação de questões.

9 – Apresentação de candidaturas

As candidaturas devem ser entregues, presencialmente, durante o horário normal de expediente (das 10h00 às 12h00 e das 14h00 às 16h00) na morada a seguir indicada, ou remetidas por correio registado e com aviso de receção, para a Área de Recursos Humanos da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, sito na Alameda da Universidade, 1649-014 Lisboa, até 30 dias úteis após a publicação deste edital no *Diário da República*.

Não são aceites candidaturas enviadas por correio eletrónico.

10 – Instrução da Candidatura

A candidatura deve ser formalizada através do formulário de candidatura, disponibilizado na página da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (<http://www.fd.ulisboa.pt/servicos/recursos-humanos/>), devendo o candidato manifestar o seu consentimento para que as comunicações e notificações no âmbito do procedimento concursal possam ter lugar por correio eletrónico, e é acompanhado da seguinte documentação, que deverá ser entregue em suporte digital em dez (10) pens (memória USB):

- a) Declaração sob compromisso de honra, em formato pdf, de que satisfaz os requisitos previstos na Lei e no presente Edital relativos à admissão ao concurso, conforme modelo publicado em anexo;
- b) *Curriculum vitae* do candidato, em formato pdf, com indicação das obras e trabalhos efetuados e publicados, da atividade científica e pedagógica, bem como das atividades relevantes para a missão das instituições de ensino superior realizadas pelo candidato;
- c) Projeto científico e pedagógico, sobre os conteúdos, os métodos de ensino e a bibliografia de uma unidade curricular da área disciplinar em que é aberto o concurso;
- d) Exemplar da tese de doutoramento, em formato pdf, do qual conste capa com título, ano e instituição onde foi discutida;
- e) Versão eletrónica, em formato pdf, das publicações referidas no *curriculum* e de outros trabalhos que os candidatos considerem relevantes para a apreciação do júri, devendo o *curriculum* indicar o conjunto de trabalhos mais representativos até um máximo de cinco trabalhos.
- f) Declaração de consentimento de uso de dados pessoais pelos serviços para a tramitação do concurso, nomeadamente para efeito de audiência dos interessados.

11 – Idioma

Os documentos que instruem a candidatura devem ser apresentados em língua portuguesa.

O júri pode solicitar, em caso de necessidade, que as obras indicadas no *curriculum vitae* sejam traduzidas para português ou para outra língua que o júri compreenda ou que delas seja feito um resumo desenvolvido nas mesmas línguas.

12 – Constituição do Júri

Nos termos dos artigos 45.º e 46.º do ECDU e do artigo 14.º do Regulamento, o júri é composto pelos seguintes membros:

Presidente: Reitor da Universidade de Lisboa, Professor Doutor Luís Manuel dos Anjos Ferreira.

Vogais:

Doutora Maria João Antunes, Professora Catedrática da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra;

Doutor João Carlos Leal Amado, Professor Catedrático da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra;

Doutor Filipe Cassiano dos Santos, Professor Catedrático da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra;

Doutor Paulo Mota Pinto, Professor Catedrático da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra;

Doutora Maria Fernanda Palma, Professora Catedrática da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa;

Doutor Luís Menezes Leitão, Professor Catedrático da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa;

Doutor Dário Moura Vicente, Professor Catedrático da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

___ de ___ de 2023. — A Diretora, Professora Doutora Paula Vaz Freire.

ANEXO

Declaração sob compromisso de honra

_____ (nome), candidato ao concurso para recrutamento de ___ posto(s) de trabalho de Professor(a) Associado(a) existente no mapa de pessoal da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, declara, sob

compromisso de honra, que reúne os requisitos previstos no artigo 17.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, bem como os exigidos no artigo 40.º do Estatuto da Carreira Docente Universitária, republicado pelo Decreto-Lei n.º 205/2009, de 31 de agosto, alterado pela Lei n.º 8/2010, de 13 de maio, que preenche todos os requisitos de admissão ao presente concurso que vêm previstos na Lei, em especial no capítulo IV do Estatuto da Carreira Docente Universitária, os Regulamentos, em especial no Regulamento Geral de Concursos para Recrutamento de Professores Catedráticos, Associados e Auxiliares da Universidade de Lisboa, e no presente Edital.

O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a sua exclusão do presente concurso, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

O declarante tem pleno conhecimento de que, caso venha a ser colocado em lugar elegível para contratação na ordenação final homologada do presente concurso, dispõe de um prazo improrrogável de 10 dias úteis, contados da notificação daquela ordenação final, para apresentar, na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, documentos comprovativos de que possui os requisitos exigidos para admissão ao presente concurso.

O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos comprovativos referidos no parágrafo anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a sua exclusão do presente concurso.

____ (local), ____ (data).

____ (assinatura)



Grupo Científico: Ciências Económicas

Mapa de Constituição de Júri

Ciclo de Estudos	Especialidade	N.º	Nome Aluno(a)	Data de Entrega	Título	Orientação	Júri*
Ciência Jurídica	Direito Fiscal	60576	Allan Johnnes Leite Moura	03/11/2023	A Tributação nos Instrumentos Financeiros Derivados	Prof(a). Doutor(a) Paula Cristina Santos Rosado Pereira	Prof(a). Doutor(a) Luís Morais (PR) Prof(a). Doutor(a) Paula Rosado Pereira (O) Prof(a). Doutor(a) Rute Saraiva (A) Prof(a). Doutor(a) A. Barreto Menezes Cordeiro
Ciência Jurídica	Direito Financeiro e Económico Global	64098	Vitor Pacheco Loss	10/11/2023	Regulação e tributação de ativos digitais e criptoativos no Metaverso	Prof(a). Doutor(a) Nuno Filipe Abrantes Leal da Cunha Rodrigues	Prof(a). Doutor(a) Paula Vaz Freire (PR) Prof(a). Doutor(a) Nuno Cunha Rodrigues (O) Prof(a). Doutor(a) Miguel Patrício (A) Prof(a). Doutor(a) Diogo Pereira Duarte
Prática Jurídica	Direito Financeiro e Fiscal	52430	Rubem Cândido da Silva Caio	13/10/2023	Economia Digital, Mercado Único Digital, Realidade de outros Ordenamentos e um caso concreto do Mercado Angolano	Prof(a). Doutor(a) Guilherme Waldemar Goulão Dos Reis de Oliveira Martins	Prof(a). Doutor(a) José Renato Gonçalves (PR) Prof(a). Doutor(a) Guilherme W. Oliveira Martins (O) Prof(a). Doutor(a) Pedro Infante Mota (A)
Prática Jurídica	Direito Financeiro e Fiscal	63913	Simão Saluwanda	13/10/2023	A DUPLA TRIBUTAÇÃO DOS RENDIMENTOS DAS EMPRESAS MULTINACIONAIS: A DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS E O REGIME DE PREÇOS DE TRANSFERÊNCIA NO SISTEMA FISCAL ANGOLANO.	Prof(a). Doutor(a) Carlos Manuel Baptista Lobo	Prof(a). Doutor(a) Miguel Moura e Silva (PR) Prof(a). Doutor(a) Carlos Lobo (O) Prof(a). Doutor(a) Paula Rosado Pereira (A)

* Indicar a função do elemento do júri (Presidente, Arguente, Orientador e/ou Vogal)



Grupo Científico: Ciências Jurídicas

Mapa de Constituição de Júri

Ciclo de Estudos	Especialidade	N.º	Nome Aluno(a)	Data de Entrega	Título	Orientação	Júri*
Ciência Jurídica	Direito Penal e Ciências Criminais	58882	Fernanda Moura Muniz	29/09/2023	A INTERVENÇÃO MÉDICA NOS PACIENTES DETIDOS À LUZ DO RESPEITO À AUTONOMIA DE VONTADE	Prof.(a) Doutor(a) Paulo Manuel Mello Sousa Mendes	Prof(a). Doutor(a) Maria Fernanda Palma (Presidente) Prof(a). Doutor(a) Paulo de Sousa Mendes (Orientador) Prof(a). Doutor(a) Miguel Romão (Vogal) Prof(a). Doutor(a) Teresa Quintela de Brito (Arguente)
Ciência Jurídica	Direito Penal e Ciências Criminais	62046	João Ricardo Moreira Monteiro da Franca Júnior	11/10/2023	Pesquisa e apreensão de dados informáticos no processo penal	Prof.(a) Doutor(a) Paulo Manuel Mello Sousa Mendes	Prof(a). Doutor(a) Eduardo Vera-Cruz Pinto (Presidente) Prof(a). Doutor(a) Paulo de Sousa Mendes (Orientador) Prof(a). Doutor(a) Elsa Oliveira (Vogal) Prof(a). Doutor(a) Rui Soares Pereira (Arguente)
Prática Jurídica	Direito Penal	64027	Alan Régis Lucena Silva	10/10/2023	Redes sociais, direito à privacidade e prova penal.	Prof.(a) Doutor(a) Teresa Maria Quintela de Brito Prazeres da Silva	Prof(a). Doutor(a) Raquel Brizida de Castro (Presidente) Prof(a). Doutor(a) Teresa Quintela de Brito (Orientadora) Prof(a). Doutor(a) António Brito Neves (Arguente)

* Indicar a função do elemento do júri (Presidente, Arguente, Orientador e/ou Vogal)



Mapa de Constituição de Júri

Ciclo de Estudos	Especialidade	N.º	Nome Aluno(a)	Data de Entrega	Título	Orientação	Júri*
Ciência Jurídica	Direito Penal e Ciências Criminais	52591	Ana Matilde Assis Pacheco Duarte	28/07/2023	Ne bis in idem e pluralidade de processos sancionatórios. O caso do concurso entre crime e contraordenação no Direito português	Prof.(a) Doutor(a) Helena Marisa Pinheiro da Costa Morão	Prof(a). Doutor(a) Maria Fernanda Palma (Presidente) Prof(a). Doutor(a) Helena Morão (Orientadora) Prof(a). Doutor(a) Rui Soares Pereira (Arguente) Prof(a). Doutor(a) Ana Soares Pinto (Vogal)
Ciência Jurídica	Direito Penal e Ciências Criminais	46722	André Fino Fortunato	28/09/2023	O crime de aquisição, detenção e uso de vantagens de proveniência ilícita	Prof.(a) Doutor(a) Helena Marisa Pinheiro da Costa Morão	Prof(a). Doutor(a) Paulo de Sousa Mendes (Presidente) Prof(a). Doutor(a) Helena Morão (Orientadora) Prof(a). Doutor(a) Vitalino Canas (Arguente) Prof(a). Doutor(a) Alar Leite (Vogal)
Ciência Jurídica	Direito Penal e Ciências Criminais	64135	Anna de Carvalho Corrêa Tanure	29/09/2023	A Psicopatia Ante o Direito Penal	Prof.(a) Doutor(a) Helena Marisa Pinheiro da Costa Morão	Prof(a). Doutor(a) Maria Fernanda Palma (Presidente) Prof(a). Doutor(a) Carlos Alberto Polares (Arguente) Prof(a). Doutor(a) Helena Morão (Orientadora) Prof(a). Doutor(a) Cláudia Monge (Vogal)
Ciência Jurídica	Direito Penal e Ciências Criminais	61920	Carlos Alberto da Silva Galdino	27/07/2023	Os poderes e os limites do Juiz na formação do acordo de colaboração premiada	Prof.(a) Doutor(a) Paulo Manuel Mello Sousa Mendes	Prof(a). Doutor(a) Paula Costa e Silva (Presidente) Prof(a). Doutor(a) Paulo de Sousa Mendes (Orientador) Prof(a). Doutor(a) Alar Leite (Arguente) Prof(a). Doutor(a) Ana Rita Gil (Vogal)
Ciência Jurídica	Direito Penal e Ciências Criminais	61794	Carolina Rocha Antunes	11/09/2023	Da liberdade sexual à relevância da vontade no direito penal sexual: uma perspetiva com base no paradigma da violência de género	Prof.(a) Doutor(a) Helena Marisa Pinheiro da Costa Morão	Prof(a). Doutor(a) Maria Fernanda Palma (Presidente) Prof(a). Doutor(a) Margarida Silva Pereira (Arguente) Prof(a). Doutor(a) Helena Morão (Orientadora) Prof(a). Doutor(a) Ana Gouveia Martins (Vogal)
Ciência Jurídica	Direito Penal e Ciências Criminais	63805	Chantal Braga de Siqueira Carvalho	28/09/2023	A simbiose entre o lícito e o ilícito no tráfico global de drogas: a responsabilidade das companhias privadas em evitar a infiltração de drogas no mercado legal	Prof.(a) Doutor(a) Inês Vieira da Silva Ferreira Leite	Prof(a). Doutor(a) José Luís Bonifácio Ramos (Presidente) Prof(a). Doutor(a) Inês Ferreira Leite (Orientadora) Prof(a). Doutor(a) Rui Soares Pereira (Vogal) Prof(a). Doutor(a) António Brito Neves (Arguente)
Ciência Jurídica	Direito Penal e Ciências Criminais	63789	Filipe Borges Bringhamiti	26/09/2023	Ônus da prova defensivo, inferência negativa e nemo tenetur se ipsum accusare	Prof.(a) Doutor(a) Paulo Manuel Mello Sousa Mendes	Prof(a). Doutor(a) Miguel Teixeira de Sousa (Presidente) Prof(a). Doutor(a) Paulo de Sousa Mendes (Orientador) Prof(a). Doutor(a) João Marques Martins (Vogal) Prof(a). Doutor(a) Alar Leite (Arguente)
Ciência Jurídica	Direito Penal e Ciências Criminais	63775	Flávia Farias Custódio	28/09/2023	JUSTIÇA RESTAURATIVA NOS CASOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA	Prof.(a) Doutor(a) Inês Vieira da Silva Ferreira Leite	Prof(a). Doutor(a) Jorge Duarte Pinheiro (Presidente) Prof(a). Doutor(a) Isabel Graes (Vogal) Prof(a). Doutor(a) Inês Ferreira Leite (Orientadora) Prof(a). Doutor(a) António Brito Neves (Arguente)
Ciência Jurídica	Direito Penal e Ciências Criminais	63822	Geórgia de Araújo Campo Dall'Orto	29/09/2023	Alienação Parental e a Responsabilidade Penal do Alienador	Prof.(a) Doutor(a) Helena Marisa Pinheiro da Costa Morão	Prof(a). Doutor(a) Jorge Duarte Pinheiro (Presidente) Prof(a). Doutor(a) Sílvia Anjos Alves (Vogal) Prof(a). Doutor(a) Helena Morão (Orientadora) Prof(a). Doutor(a) Teresa Quintela de Brito (Arguente)
Ciência Jurídica	Direito Penal e Ciências Criminais	61801	Gustavo Teixeira Nacarath	28/09/2023	Alguns desafios da investigação tecnológica contemporânea: o geofence warrant, a busca reversa e a colaboração das plataformas de tecnologia	Prof.(a) Doutor(a) Paulo Manuel Mello Sousa Mendes	Prof(a). Doutor(a) Maria José Rangel Mesquita (Presidente) Prof(a). Doutor(a) Paulo de Sousa Mendes (Orientador) Prof(a). Doutor(a) Rui Soares Pereira (Vogal) Prof(a). Doutor(a) Alar Leite (Arguente)
Ciência Jurídica	Direito Penal e Ciências Criminais	61901	Herbert Vitorio Serafim de Carvalho	27/07/2023	Whistleblowing, investigações internas e dever de sigilo	Prof.(a) Doutor(a) Paulo Manuel Mello Sousa Mendes	Prof(a). Doutor(a) Miguel Teixeira de Sousa (Presidente) Prof(a). Doutor(a) Paulo de Sousa Mendes (Orientador) Prof(a). Doutor(a) Rui Soares Pereira (Vogal) Prof(a). Doutor(a) Alar Leite (Arguente)

* Indicar a função do elemento do júri (Presidente, Arguente, Orientador e/ou Vogal)

Mapa de Constituição de Júri

Ciclo de Estudos	Especialidade	N.º	Nome Afunção(a)	Data de Entrega	Título	Orientação	Júri*
Ciência Jurídica	Direito Penal e Ciências Criminais	58852	Marcelle Cristine de Figueiredo Arruda	17/08/2023	A violência de género online e as diferentes intervenções penais no Direito Comparado	Prof.(a) Doutor(a) Inês Vieira da Silva Ferreira Leite	Prof(a). Doutor(a) Maria Fernanda Palma (Presidente) Prof(a). Doutor(a) Ana Gouveia Martins (Vogal) Prof(a). Doutor(a) Inês Ferreira Leite (Orientadora) Prof(a). Doutor(a) António Brito Neves (Arguente)
Ciência Jurídica	Direito Penal e Ciências Criminais	48956	Maria Eduarda Rodrigues Borges	25/07/2023	A responsabilidade penal em contexto de pandemia. Contributo para o estudo de questões de tipicidade.	Prof.(a) Doutor(a) Helena Marisa Pinheiro da Costa Morão	Prof(a). Doutor(a) Maria Fernanda Palma (Presidente) Prof(a). Doutor(a) Miriam Brigas (Vogal) Prof(a). Doutor(a) Helena Morão (Orientadora) Prof(a). Doutor(a) Alaor Leite (Arguente)
Ciência Jurídica	Direito Penal e Ciências Criminais	61800	Marina Gomes Noronha Santos	10/07/2023	Direito ao Confronto no Processo penal	Prof.(a) Doutor(a) Paulo Manuel Mello Sousa Mendes	Prof(a). Doutor(a) José Alberto Vieira (Presidente) Prof(a). Doutor(a) Paulo de Sousa Mendes (Orientador) Prof(a). Doutor(a) João Marques Martins (Vogal) Prof(a). Doutor(a) Alaor Leite (Arguente)
Ciência Jurídica	Direito Penal e Ciências Criminais	63745	Moara De Bellis Duarte dos Santos	22/09/2023	Um limite para a decretação de quebra de sigilo de dados telemáticos de pessoas (in)determinadas: um estudo comparado entre o Brasil e Portugal	Prof.(a) Doutor(a) Paulo Manuel Mello Sousa Mendes	Prof(a). Doutor(a) Eduardo Vera-Cruz Pinto (Presidente) Prof(a). Doutor(a) Paulo de Sousa Mendes (Orientador) Prof(a). Doutor(a) Raquel Brizida de Castro (Vogal) Prof(a). Doutor(a) Alaor Leite (Arguente)
Ciência Jurídica	Direito Penal e Ciências Criminais	62450	Morena Lemos Mendes El Halal	21/07/2023	Reflexões acerca da prostituição no ordenamento jurídico-penal português	Prof.(a) Doutor(a) Helena Marisa Pinheiro da Costa Morão	Prof(a). Doutor(a) Maria Fernanda Palma (Presidente) Prof(a). Doutor(a) Margarida Silva Pereira (Vogal) Prof(a). Doutor(a) Helena Morão (Orientadora) Prof(a). Doutor(a) António Brito Neves (Arguente)
Ciência Jurídica	Direito Penal e Ciências Criminais	63694	Rafael Cavalcanti Branco	28/09/2023	A ANÁLISE DE RISCOS COMO FERRAMENTA DE PREVENÇÃO AO BRANQUEAMENTO DE CAPITALIS EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	Prof.(a) Doutor(a) Inês Vieira da Silva Ferreira Leite	Prof(a). Doutor(a) Januário Costa Gomes (Presidente) Prof(a). Doutor(a) Inês Ferreira Leite (Orientadora) Prof(a). Doutor(a) Rui Soares Pereira (Arguente) Prof(a). Doutor(a) António Brito Neves (Vogal)
Prática Jurídica	Direito Penal	58324	Ana Miguel da Silva Figueiredo	17/08/2023	O Segredo Médico Profissional nas Doenças Contagiosas	Prof.(a) Doutor(a) Maria Fernanda Santos Martins Palma Pereira	Prof(a). Doutor(a) Miguel Teixeira de Sousa (Presidente) Prof(a). Doutor(a) Maria Fernanda Palma (Orientadora) Prof(a). Doutor(a) Teresa Quintela de Brito (Arguente)
Prática Jurídica	Direito Penal	62353	Ângela Coutinho da Costa	19/07/2023	O Branqueamento de Capitais com recurso a Criptoativos	Prof.(a) Doutor(a) Paulo Manuel Mello Sousa Mendes	Prof(a). Doutor(a) Fernando Araújo (Presidente) Prof(a). Doutor(a) Paulo de Sousa Mendes (Orientador) Prof(a). Doutor(a) Alaor Leite (Arguente)
Prática Jurídica	Direito Penal	62306	Catarina Alexandra Mateus Pina Fora	17/07/2023	O papel do direito penal no combate à violência de género: a autonomização do tipo do feminicídio no Código Penal Português	Prof.(a) Doutor(a) Inês Vieira da Silva Ferreira Leite	Prof(a). Doutor(a) Margarida Silva Pereira (Presidente) Prof(a). Doutor(a) Inês Ferreira Leite (Orientadora) Prof(a). Doutor(a) António Brito Neves (Arguente)
Prática Jurídica	Direito Penal	52987	Catarina Oliveira das Neves Baptista	10/07/2023	O impacto dos media nos processos judiciais em matéria penal	Prof.(a) Doutor(a) Inês Vieira da Silva Ferreira Leite	Prof(a). Doutor(a) Paula Vaz Freire (Presidente) Prof(a). Doutor(a) Inês Ferreira Leite (Orientadora) Prof(a). Doutor(a) Alaor Leite (Arguente)
Prática Jurídica	Direito Penal	54402	Pedro Filipe Pereira Félix Coelho	10/07/2023	O princípio nemo tenetur se ipsum accusare versus os deveres de informação e colaboração	Prof.(a) Doutor(a) Rui Filipe Soares Pereira	Prof(a). Doutor(a) Paulo de Sousa Mendes (Presidente) Prof(a). Doutor(a) Rui Soares Pereira (Orientador) Prof(a). Doutor(a) Alaor Leite (Arguente)

* Indicar a função do elemento do júri (Presidente, Arguente, Orientador e/ou Vogal)

Mapa de Constituição de Júri

Ciclo de Estudos	Especialidade	N.º	Nome Aluno(a)	Data de Entrega	Título	Orientação	Júri*
Prática Jurídica	Direito Penal	52594	Rosa Maria Esteves de Sousa Aleixo	10/07/2023	A utilização da Inteligência Artificial em processo penal: definição de perfis e tomada de decisão automatizada	Prof.(a) Doutor(a) Teresa Maria Quintela de Brito Prazeres da Silva	Prof(a). Doutor(a) Paulo de Sousa Mendes (Presidente) Prof(a). Doutor(a) Teresa Quintela de Brito (Orientadora) Prof(a). Doutor(a) João Marques Martins (Arguente)
Prática Jurídica	Direito Penal	41565	Sílvia Dionísio Soares Robalo	11/09/2023	Violência Doméstica: Os problemas de Concurso Identificados na Jurisprudência - Contributos para o estudo das questões do concurso efetivo homogéneo e heterogéneo	Prof.(a) Doutor(a) Teresa Maria Quintela de Brito Prazeres da Silva	Prof(a). Doutor(a) Maria Fernanda Palma (Presidente) Prof(a). Doutor(a) Teresa Quintela de Brito (Orientadora) Prof(a). Doutor(a) António Brito Neves (Arguente)
Prática Jurídica	Direito Penal	48713	Tânia Tais Martins Simões Alves Dos Anjos Moura Lopes	24/07/2023	O PODER DE CORRECÇÃO PARENTAL UMA ABORDAGEM HISTÓRICO-JURÍDICO-PENAL (A PALMADA SOCIALMENTE ACEITE)	Prof.(a) Doutor(a) Teresa Maria Quintela de Brito Prazeres da Silva	Prof(a). Doutor(a) Jorge Duarte Pinheiro (Presidente) Prof(a). Doutor(a) Teresa Quintela de Brito (Orientadora) Prof(a). Doutor(a) Rui Soares Pereira (Arguente)

* Indicar a função do elemento do júri (Presidente, Arguente, Orientador e/ou Vogal)



Mapa de Constituição de Júri

Grupo Científico: Ciências Histórico-Jurídicas

Ciclo de Estudos	Especialidade	N.º	Nome Aluno(a)	Data de Entrega*	Título	Orientação	Júri*
Ciência Jurídica	História do Direito	60502	Tatiana Margarida Moreira de Assis Aço	31/10/2023	O Tribunal da Relação de Luanda. Uma perspetiva histórico-jurídica.	Prof(a). Doutor(a) Isabel Maria Dos Santos Graes	Professor Doutor Pedro Barbas Homem (Presidente) Professor Doutor Eduardo Vera-Cruz Pinto (Arguente) Professora Doutora Isabel Graes (Orientadora) Professor Doutor Pedro Sanchez (Vogal)

* Indicar a função do elemento do júri (Presidente, Arguente, Orientador e/ou Vogal)



Grupo Científico: Ciências Jurídico-Políticas

Mapa de Constituição de Júri

Ciclo de Estudos	Especialidade	N.º	Nome Aluno(a)	Data de Entrega	Título	Orientação	Júri*
Ciência Jurídica	Ciências Jurídico-Internacionais	61900	Mirella Teles Oliveira	02/10/2023	A formação do Estado à luz do Direito Internacional: uma análise em particular do caso da Palestina e sua natureza jurídica.	Prof.(a) Doutor(a) Eduardo José Amaro Correia Silva Baptista	Profa. Doutora Maria Luisa Duarte (Presidente) Prof. Doutor Eduardo Correia Baptista (Orientador) Prof. Doutor Rui Lancelo (Arguente) Profa. Doutora Margarida Seixas
Ciência Jurídica	Ciências Jurídico-Internacionais	61874	Tamires Fossêca Zanotti	09/10/2023	O estatuto jurídico dos refugiados ambientais perante o Sistema Interamericano de Proteção aos Direitos Humanos	Prof.(a) Doutor(a) Ana Rita Amaral Campos Gil	Prof. Doutor Rui Guerra da Fonseca (Presidente) Profa., Doutora Carla Amado Gomes (Arguente) Profa., Doutora Ana Rita Gil (Orientadora) Profa. Doutora Paula Rosado Pereira
Ciência Jurídica	Ciências Jurídico-Internacionais	62417	Isabella Gabriele Campelo de Melo	09/10/2023	Direito Humano à Privacidade na Era Digital	Prof.(a) Doutor(a) Raquel Alexandra de Jesus Gil Martins Brizida Castro	Prof. Doutor Eduardo Correia Baptista (Presidente) Prof. Doutor David Duarte (Arguente) Profa. Doutora Raquel Brizida Castro (Orientadora) Prof. Doutor Nuno Pissarra

* Indicar a função do elemento do júri (Presidente, Arguente, Orientador e/ou Vogal)



Ciclo de Estudos	Especialidade	N.º	Nome Aluno(a)	Data de Entrega	Título	Orientação	Júri*
Ciência Jurídica	Direito Administrativo	51235	Ana Carolina Marques Pereira	27/10/2023	Os vícios relativos à preterição de procedimentos pré-contracontratuais legalmente devidos e os respetivos meios de reação contenciosa	Prof(a). Doutor(a) Pedro Abel Carvalho de Amaral Fernández Sánchez	Profa. Doutora Maria João Estorninho (Presidente) Profa. Doutora Ana Gouveia Martins (Arguente) Prof. Doutor Pedro Sánchez (Orientador) Profa. Doutora Maria de Lurdes Pereira
Ciência Jurídica	Direito Constitucional	63736	Diogo Agostinho José	02/11/2023**	Sistema de Governo Presidencialista na Lusofonia: A Falta de Adequação e Funcionalidade do Sistema de Governo Angolano - Um Sistema que Clama por Manutenção ou Alteração?	Prof(a). Doutor(a) Pedro Abel Carvalho de Amaral Fernández Sánchez	Prof. Doutor Fernando Loureiro Bastos (Presidente) Prof(a). Doutor Pedro Sánchez (Orientador) Prof. Doutor Pedro Lomba (Arguente) Prof. Doutor David Festas
Ciência Jurídica	Ciências Jurídico-Políticas	58741	Tatiana Robles	18/10/2023	Direito constitucional e democracia no Brasil: os riscos do constitucionalismo abusivo e do legalismo autocrático.	Prof(a). Doutor(a) Jorge Manuel Moura Loureiro Miranda	Prof. Doutor Paulo Otero (Presidente) Prof.. Doutor Jorge Miranda (Orientador) Prof. Doutor Miguel Nogueira de Brito (Arguente) Profa. Doutora Sónia Viana
Ciência Jurídica	Ciências Jurídico-Ambientais	63248	Romovil Levin Vaz	30/10/2023**	A Tutela do Ambiente na Guiné-Bissau: complexidades e perspectivas	Prof(a). Doutor(a) Carla Maria Fermento Amado Gomes	Prof. Doutor Lourenço de Freitas (Presidente) Prof. Doutor Fernando Loureiro Bastos (Arguente) Profa. Doutora Carla Amado Gomes (Orientadora) Profa. Doutora Madalena Perestrelo de Oliveira
Ciência Jurídica	Direito Constitucional	61822	Paulo Henrique Jacinto de Sousa	11/10/2023	O CONTROLO JUDICIAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E O RISCO DE JUDICIALIZAÇÃO DA POLÍTICA NA FRONTEIRA DA SEPARAÇÃO DE PODERES: O CASO DA REIVINDICAÇÃO DE DIREITOS DEFLUENTES DA POLÍTICA PÚBLICA DE SAÚDE	Prof(a). Doutor(a) Nuno Ricardo Pereira Branco	Prof. Doutor João Miranda (Presidente) Prof.. Doutor Pedro Moniz Lopes (Arguente) Prof.. Doutor(a) Ricardo Branco (Orientador) Prof. Doutor Daniel Morais
Ciência Jurídica	Direito Constitucional	59929	Marcos Antônio Canário Caminha	31/10/2023	JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL E A DEFESA DA DEMOCRACIA	Prof(a). Doutor(a) Rui Manuel Tavares Lanceiro	Profa. Doutora Maria José Mesquita (Presidente) Prof. Doutor Jaime Valle (Arguente) Prof. Doutor Rui Tavares Lanceiro (Orientador) Prof. Doutor Filipe Arede Nunes
Ciência Jurídica	Direito Constitucional	60399	Daniilo Marques Borges	06/11/2023	MUTAÇÃO CONSTITUCIONAL SOB A ONTOLOGIA DAS CONSTITUIÇÕES RÍGIDAS	Prof(a). Doutor(a) Rui Manuel Tavares Lanceiro	Prof. Doutor Miguel Nogueira de Brito (Presidente) Prof.. Doutor Rui Tavares Lanceiro (Orientador) Prof. Doutor Pedro Sánchez (Arguente) Prof. Doutor João Gerales
Ciência Jurídica	Ciências Jurídico-Políticas	59870	Sandro de Abreu Corrêa Parente	03/11/2023	A Carência da Técnica de Legislação (Legística) e os seus Efeitos	Prof(a). Doutor(a) Rui Manuel Tavares Lanceiro	Prof. Doutor David Duarte (Presidente) Prof. Doutor João Tiago Silveira (Arguente) Prof. Doutor Rui Tavares Lanceiro (Orientador) Prof. Doutor Miguel Romão
Ciência Jurídica	Ciências Jurídico-Políticas	60000	José Rair Cavakante De Freitas Júnior	02/11/2023	A PROPENSAÇÃO OLIGÁRQUICA DOS PARTIDOS POLÍTICOS COMO JUSTIFICADORA DAS CANDIDATURAS INDEPENDENTES	Prof(a). Doutor(a) Pedro Abel Carvalho de Amaral Fernández Sánchez	Profa. Doutora Carla Amado Gomes (Presidente) Prof. Doutor Pedro Sánchez (Orientador) Prof. Doutor Vitalino Canas (Arguente) Profa. Doutora Sofia Henriques
Prática Jurídica	Direito Administrativo e Administração Pública	48840	João Alberto Ginja Sebastião Caldeira Mendes	24/10/2023	Privacidade e Transparência na Administração Pública: a linha decisória da CADA no pós-RGPD	Prof(a). Doutor(a) Domingos Miguel Soares Farinho	Prof. Doutor Miguel Assis Raimundo (Presidente) Prof. Doutor João Miranda (Arguente) Prof. Doutor Domingos Farinho (Orientador)
Prática Jurídica	Direito do Ambiente, dos Recursos Naturais e da Energia	52643	Maria Flaminio Cabeça	18/10/2023	Sobreexploração de recursos naturais	Prof(a). Doutor(a) Heloisa Duarte Oliveira	Prof. Doutor Fernando Loureiro Bastos (Presidente) Prof. Doutor Lourenço Freitas (Arguente) Profa. Doutora Heloisa Oliveira (Orientadora)

* Indicar a função do elemento do júri (Presidente, Arguente, Orientador e/ou Vogal)

Ciclo de Estudos	Especialidade	N.º	Nome Aluno(a)	Data de Entrega	Título	Orientação	Júri*
Prática Jurídica	Direito Internacional e Relações Internacionais	63836	Renata Bezerra de Oliveira	18/10/2023	O desaparecimento Forçado como Violação de lus Cogens e as Leis de Anistia: Uma Análise do Caso Brasileiro	Prof(a). Doutor(a) Fernando Manuel Pereira Loureiro Bastos	Profa. Doutora Maria José Rangel de Mesquita (Presidente) Prof. Doutor Fernando Loureiro Bastos (Orientador) Profa. Doutora Ana Neves (Arguente)
Prática Jurídica	Direito Internacional e Relações Internacionais	40368	André Tiago Pardal da Silva	18/10/2023	Efeitos da Legítima Defesa na Legitimação de Apoios em Armas - O caso particular do conflito na Ucrânia	Prof(a). Doutor(a) Eduardo José Amaro Correia Silva Baptista	Prof.. Doutor Rui Guerra da Fonseca (Presidente) Prof. Doutor Eduardo Correia Baptista (Orientador) Profa. Doutora Ana Soares Pinto (Arguente)
Prática Jurídica	Direito do Ambiente, dos Recursos Naturais e da Energia	51680	Miguel Duarte Monteiro Simões	17/10/2023	A Redução do Plástico à prova no Direito dos Resíduos: Estudo sobre a Política Pública de Prevenção de Resíduos de Plástico em Portugal e na União Europeia	Prof(a). Doutor(a) Nuno Ricardo Pereira Branco	Profa. Doutora Alexandra Leitão (Presidente) Prof.. Doutor Ricardo Branco (Orientador) Prof. Doutor Miguel Prata Roque (Arguente)
Prática Jurídica	Direito Administrativo e Administração Pública	46813	Maria José da Silva Rocha Camarão	12/10/2023	O Ministério Público como Representante do Estado	Prof(a). Doutor(a) Nuno Ricardo Pereira Branco	Prof(a). Doutora Ana Gouveia Martins (Presidente) Profa. Doutora Alexandra Leitão (Arguente) Prof. Doutor Ricardo Branco (Orientador)

** Data Entrega Dissertação reformulada



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

Mapa de Alteração de Júri

MESTRADO EM DIREITO E PRÁTICA JURÍDICA ESPECIALIDADE EM DIREITO PENAL

Candidato(a)	Título da Dissertação	Prof.(a) Orientador(a)	Novo Prof.(a) Orientador(a)
Nome: Youssara Rafaela Krithinas de Almeida N.º: 60321 Data de Entrega: 02-05-2023	"A (in)imputabilidade dos pedófilos"	Prof(a). Doutor(a) Francisco Aguilar*	Prof(a). Doutor(a) António Brito Neves



8

7

Mapa de Alteração de Orientador(a)

**MESTRADO BOLONHA EM DIREITO E CIÊNCIA JURÍDICA
ESPECIALIDADE DE DIREITO CIVIL**

Estudante	Título da Dissertação	Prof.(a) Orientador(a)	Novo Prof.(a) Orientador(a)
Nome: Maria Leonor Soares Ruivo Nº: 49747	O seguro de grupo e suas especificidades no domínio laboral	Prof.(a) Doutor(a) Pedro Nuno Tavares Romano Soares Martinez	Prof.(a) Doutor(a) José Alberto Coelho Vieira

Serviço Académico
9 de novembro de 2023



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

Mapa de Alteração de Orientador(a)

**MESTRADO BOLONHA EM DIREITO E PRÁTICA JURÍDICA
ESPECIALIDADE DE DIREITO ADMINISTRATIVO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

Estudante	Título da Dissertação	Prof.(a) Orientador(a)	Novo Prof.(a) Orientador(a)
Nome: Danilson Martins Gonçalves Nº: 63889	A responsabilidade civil extracontratual dos Municípios por atos de gestão urbanística ilegais constitutivos de direitos para os promotores	Prof.(a) Doutor(a) Nuno Ricardo Pereira Branco	Prof.(a) Doutor(a) Ana Fernanda Neves

Serviço Académico
27 de outubro de 2023



8
}

Mapa de Alteração de Orientador(a)

**MESTRADO BOLONHA EM DIREITO E CIÊNCIA JURÍDICA
ESPECIALIDADE DE DIREITO COMERCIAL**

Estudante	Título da Dissertação	Prof.(a) Orientador(a)	Novo Prof.(a) Orientador(a)
Nome: Daniela Rodrigues de Sousa Nº: 51161	O salvamento em Direito dos Seguros	Prof.(a) Doutor(a) Pedro Nuno Tavares Romano Soares Martinez	Prof.(a) Doutor(a) José Alberto Vieira



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

Mapa de Alteração de Orientador(a)

MESTRADO BOLONHA EM DIREITO E CIÊNCIA JURÍDICA ESPECIALIDADE DE DIREITO CIVIL

Estudante	Título da Dissertação	Prof.(a) Orientador(a)	Novo Prof.(a) Orientador(a)
Nome: Cristina Isabel dos Santos Coelho Ferreira Neves Nº: 63228	Responsabilidade Civil decorrente da circulação dos Veículos Autónomos (Self-Driving Cars)	Prof.(a) Doutor(a) Pedro Nuno Tavares Romano Soares Martinez	Prof.(a) Doutor(a) João Marques Martins



8
4

Mapa de Alteração de Orientador(a)

**MESTRADO BOLONHA EM DIREITO E CIÊNCIA JURÍDICA
ESPECIALIDADE DE DIREITO CIVIL**

Estudante	Título da Dissertação	Prof.(a) Orientador(a)	Novo Prof.(a) Orientador(a)
Nome: Dina Vanessa Freitas Teixeira Nº: 51148	Da ilegitimidade para arrendar - Contributo para o estudo do regime do arrendamento de bem alheio	Prof.(a) Doutor(a) Pedro Nuno Tavares Romano Soares Martinez	Prof.(a) Doutor(a) Luís Menezes Leitão



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

Mapa de Alteração de Orientador(a)

MESTRADO BOLONHA EM DIREITO E CIÊNCIA JURÍDICA ESPECIALIDADE DE DIREITO CIVIL

Estudante	Título da Dissertação	Prof.(a) Orientador(a)	Novo Prof.(a) Orientador(a)
Nome: Renato Chalfin Nº: 58910	A imprevisão nos contratos aleatórios	Prof.(a) Doutor(a) Pedro Nuno Tavares Romano Soares Martinez	Prof.(a) Doutor(a) Maria de Lurdes Pereira

Serviço Académico
9 de novembro de 2023

D
S

Mapa de Alteração de Tema da Dissertação/Tese

**MESTRADO BOLONHA EM DIREITO E PRÁTICA JURÍDICA
ESPECIALIDADE DE DIREITO ADMINISTRATIVO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

Candidato(a)	Prof.(a) Orientador(a)	Tema da Dissertação/Tese	Novo Tema da Dissertação/Tese
Nome: Danilson Martins Gonçalves Nº: 63889	Prof.(a) Doutor(a) Nuno Ricardo Pereira Branco	A responsabilidade civil extracontratual dos Municípios por atos de gestão urbanística ilegais constitutivos de direitos para os promotores	A proteção de Dados Pessoais no contexto da Administração Pública Eletrónica.

Serviço Académico
31 de outubro de 2023

Candidaturas à 2.ª fase do Mestrado em Direito e Prática Jurídica
Dissertação
Conclusão da parte escolar no ano letivo 2022-2023, com classificação final média de 12 valores ou superior
(Conselho Científico de 15 de novembro 2023)

Número	Nome do(a) Aluno(a)	Título da Dissertação	Professor(a) Doutor(a) Orientador(a) Indicado(a)	Mestrado	Especialidade	Modalidade
61114	Adriana Filipa Carneiro Morais	Prova digital e Inteligência Artificial no Processo Judicial	João José Marques Martins	Direito e Prática Jurídica	Ciências Jurídico-Forenses	Dissertação
49152	Afonso Guilherme Lapão Martins	A responsabilidade internacional de atores não estaduais no regime jurídico da exploração dos fundos marinhos para além das jurisdições nacionais	Fernando Manuel Pereira Loureiro Bastos	Direito e Prática Jurídica	Direito Internacional e Relações Internacionais	Dissertação
67696	Alana Suzart Pita	Da Análise Luso-Brasileira da Figura do Perito na Especialidade e do Técnico no Assunto nos Processos de Concessão de Patentes	João Paulo de Oliveira Gerales	Direito e Prática Jurídica	Direito da Empresa	Dissertação
61035	Alice Rebelo Silva	A obesidade mórbida infantil como causa-efeito do incumprimento das responsabilidades parentais	Jorge Alberto Caras Altas Duarte Pinheiro	Direito e Prática Jurídica	Direito Civil	Dissertação
61020	Álvaro Paiva Borges	O papel da Região Autónoma dos Açores na gestão do espaço marítimo nacional no âmbito regional: que futuro?	Ana Fernanda Ferreira Pereira Neves	Direito e Prática Jurídica	Direito Administrativo e Administração Pública	Dissertação
61122	Ana Beatriz Carreira Carlos Caridade Silva	Em direção a um novo paradigma do Direito da criança ao convívio na ordem jurídica portuguesa?	Daniel de Bettencourt Rodrigues Silva Morais	Direito e Prática Jurídica	Ciências Jurídico-Forenses	Dissertação
60760	Ana Carolina Santos Varela	A Vinculação da Convenção de Arbitragem nos Grupos de Sociedades	Elsa Marina Rosa Dias de Oliveira	Direito e Prática Jurídica	Direito da Empresa	Dissertação
61041	Ana Catarina Vitorino Vinagre	Crédito compensatório - alguns problemas que o atual paradigma suscita	Sofia Henriques (Orientadora) Maria Margarida Costa Silva Pereira Taveira Sousa (Coorientadora)	Direito e Prática Jurídica	Direito Civil	Dissertação
65415	Ana Flávia Pedrosa Silva	CONTRATOS ELETRÔNICOS E A VALIDADE JURÍDICA NO DIREITO CIVIL: ANÁLISE DA EFICÁCIA DOS CONTRATOS CELEBRADOS PELA INTERNET: UM ESTUDO LUSO-FRANCÊS	Daniel de Bettencourt Rodrigues Silva Morais	Direito e Prática Jurídica	Direito Civil	Dissertação
67093	Ana Mafalda Ribeiro dos Santos Rodrigues	A contratualização no âmbito do direito disciplinar público	Sandra Margarida Lopes Luís	Direito e Prática Jurídica	Direito Administrativo e Administração Pública	Dissertação
30062	Ana Paula Fernandes Simão	Políticas Públicas, Economia Comportamental e Novos Populismos	Rute Neto Cabrita E Gil Saraiva	Direito e Prática Jurídica	Economia e Políticas Públicas	Dissertação
61058	Ana Rita Figueiredo Almeida	Do conceito normativo de dano na responsabilidade civil por violação de direitos industriais e segredos comerciais: o afastamento da teoria da diferença e os novos critérios na fixação do quantum indemnizatório	João Paulo de Oliveira Gerales	Direito e Prática Jurídica	Direito da Empresa	Dissertação
60886	Ana Rita Nunes Martins Segão Alves	Sustentabilidade empresarial e responsabilidade civil, em especial nas sociedades cotadas em bolsa	Maria Adelaide Teles Menezes Correia Leitão	Direito e Prática Jurídica	Direito da Empresa	Dissertação
58296	Ana Rita Sequeira Mendes Nisa Rato	Reflexões acerca do impacto do ambiente em sede de tributação do IVA	Rute Neto Cabrita E Gil Saraiva	Direito e Prática Jurídica	Direito Financeiro e Fiscal	Dissertação
67699	Ana Sofia Costa Santos	O Processo de Legalização dos Territórios de Gênese Ilegal na Área Metropolitana de Lisboa	João Pedro Oliveira Miranda	Direito e Prática Jurídica	Direito Administrativo e Administração Pública	Dissertação
67123	Ana Sofia da Costa Fonseca Abreu	A adequação entre as medidas cautelares previstas no regime sancionatório ambiental com as medidas de prevenção e de reparação do regime jurídico da responsabilidade por danos ambientais - O dano à água como elemento de estudo	Heloísa Duarte Oliveira	Direito e Prática Jurídica	Direito do Ambiente, dos Recursos Naturais e da Energia	Dissertação
59138	Ana Sofia Rosa Ramos	O Acolhimento Residencial enquanto medida de promoção e proteção de crianças e jovens em perigo	Daniel de Bettencourt Rodrigues Silva Morais	Direito e Prática Jurídica	Direito Civil	Dissertação
67557	André Miguel da Silva Simões	A aplicação de penas aos jovens delinquentes	António Luís Barata de Brito Carvalho Neves	Direito e Prática Jurídica	Direito Penal	Dissertação
67108	Andréa Márcia Gonçalves Leandro	A Regulação Jurídica do Hidrogénio Renovável no Contexto da transição energética: do Acordo de Paris à Neutralidade Carbónica	João Pedro Oliveira Miranda	Direito e Prática Jurídica	Direito do Ambiente, dos Recursos Naturais e da Energia	Dissertação
34378	Andreia Tomaz Henriques Neves	Gestação de substituição transfronteiriça: registo de nascimento e o direito à nacionalidade portuguesa	Maria Margarida Costa Silva Pereira Taveira Sousa	Direito e Prática Jurídica	Direito Civil	Dissertação

Candidaturas à 2.ª fase do Mestrado em Direito e Prática Jurídica
Dissertação
Conclusão da parte escolar no ano letivo 2022-2023, com classificação final média de 12 valores ou superior
(Conselho Científico de 15 de novembro 2023)

Número	Nome do(a) Aluno(a)	Título da Dissertação	Professor(a) Doutor(a) Orientador(a) Indicado(a)	Mestrado	Especialidade	Modalidade
65418	Andressa Rugiero de Oliveira	Desafios e Tendências na Proteção de Dados Pessoais dos Usuários de Redes Sociais e Serviços Google: Implicações Legais e Ética	João Paulo de Oliveira Gerales	Direito e Prática Jurídica	Direito Civil	Dissertação
63922	Ângelo Adelino Dos Reis Ié	A Imunidade Jurisdicional Civil de Dirigentes dos Bancos Centrais: o caso particular do Banco Central dos Estados da África Ocidental	Isabel Maria Grosso Elias de Oliveira Alexandre	Direito e Prática Jurídica	Ciências Jurídico-Forenses	Dissertação
60768	Bárbara Filipa da Palma Cravinho Sabino	A tutela contraordenacional e penal dos animais: um contributo para a revisão constitucional	Teresa Maria Quintela de Brito Prazeres da Silva	Direito e Prática Jurídica	Direito Penal	Dissertação
52493	Beatriz Esteves da Costa Félix Valentim	O Crime de Incitamento ou Ajuda ao Suicídio	Inês Vieira da Silva Ferreira Leite	Direito e Prática Jurídica	Direito Penal	Dissertação
67146	Bernardo Langer	Manejo e padronização das relações virtuais: uma perspectiva no direito internacional público	Rui Manuel Tavares Lanceiro	Direito e Prática Jurídica	Direito Internacional e Relações Internacionais	Dissertação
47709	Carla Sofia Reis Das Neves Morgado	O princípio da audição da criança - Enquadramento jurídico, evolução histórica e problemáticas atuais	Maria Margarida Costa Silva Pereira Taveira Sousa	Direito e Prática Jurídica	Direito Civil	Dissertação
65912	Carlos António Pascoal	A prova digital na investigação criminal (os metadados)	Paulo Manuel Mello Sousa Mendes	Direito e Prática Jurídica	Direito Penal	Dissertação
50894	Carlos Dinis Nunes de Matos	A conservação de dados de tráfego para fins de investigação criminal	António Luís Barata de Brito Carvalho Neves	Direito e Prática Jurídica	Direito Penal	Dissertação
34530	Carmen Maria Parreira Fialho	A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA FORMAÇÃO DOS CONTRATOS PÚBLICOS: DESUMANIZAR A CONTRATAÇÃO PÚBLICA PARA DEFENDER INTERESSES E DIREITOS	Pedro Abel Carvalho de Amaral Fernández Sánchez	Direito e Prática Jurídica	Direito Administrativo e Administração Pública	Dissertação
60705	Carolina Marinho Pereira	O Dano Biológico e o Dano Existencial na Ordem Jurídica Portuguesa	Rui Paulo Coutinho de Mascarenhas Ataíde	Direito e Prática Jurídica	Direito Civil	Dissertação
65394	Caroline Juvencio Mariano de Medeiros	Ameaças não convencionais à segurança internacional - as crises ambientais como um fator de risco para a paz: uma análise da condução desta questão pelas organizações internacionais	Heloísa Duarte Oliveira	Direito e Prática Jurídica	Direito Internacional e Relações Internacionais	Dissertação
59173	Catarina Andrea Moreira dos Santos Assunção Riça	A presunção de inocência nos casos de violência doméstica	António Luís Barata de Brito Carvalho Neves	Direito e Prática Jurídica	Direito Penal	Dissertação
61161	Catarina Fernandes Alves	As Sentenças Intermédias e o Caso dos Metadados: Um Estudo do Acórdão n.º 268/2022 do Tribunal Constitucional sob a Perspetiva do Artigo 282.º, n.º 4 da Constituição	Carlos Manuel Almeida Blanco Moraes	Direito e Prática Jurídica	Ciências Jurídico-Forenses	Dissertação
58483	Catarina Oliveira da Silva Duarte	O Planeamento Fiscal na Tributação Internacional das Pessoas Singulares - o caso específico dos Residentes Não Habituais	Carlos Manuel Baptista Lobo	Direito e Prática Jurídica	Direito Financeiro e Fiscal	Dissertação
67139	Catarina Pita Soares Gomes	A Proteção Ecológica dos Solos	Heloísa Duarte Oliveira	Direito e Prática Jurídica	Direito do Ambiente, dos Recursos Naturais e da Energia	Dissertação
58263	Catarina Sofia Machado de Castro	O Direito de habitação das crianças e mulheres nos casos de violência doméstica - Enquadramento jurídico e problemáticas atuais à garantia do mesmo	Maria Margarida Costa Silva Pereira Taveira Sousa	Direito e Prática Jurídica	Direito Civil	Dissertação
57004	Cláudia da Silva Bernardino	A tributação da inteligência artificial	Carlos Manuel Baptista Lobo	Direito e Prática Jurídica	Direito Financeiro e Fiscal	Dissertação
53114	Cláudia Matilde Louro Pedro	A constituição do direito de superfície como instrumento de gestão e valorização do património imobiliário municipal	João Pedro Oliveira Miranda	Direito e Prática Jurídica	Direito Administrativo e Administração Pública	Dissertação
58281	Olenda Duane da Rocha Fernandes	Cumprimento normativo no setor petrolífero - uma perspetiva comparada	Paulo Manuel Mello Sousa Mendes	Direito e Prática Jurídica	Ciências Jurídico-Forenses	Dissertação
65504	Cristina Paula Otero Mascarenhas Moreira	O exercício das Responsabilidades parentais em situações de Violência Doméstica	Jorge Alberto Caras Altas Duarte Pinheiro	Direito e Prática Jurídica	Ciências Jurídico-Forenses	Dissertação

Candidaturas à 2.ª fase do Mestrado em Direito e Prática Jurídica
Dissertação
Conclusão da parte escolar no ano letivo 2022-2023, com classificação final média de 12 valores ou superior
(Conselho Científico de 15 de novembro 2023)

Número	Nome do(a) Aluno(a)	Título da Dissertação	Professor(a) Doutor(a) Orientador(a) Indicado(a)	Mestrado	Especialidade	Modalidade
67541	Daniel de Paula Neves	A aplicação da inteligência artificial na arbitragem voluntária	Elsa Marina Rosa Dias de Oliveira	Direito e Prática Jurídica	Direito da Empresa	Dissertação
67118	Daniel Jorge Reis Camarinha	A Admissibilidade, como meio de prova em processo penal, das fotografias captadas no âmbito de vigilância policial – em especial o regime do artigo 6.º da Lei n.º 5/2002 de 11 de janeiro	António Luís Barata de Brito Carvalho Neves	Direito e Prática Jurídica	Direito Penal	Dissertação
57354	Daniela Celestina Nunes da Silva	A relevância do cumprimento das normas laborais na adjudicação de contrato público	Ana Fernanda Ferreira Pereira Neves	Direito e Prática Jurídica	Direito Administrativo e Administração Pública	Dissertação
62381	Daniela Mascarenhas Brito	Responsabilidade da Administração por Dano Ecológico	Heloísa Duarte Oliveira	Direito e Prática Jurídica	Direito do Ambiente, dos Recursos Naturais e da Energia	Dissertação
57256	David Dauda Sanha	Descentralização Administrativa na Guiné-Bissau: desafios da Institucionalização das Autarquias Locais	João Pedro Oliveira Miranda	Direito e Prática Jurídica	Direito Administrativo e Administração Pública	Dissertação
67085	Dayane Gonçalves Fernandes	(IN)DETERMINAÇÃO DOS CONCEITOS DE ATOS DE VIDA CORRENTE E QUESTÕES DE PARTICULAR IMPORTÂNCIA NAS RESPONSABILIDADES PARENTAIS	Daniel de Bettencourt Rodrigues Silva Morais	Direito e Prática Jurídica	Direito Civil	Dissertação
51523	Deolinda Teixeira Cabral	O habitat urbano e a sua relevância para a concretização do direito à habitação	João Pedro Oliveira Miranda	Direito e Prática Jurídica	Direito Administrativo e Administração Pública	Dissertação
61162	Diana Isabel Azinheiro Guedes	Insider Trading	João Paulo de Oliveira Geraldês	Direito e Prática Jurídica	Direito da Empresa	Dissertação
67143	Diogo Cerqueira Lins	OS REQUISITOS DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS DE CRIPTOATIVOS PARA ACESSO AO MERCADO EUROPEU (MICA) E OS LIMITES DA RESPONSABILIDADE CIVIL	João Paulo de Oliveira Geraldês	Direito e Prática Jurídica	Direito Civil	Dissertação
57971	Diogo de Almeida Gonçalves Donato Afonso	Imunidade de jurisdição penal dos agentes diplomáticos e seus familiares	Jaime Rui Drummond Leitão Valle	Direito e Prática Jurídica	Direito Internacional e Relações Internacionais	Dissertação
59711	Dionísia Gueve Paulo José Tomás Monteiro	Inconstitucionalidade da norma que define o prazo de 24 meses, para requerer benefícios junto INSS(Segurança Social) nomeadamente a pensão de sobrevivência, no ordenamento jurídico angolano, por violar direitos fundamentais, a Luz do ordenamento jurídico angolano	Sofia Henriques	Direito e Prática Jurídica	Direito Civil	Dissertação
65452	Domingos Graça Alfredo	MLI EM CDTS ENTRE Angola e Portugal	Paula Cristina Santos Rosado Pereira	Direito e Prática Jurídica	Direito Financeiro e Fiscal	Dissertação
60928	Duarte Lourenço Engana	Compliance, cultura corporativa e desculpa da pessoa colectiva	Teresa Maria Quintela de Brito Prazeres da Silva	Direito e Prática Jurídica	Ciências Jurídico-Forenses	Dissertação
65905	Elísio Mendes	Repercussão das decisões de inconstitucionalidade em controlo concreto: Efeitos Inter vs extra partes	Vitalino José Ferreira Prova Canas	Direito e Prática Jurídica	Ciências Jurídico-Forenses	Dissertação
60741	Elsa Isabel Fialho Lemos	A Perda de Chance na Responsabilidade Civil Médica	Rui Paulo Coutinho de Mascarenhas Ataíde	Direito e Prática Jurídica	Direito Civil	Dissertação
65426	Emylliane Deolindo	POPULISMO PENAL MUDIÁTICO E A CONTRIBUIÇÃO PARA UM SISTEMA PENAL INEFICAZ: Uma análise sob a ótica das finalidades da pena privativa de liberdade	Inês Vieira da Silva Ferreira Leite	Direito e Prática Jurídica	Direito Penal	Dissertação
58486	Fábio Alexandre Santos Fernandes	A intangibilidade da obra pública	João Pedro Oliveira Miranda	Direito e Prática Jurídica	Direito Administrativo e Administração Pública	Dissertação
65911	Fernanda Elizabeth Martins Batista	Investigação e Prova da Corrupção Desportiva	Rui Filipe Soares Pereira	Direito e Prática Jurídica	Direito Penal	Dissertação
46597	Filipa Alexandra Marques Ferreira	O crime de perseguição previsto no artigo 154º-A do Código Penal Português: uma resposta idónea e eficaz do nosso ordenamento jurídico-penal para os casos de Stalking?	António Luís Barata de Brito Carvalho Neves	Direito e Prática Jurídica	Direito Penal	Dissertação
60849	Filipe José Salvado de Sousa	A conciliação do lucro com a sustentabilidade nas sociedades anónimas e por quotas – Estudo sobre a prossecução necessária do lucro e sua relação com a sustentabilidade nas sociedades comerciais à luz do ordenamento jurídico português	Madalena da Paz Ferreira Perestrelo de Oliveira	Direito e Prática Jurídica	Direito da Empresa	Dissertação

Candidaturas à 2.ª fase do Mestrado em Direito e Prática Jurídica
Dissertação
Conclusão da parte escolar no ano letivo 2022-2023, com classificação final média de 12 valores ou superior
(Conselho Científico de 15 de novembro 2023)

Número	Nome do(a) Aluno(a)	Título da Dissertação	Professor(a) Doutor(a) Orientador(a) Indicado(a)	Mestrado	Especialidade	Modalidade
58098	Francisco Proença Martins Saramago	Reafirmando a Política Agrícola Comum na União Europeia: Avaliação e Críticas	José Renato Gonçalves	Direito e Prática Jurídica	Direito Financeiro e Fiscal	Dissertação
67190	Francisco Sebastião Alberto Maialo	O Regime Jurídico OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS PARA AS NOVAS ENERGIAS RENOVÁVEIS no Processo de Diversificação das Fontes Energéticas em Angola	Nuno Ricardo Pereira Branco	Direito e Prática Jurídica	Direito do Ambiente, dos Recursos Naturais e da Energia	Dissertação
67141	Gabriel Artur Amorim Novelli	Economia Circular como Princípio Jurídico - Uma Perspetiva Luso-brasileira	Nuno Ricardo Pereira Branco	Direito e Prática Jurídica	Direito do Ambiente, dos Recursos Naturais e da Energia	Dissertação
60511	Gonçalo da Cunha Pires	A relevância e a promoção da boa governação (pública) como forma da Organização das Nações Unidas prosseguir o objetivo de manutenção da paz e da segurança internacionais, enquadrando a boa governação numa categoria "reforçada" de direitos	Ana Rita Amaral Campos Gil	Direito e Prática Jurídica	Direito Internacional e Relações Internacionais	Dissertação
60810	Gonçalo de Almeida Tristão	Sobre a Admissibilidade das Ações de Vida Indevida	Rui Paulo Coutinho de Mascarenhas Ataíde	Direito e Prática Jurídica	Direito Civil	Dissertação
67555	Guilherme Molta Gomes	Deep Social Disadvantage como atenuante especial da pena	Inês Vieira da Silva Ferreira Leite	Direito e Prática Jurídica	Direito Penal	Dissertação
67150	Gustavo Tenório Trancoso Viana De Las Casas	DECISÕES DE COMPROMISSOS DA COMISSÃO EUROPEIA SOBRE VIOLAÇÕES ANTITRUSTE: UMA ANÁLISE DE SEUS IMPACTOS SOBRE AS EMPRESAS EM POSIÇÃO DOMINANTE	Miguel José Pinto Tavares Moura e Silva	Direito e Prática Jurídica	Direito da Concorrência e da Regulação	Dissertação
45848	Helder Augusto Rodrigues Gomes	Pesquisas informáticas transfronteiriças, independentemente da localização da prova ou quando esta seja desconhecida (Loss of Location)	Paulo Manuel Mello Sousa Mendes	Direito e Prática Jurídica	Direito Penal	Dissertação
61150	Henrique Manuel Oliveira Duarte Mexia Mendes	As Green Bonds como uma das concretizações das práticas ESG no âmbito empresarial	Madalena da Paz Ferreira Perestrelo de Oliveira	Direito e Prática Jurídica	Direito da Empresa	Dissertação
34437	Ilda Sofia Pereira Dias Fino	Novos desafios dos contratos públicos e relevância dos mecanismos de governação e controlo para a implementação de boas práticas orientadas para o valor público	Miguel Chaves Ribeiro Assis Raimundo	Direito e Prática Jurídica	Direito Administrativo e Administração Pública	Dissertação
60809	Inês Pestana Fernandes	Responsabilidade penal da pessoa coletiva. Estudo dos contornos e admissibilidade da situação de comparticipação entre a pessoa coletiva e uma pessoa singular titular de um órgão social daquela.	Teresa Maria Quintela de Brito Prazeres da Silva	Direito e Prática Jurídica	Ciências Jurídico-Forenses	Dissertação
61043	Inês Sofia Estrela Martins Antunes	Privilegio e desfavor: a relevância das condições socioeconómicas do agente no momento da determinação da medida da pena	Inês Vieira da Silva Ferreira Leite	Direito e Prática Jurídica	Direito Penal	Dissertação
67106	Isabel Maria Onofre Baptista Lourenço de Matos	O Enquadramento Jurídico-Penal da Violência Obstétrica e a Proteção das suas Vítimas	Teresa Maria Quintela de Brito Prazeres da Silva	Direito e Prática Jurídica	Ciências Jurídico-Forenses	Dissertação
61129	Ivo Borges Morgado	Artífex ex machina: Uma abordagem dos problemas jurídicos suscitados pela criação de obras literárias, científicas e artísticas através de Inteligência Artificial	José Alberto Coelho Vieira	Direito e Prática Jurídica	Direito Civil	Dissertação
61098	Jéssica Abreu Silva	A tributação dos nómadas digitais	Paula Cristina Santos Rosado Pereira	Direito e Prática Jurídica	Direito Financeiro e Fiscal	Dissertação
60979	Jéssica Seabra Chicote	Proteção dos Idosos no âmbito do Direito da Família e do Direito Sucessório	Daniel de Bettencourt Rodrigues Silva Morais	Direito e Prática Jurídica	Direito Civil	Dissertação
60954	Joana Luisa Vilão Gomes	A prova ilícita no processo civil: gravações áudio e/ou vídeo	Rui Carlos Gonçalves Pinto	Direito e Prática Jurídica	Ciências Jurídico-Forenses	Dissertação
65762	Joana Monteiro de Oliveira Nunes	As Infâncias perdidas que nunca serão esquecidas: o Princípio da Audiência da Criança	Maria Margarida Costa Silva Pereira Taveira Sousa	Direito e Prática Jurídica	Ciências Jurídico-Forenses	Dissertação
61127	Joana Raquel Costa Oliveira	A responsabilidade penal da pessoa coletiva por participação no facto de terceiro	Teresa Maria Quintela de Brito Prazeres da Silva	Direito e Prática Jurídica	Direito Penal	Dissertação
58101	João Afonso Félix Tomé Lóia de Almeida	Sistema de Saúde em Portugal - Qual a fórmula perfeita?	Alexandra Ludomila Ribeiro Fernandes Leitão	Direito e Prática Jurídica	Direito Administrativo e Administração Pública	Dissertação

Candidaturas à 2.ª fase do Mestrado em Direito e Prática Jurídica
Dissertação
Conclusão da parte escolar no ano letivo 2022-2023, com classificação final média de 12 valores ou superior
(Conselho Científico de 15 de novembro 2023)

Número	Nome do(a) Aluno(a)	Título da Dissertação	Professor(a) Doutor(a) Orientador(a) Indicado(a)	Mestrado	Especialidade	Modalidade
60739	João Carlos Baptista Moutinho	O Impacto da Neutralidade Fiscal nas Operações de Reestruturação de Sociedades: será o regime especial sempre vantajoso?	Ana Paula Valle-Frias Madureira Piedade Dourado	Direito e Prática Jurídica	Direito Financeiro e Fiscal	Dissertação
61163	João Miguel Pires Limão	A condução de investigações internas sob o ponto de vista da validade da prova no Processo Penal	Teresa Maria Quintela de Brito Prazeres da Silva	Direito e Prática Jurídica	Ciências Jurídico-Forenses	Dissertação
51510	João Miguel Quintans Rocha	O facto superveniente no recurso civil	Rui Carlos Gonçalves Pinto	Direito e Prática Jurídica	Ciências Jurídico-Forenses	Dissertação
51249	João Tiago de Oliveira de Queiroz	Da renúncia recíproca à condição de herdeiro legitimário na convenção antenupcial - Paradigmas históricos e dogmáticos	Maria Margarida Costa Silva Pereira Taveira Sousa	Direito e Prática Jurídica	Ciências Jurídico-Forenses	Dissertação
66913	João Victor Canuto	A Governança da Internet atualmente: há a necessidade de um regime jurídico internacional de regulação?	Fernando Manuel Pereira Loureiro Bastos	Direito e Prática Jurídica	Direito Internacional e Relações Internacionais	Dissertação
61421	Josué Lopes Machado de Oliveira	O dever de manutenção da proposta em procedimentos de contratação pública. Estrutura, limites e responsabilidade pelo não cumprimento.	Miguel Chaves Ribeiro Assis Raimundo	Direito e Prática Jurídica	Direito Administrativo e Administração Pública	Dissertação
67136	Jullana Bastos Poubel	Economia circular e direito ambiental: questões legais relacionadas à gestão de resíduos, reciclagem, reutilização e design de produtos sustentáveis	Helóisa Duarte Oliveira	Direito e Prática Jurídica	Direito do Ambiente, dos Recursos Naturais e da Energia	Dissertação
67540	Karla L. Nogueira de Oliveira Moraes	O regime do acolhimento de requerentes de asilo na UE: normas europeias e jurisprudência dos Tribunais europeus	Ana Rita Amaral Campos Gil	Direito e Prática Jurídica	Direito Internacional e Relações Internacionais	Dissertação
67193	Lais Sofia Salgado de Sousa Ferreira	O princípio da neutralidade do IVA e as sociedades holding	Ana Paula Valle-Frias Madureira Piedade Dourado	Direito e Prática Jurídica	Direito Financeiro e Fiscal	Dissertação
58444	Laura Sofia Barros Silva	A inibição das responsabilidades parentais como pena acessória nos crimes de violência doméstica	Inês Vieira da Silva Ferreira Leite	Direito e Prática Jurídica	Ciências Jurídico-Forenses	Dissertação
65506	Laurinda Suzete Cardoso Gonçalves Junqueira	O reconhecimento e execução de sentenças arbitrais estrangeiras em Angola: algumas questões	João Pedro Alves Gomes de Almeida	Direito e Prática Jurídica	Direito Comercial Internacional	Dissertação
58644	Leandro José da Silva Lourenço Maia	Bitcoin como moeda em curso legal: Implicações no regime do IVA	Ana Paula Valle-Frias Madureira Piedade Dourado	Direito e Prática Jurídica	Direito Financeiro e Fiscal	Dissertação
62524	Leidiana Ruth Moreno Moniz Wolff	Responsabilidade Civil: Danos Causados por Sistemas de Inteligência Artificial	Maria Lurdes Viegas Marques Pereira	Direito e Prática Jurídica	Direito Civil	Dissertação
67701	Leonor Antunes Magalhães Carvalho Pinto	Cumprimento normativo e penas acessórias, substitutivas ou alternativas aplicáveis a pessoas coletivas	Teresa Maria Quintela de Brito Prazeres da Silva	Direito e Prática Jurídica	Direito Penal	Dissertação
62133	Letícia Demétria Pinheiro Utsch	A relevância da regulação no impulsionamento da concorrência no mercado dos slots aeroportuários	Carlos Manuel Baptista Lobo	Direito e Prática Jurídica	Direito da Concorrência e da Regulação	Dissertação
61064	Lolita Cardoso Rodrigues	Acordos Sobre a Sentença, a Decisão ou a Pena: Mais Facilmente Aceitáveis no Âmbito do Processo Contraordenacional do que no Quadro do Processo Penal?	Teresa Maria Quintela de Brito Prazeres da Silva	Direito e Prática Jurídica	Direito Penal	Dissertação
67121	Luciana Meira de Souza	DISSOLUÇÃO DA UNIÃO DE FACTO, SOBRE OS EFEITOS PATRIMONIAIS E RESPONSABILIDADES PARENTAIS	Maria Margarida Costa Silva Pereira Taveira Sousa	Direito e Prática Jurídica	Direito Civil	Dissertação
43086	Luis Miguel Crisostomo Sardinha	Sharenting, uma nova ameaça aos Direitos das Crianças?	Ana Catarina Sá Gomes de Melo Matos Salgado	Direito e Prática Jurídica	Direito Civil	Dissertação
67537	Madalena Pinto da Silva	Os Direitos do Companheiro após a Extinção da União de Facto na Ordem Jurídica Portuguesa	Daniel de Bettencourt Rodrigues Silva Moraes	Direito e Prática Jurídica	Direito Civil	Dissertação
60909	Manuel António Coelho Padre Eterno	O panorama atual do deferimento tácito	Ana Fernanda Ferreira Pereira Neves	Direito e Prática Jurídica	Direito Administrativo e Administração Pública	Dissertação

Candidaturas à 2.ª fase do Mestrado em Direito e Prática Jurídica
Dissertação
Conclusão da parte escolar no ano letivo 2022-2023, com classificação final média de 12 valores ou superior
(Conselho Científico de 15 de novembro 2023)

Número	Nome do(a) Aluno(a)	Título da Dissertação	Professor(a) Doutor(a) Orientador(a) Indicado(a)	Mestrado	Especialidade	Modalidade
61028	Manuel Pedro Lemos Gomes de Pontes Leça	O problema do referente temporal indemnizatório: O tema do momento relevante para o cálculo da indemnização é exatamente igual na indemnização por danos não patrimoniais?	Maria Lurdes Viegas Marques Pereira	Direito e Prática Jurídica	Direito Civil	Dissertação
61093	Manuel Vaz de Araújo de Castro Quintana	O silêncio positivo da Administração no controlo prévio das operações urbanísticas	João Pedro Oliveira Miranda	Direito e Prática Jurídica	Direito Administrativo e Administração Pública	Dissertação
57188	Manuela Anjos Henriques Dias	Elaboração e eficácia da decisão judicial cível produzida através da inteligência artificial	Rui Carlos Gonçalves Pinto	Direito e Prática Jurídica	Ciências Jurídico-Forenses	Dissertação
67196	Margarida Silva Trindade	Autonomia Financeira Local	José Renato Gonçalves	Direito e Prática Jurídica	Direito Financeiro e Fiscal	Dissertação
61105	Maria Carolina Patinhas da Silva Ribeiro	As Alterações Climáticas perante o Tribunal Europeu dos Direitos Humanos: a possibilidade de construção dos "greening" human rights no âmbito da Convenção Europeia dos Direitos Humanos e o futuro da climate change litigation	Rui Rodrigo Firmino Guerra da Fonseca	Direito e Prática Jurídica	Direito Internacional e Relações Internacionais	Dissertação
67551	Maria Carolina Pinto Vieira Gomes	Do Direito Real de Habitação Duradoura	Nuno Miguel Andrade Paula Pissarra	Direito e Prática Jurídica	Direito Civil	Dissertação
58445	Maria Enes Pereira	Inovação Tecnológica e Reforma Administrativa: Um Estudo sobre a Adoção de Novas Tecnologias na Modernização do Setor Público em Portugal	Domingos Miguel Soares Farinho	Direito e Prática Jurídica	Direito Administrativo e Administração Pública	Dissertação
67130	Maria Inês Oliveira Amado	Vigilantes como a longa manus dos Órgãos de Polícia Criminal no âmbito das revistas e das buscas	António Luís Barata de Brito Carvalho Neves	Direito e Prática Jurídica	Direito Penal	Dissertação
58039	Maria Inês Vargas de Sousa Elias da Costa	Empreendimentos Turísticos em propriedade plural	João Pedro Oliveira Miranda	Direito e Prática Jurídica	Direito Administrativo e Administração Pública	Dissertação
61240	Maria João Rato Mendes	A Responsabilidade Civil do Intermediário Financeiro pela Violação dos Deveres de Informação e Adequação no âmbito da Consultoria Financeira Automatizada	Maria Adelaide Teles Menezes Correia Leitão	Direito e Prática Jurídica	Direito da Empresa	Dissertação
60607	Maria Leonor Ferreira Albuquerque	A Inconsistência do Sistema Português Face aos Menores: As Limitações dos Menores e as Responsabilidades a Eles Imputáveis - A sua Análise do Ponto de Vista das Neurociências	Sofia Henriques	Direito e Prática Jurídica	Direito Civil	Dissertação
65410	Maria Letícia Paiva Pereira	A Cultura das Kumaris no Nepal: Contrastes entre a Tradição, os Direitos Humanos e os Direitos da Criança	Ana Rita Amaral Campos Gil	Direito e Prática Jurídica	Direito Internacional e Relações Internacionais	Dissertação
61406	Maria Madalena Vilas Nunes Rebocho	As reorganizações societárias neutras: entre as razões económicas válidas e o planeamento fiscal	Paula Cristina Santos Rosado Pereira	Direito e Prática Jurídica	Direito Financeiro e Fiscal	Dissertação
61243	Mariana Duarte Felgueiras Galvão Carvajal	A Doutrina da Responsabilidade de Proteger como eventual resposta a conflitos armados: análise da atuação das Nações Unidas através de casos concretos	Ana Rita Amaral Campos Gil	Direito e Prática Jurídica	Direito Internacional e Relações Internacionais	Dissertação
61135	Mariana Lopes Prata	Kidfluencers e o Direito - A tutela jurídica das crianças enquanto influenciadoras digitais	Jorge Alberto Caras Altas Duarte Pinheiro	Direito e Prática Jurídica	Direito Civil	Dissertação
60945	Mariana Sofia Pires Castilho Pereira	A tributação ambiental como ferramenta para a gestão do plástico	Rute Neto Cabrita E Gil Saraiva	Direito e Prática Jurídica	Direito Financeiro e Fiscal	Dissertação
58314	Marta Alexandra Castro de Magalhães	Estratégia tributária agressiva	Rute Neto Cabrita E Gil Saraiva	Direito e Prática Jurídica	Direito Financeiro e Fiscal	Dissertação
60859	Marta Ferreira Pedro	Os impostos especiais sobre o consumo - uma abordagem comportamental	Rute Neto Cabrita E Gil Saraiva	Direito e Prática Jurídica	Direito Financeiro e Fiscal	Dissertação
60682	Martim Lopes Nogueira	O direito à informação do trabalhador público visado no procedimento disciplinar	Ana Fernanda Ferreira Pereira Neves	Direito e Prática Jurídica	Direito Administrativo e Administração Pública	Dissertação
60974	Matilde Esteves Chêfe	Regulação dos Negócios de Transmissão de Criptoativos, com foco da Blockchain	João Paulo de Oliveira Gerales	Direito e Prática Jurídica	Direito Civil	Dissertação

Candidaturas à 2.ª fase do Mestrado em Direito e Prática Jurídica
Dissertação
Conclusão da parte escolar no ano letivo 2022-2023, com classificação final média de 12 valores ou superior
(Conselho Científico de 15 de novembro 2023)

Número	Nome do(a) Aluno(a)	Título da Dissertação	Professor(a) Doutor(a) Orientador(a) Indicado(a)	Mestrado	Especialidade	Modalidade
67546	Melina Natalia Gil	Sistema de Proteção dos Direitos Humanos na China por meio de uma análise comparativa com a Perspectiva Ocidental	Fernando Manuel Pereira Loureiro Bastos	Direito e Prática Jurídica	Direito Internacional e Relações Internacionais	Dissertação
61223	Mónica Sofia Marques Leite	Initial Coin Offering: uma forma de financiamento descentralizado	Francisco Lourenço Fonseca Mendes Correia	Direito e Prática Jurídica	Direito da Empresa	Dissertação
60728	Natacha Sofia Lino Rações	Responsabilidades parentais, deveres paternofiliais e proteção do património dos filhos: estudo jusfamiliar e jussucessório	Daniel de Bettencourt Rodrigues Silva Morais	Direito e Prática Jurídica	Direito Civil	Dissertação
67043	Natalia De França Santos	A responsabilidade civil pelo descumprimento de obrigações de caráter erga omnes à luz da jurisprudência da Corte Internacional de Justiça	Maria José Reis Rangel Mesquita	Direito e Prática Jurídica	Direito Internacional e Relações Internacionais	Dissertação
65806	Nilza Afonsina Mayala	A tributação dos dividendos distribuídos por empresas Portuguesas em Angola: perspectiva passada, presente e futura	Paula Cristina Santos Rosado Pereira	Direito e Prática Jurídica	Direito Financeiro e Fiscal	Dissertação
61308	Nuno Cláudio Dias Mohamade	A Responsabilidade Civil Dos Administradores e Gerentes das Sociedades Comerciais no Direito Moçambicano	Diogo Manuel Costa Gonçalves	Direito e Prática Jurídica	Direito da Empresa	Dissertação
60723	Nuno João Gonçalves de Jesus	Os drones e a colisão com direitos de personalidade	Isabel Alexandra Botelho Vieira Borges	Direito e Prática Jurídica	Direito Civil	Dissertação
61368	Nuno Luis Moura Trindade	Responsabilidade Civil por Sharenting	Ana Catarina Sá Gomes de Melo Matos Salgado	Direito e Prática Jurídica	Ciências Jurídico-Forenses	Dissertação
60977	Patrícia Maria Jacinto Caseiro	Diretiva contra as práticas de elisão fiscal 3: o combate a estratégias abusivas	Paula Cristina Santos Rosado Pereira	Direito e Prática Jurídica	Direito Financeiro e Fiscal	Dissertação
67538	Patrícia Velozo de França	Do procedimento cautelar da restituição provisória de posse	Nuno Miguel Andrade Paula Pissarra	Direito e Prática Jurídica	Direito Civil	Dissertação
58062	Paulo Alexandre Clarisse Lareão	A doação no direito da família e sucessões – algumas questões (e inquietações)	Sofia Henriques	Direito e Prática Jurídica	Direito Civil	Dissertação
49671	Pedro Gil Encarnacao Martins	O regime jurídico da contratação pública no domínio da defesa e segurança: a crítica da ambição cumprida?	Miguel Chaves Ribeiro Assis Raimundo	Direito e Prática Jurídica	Direito Administrativo e Administração Pública	Dissertação
67115	Pedro Henrique Harger	Responsabilidade Civil - Da Pessoa Colectiva e do alcance do seu Direito à Indenização	Maria Lurdes Viegas Marques Pereira	Direito e Prática Jurídica	Direito Civil	Dissertação
67105	Rafaela Rezende	A troca automática de informações fiscais como estratégia global no combate ao planeamento fiscal abusivo das multinacionais, no contexto da cooperação internacional em matéria tributária	Guilherme Waldemar Goulão Dos Reis de Oliveira Martins	Direito e Prática Jurídica	Direito Financeiro e Fiscal	Dissertação
61101	Raquel Sofia Lança Montez Pontes	Desafios jurídicos das Decentralized Autonomous Organisations – análise de alguns dos problemas e das consequências da sua qualificação jurídica	Madalena da Paz Ferreira Perestrelo de Oliveira	Direito e Prática Jurídica	Direito da Empresa	Dissertação
52667	Rita Isabel Bastos Ramalho	A autonomia dos Magistrados do Ministério Público e a fronteira com o poder disciplinar: uma análise à luz do novo Estatuto do Ministério Público	Ana Fernanda Ferreira Pereira Neves	Direito e Prática Jurídica	Direito Administrativo e Administração Pública	Dissertação
60743	Rita Isabel da Cunha Rosa	A apreensão de mensagens de correio eletrónico pela Autoridade da Concorrência nos computadores das empresas	Paulo Manuel Mello Sousa Mendes	Direito e Prática Jurídica	Direito Penal	Dissertação
60890	Rita Martins Clímaco	Eficácia jurídica da uniformização de jurisprudência	Rui Carlos Gonçalves Pinto	Direito e Prática Jurídica	Ciências Jurídico-Forenses	Dissertação
58322	Rosana Filipa Simões Ferreira	Cumulação Subjetiva e Objetiva e Legitimidade do Autor para Recorrer	Isabel Maria Grosso Elias de Oliveira Alexandre	Direito e Prática Jurídica	Ciências Jurídico-Forenses	Dissertação
61116	Sara Celeste Pedrosa dos Santos Correia	O Caso Julgado nas Relações Jurídicas de Implicação Recíproca	Rui Carlos Gonçalves Pinto	Direito e Prática Jurídica	Ciências Jurídico-Forenses	Dissertação

Candidaturas à 2.ª fase do Mestrado em Direito e Prática Jurídica
Dissertação
Conclusão da parte escolar no ano letivo 2022-2023, com classificação final média de 12 valores ou superior
(Conselho Científico de 15 de novembro 2023)

Anexo 27

Número	Nome do(a) Aluno(a)	Título da Dissertação	Professor(a) Doutor(a) Orientador(a) Indicado(a)	Mestrado	Especialidade	Modalidade
60838	Sara Isabel Ferreira Gonçalves	Compliance, Investigações Internas e Prova Penal	Teresa Maria Quintela de Brito Prazeres da Silva	Direito e Prática Jurídica	Ciências Jurídico-Forenses	Dissertação
61388	Sofia Margarida de Carvalho Salazar Grosso	O financiamento por terceiros das ações coletivas no âmbito do direito da concorrência	Miguel José Pinto Tavares Moura e Silva	Direito e Prática Jurídica	Direito da Concorrência e da Regulação	Dissertação
65783	Sthefanny Ribeiro Pereira Taunay	A influência das decisões regulatórias económicas da União Europeia sobre o Brasil	Vitalino José Ferreira Prova Canas	Direito e Prática Jurídica	Direito Internacional e Relações Internacionais	Dissertação
58057	Tânia Sofia Bernardo da Graça	A competência para as ações de divórcio, à luz do Regulamento (UE) 2019/1111 do Conselho, de 25 de junho de 2019	Isabel Maria Grosso Elias de Oliveira Alexandre	Direito e Prática Jurídica	Ciências Jurídico-Forenses	Dissertação
65778	Tiago André de Aparicio Simões	Sociedades comerciais: exclusão do sócio	João Manuel Cardão Do Espírito Santo Noronha	Direito e Prática Jurídica	Direito da Empresa	Dissertação
57122	Tiago João Pereira Duarte	A (in)dependência das entidades reguladoras na relação com o poder político	Lourenço Bandeira Manoel Vilhena de Freitas	Direito e Prática Jurídica	Direito Administrativo e Administração Pública	Dissertação
60997	Tomás Monteiro Soares Freire	Os desvios ao Princípio One Share - One Vote: o Voto Plural	Madalena da Paz Ferreira Perestrelo de Oliveira	Direito e Prática Jurídica	Direito da Empresa	Dissertação
57387	Vanda Lorainne Ibara Cristóvão	O instituto da pena relativamente indeterminada: a aplicabilidade da liberdade condicional	Paulo Manuel Mello Sousa Mendes	Direito e Prática Jurídica	Direito Penal	Dissertação
67544	Vanessa Lopes Araújo	Ausência de solidariedade familiar: A exclusão da responsabilidade de assistência	Sofia Henriques	Direito e Prática Jurídica	Direito Civil	Dissertação
61241	Vera Lúcia Sereno Couceiro	O Princípio da Proibição da Reformatio In Pejus no Direito das Contraordenações	Paulo Manuel Mello Sousa Mendes	Direito e Prática Jurídica	Direito Penal	Dissertação
67562	Yuting Gu	Conceito de tempo de trabalho	Pedro Manuel Almeida Madeira Brito	Direito e Prática Jurídica	Direito da Empresa	Dissertação

Versão do documento: 10-11-2023 MN



Requerimentos

Reunião do Conselho Científico de 15 de novembro de 2023

Mestrados - Candidatura à 2.ª fase do mestrado - Mestrando com parte curricular concluída
Modalidade de Inscrição Relatório de Estágio

Número do(a) Aluno(a)	Nome do(a) Aluno(a)	Ano letivo de conclusão da parte escolar	Título do Relatório de Estágio proposto	Professor(a) Doutor(a) Orientador(a) Indicado(a)	Coorientador(a) Indicado(a)	Instituição de acolhimento	Mestrado	Modalidade
65766	Mário Aureliano Ferreira José	2.º Semestre 2022-2023	Relatório de Estágio na 1.ª Secção de Loulé do DIAP de Faro	Mafalda Luísa Ramos Carmona	Dra. Helena de Brito Miguel (Procuradora)	Procuradoria da República da Comarca de Faro	Mestrado em Direito e Prática Jurídica – Especialidade de Ciências Jurídico-Forenses	Relatório de Estágio

Observação:

- A informação quanto à coorientadora e instituição de acolhimento foi transmitida pelo Gabinete de Saldas Profissionais, no dia 03-11-2023.

Versão do documento: 07-11-2023 MN



Requerimentos

Reunião do Conselho Científico de 15 de novembro de 2023

Mestrados - Candidatura à 2.ª fase do mestrado - Mestranda com parte curricular concluída
Modalidade de Inscrição Relatório de Estágio

Número do(a) Aluno(a)	Nome do(a) Aluno(a)	Ano letivo de conclusão da parte escolar	Título do Relatório de Estágio proposto	Professor(a) Doutor(a) Orientador(a) Indicado(a)	Coorientador(a) Indicado(a)	Instituição de acolhimento	Mestrado	Modalidade
60680	Sabrina Santos Gomes	2.º Semestre 2022-2023	<i>Whistleblowing</i> : a proteção dos denunciantes - em especial, a proteção do <i>compliance officer</i>	Paulo Manuel Mello Sousa Mendes	Dr. Carlos Pinto de Abreu	Carlos Pinto de Abreu e Associados – Sociedade de Advogados	Mestrado em Direito e Prática Jurídica – Especialidade de Direito Penal	Relatório de Estágio

Observação:

- A informação quanto ao coorientador e instituição de acolhimento foi transmitida pelo Gabinete de Saídas Profissionais, no dia 03-11-2023.

Versão do documento: 07-11-2023 MN



Requerimentos

Reunião do Conselho Científico de 15 de novembro de 2023

Mestrados - Candidatura à 2.ª fase do mestrado - Mestranda com parte curricular concluída
Modalidade de Inscrição Relatório de Estágio

Número do(a) Aluno(a)	Nome do(a) Aluno(a)	Ano letivo de conclusão da parte escolar	Título do Relatório de Estágio proposto	Professor(a) Doutor(a) Orientador(a) Indicado(a)	Coorientador(a) Indicado(a)	Instituição de acolhimento	Mestrado	Modalidade
61056	Constança Gonçalves Miguel Bandeira Pinho	2.º Semestre 2022-2023	A alienação parental nos tribunais portugueses	Jorge Alberto Caras Altas Duarte Pinheiro	Dr. Nuno Cardoso Ribeiro (Coordenador)	Sociedade de Advogados Divórcio & Família	Mestrado em Direito e Prática Jurídica – Especialidade de Direito Civil	Relatório de Estágio

Observação:

- A informação quanto ao coorientador e instituição de acolhimento foi transmitida pelo Gabinete de Saídas Profissionais, no dia 27-10-2023.

Versão do documento: 31-10-2023 MN



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

Mapa de Alteração de Júri

MESTRADO EM DIREITO E CIÊNCIA JURÍDICA ESPECIALIDADE EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FILOSÓFICAS

Candidato(a)	Título da Dissertação	Prof.(a) Orientador(a)	Júri	Novo Júri
Nome: Dinis Pinheiro Perestrelo Braz Teixeira N.º: 49120 Data de Entrega: 03-07-2023	"A Filosofia do Direito de Norberto Bobbio"	Prof(a). Doutor(a) José Lamego	Prof(a). Doutor(a) Miguel Teixeira de Sousa (P) José Lamego (O) Francisco Paes Marques (V)* João Pedro Marchante (A)	Prof(a). Doutor(a) Miguel Teixeira de Sousa (P) José Lamego (O) Pedro Moniz Lopes (V)* João Pedro Marchante (A)

*Alteração do Professor Vogal



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

Mapa de Alteração de Júri

MESTRADO EM DIREITO E CIÊNCIA JURÍDICA ESPECIALIDADE EM DIREITO LABORAL

Candidato(a)	Título da Dissertação	Prof.(a) Orientador(a)	Júri	Novo Júri
Nome: Sofia Lima Dutra N.º: 61778 Data de Entrega: 15-02-2023	"Mobbing Digital: O Assédio Moral na Era 4.0. Uma Perspectiva Luso-brasileira"	Prof(a). Doutor(a) Rosário Palma Ramalho	Prof(a). Doutor(a) Pedro Romano Martinez (P)* Rosário Palma Ramalho (O) Guilherme Machado Dray (A) Mafalda Carmona (V)	Prof(a). Doutor(a) Pedro Madeira de Brito (P)* Rosário Palma Ramalho (O) Guilherme Machado Dray (A) Mafalda Carmona (V)

*Alteração do Professor Presidente

5



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

Mapa de Alteração de Júri

MESTRADO EM DIREITO E PRÁTICA JURÍDICA ESPECIALIDADE EM DIREITO DA EMPRESA

Candidato(a)	Título da Dissertação	Prof.(a) Orientador(a)	Júri	Novo Júri
Nome: Caroline Araujo de Souza Santos N.º: 61963 Data de Entrega: 22-03-2022	"A regulamentação da relação clube-empresa no direito brasileiro e suas consequências jurídicas e práticas: questões fiscais e trabalhistas"	Prof(a). Doutor(a) Pedro Madeira de Brito	Prof(a). Doutor(a) Pedro Romano Martinez (P)* Pedro Madeira de Brito (O) Luís Gonçalves da Silva (A)	Prof(a). Doutor(a) Rosário Palma Ramalho (P) Pedro Madeira de Brito (O) Luís Gonçalves da Silva (A)

*Alteração do Professor Presidente



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

Mapa de Alteração de Júri

MESTRADO EM DIREITO E CIÊNCIA JURÍDICA ESPECIALIDADE EM DIREITO LABORAL

Candidato(a)	Título da Dissertação	Prof.(a) Orientador(a)	Júri	Novo Júri
Nome: Roberta Dantas Ribeiro N.º: 60423 Data de Entrega: 02-05-2023	"INOVAÇÕES LEGISLATIVAS EM SEDE DE SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO DECORRENTES DA COVID-19"	Prof(a). Doutor(a) Cláudia Madaleno	Prof(a). Doutor(a) Pedro Romano Martinez (P)* Pedro Caridade de Freitas (V) Isabel Vieira Borges (A) Cláudia Madaleno (O)	Prof(a). Doutor(a) Rosário Palma Ramalho (P)* Pedro Caridade de Freitas (V) Isabel Vieira Borges (A) Cláudia Madaleno (O)

*Alteração do Professor Presidente



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

Mapa de Alteração de Júri

MESTRADO EM DIREITO E CIÊNCIA JURÍDICA ESPECIALIDADE EM DIREITO LABORAL

Candidato(a)	Título da Dissertação	Prof.(a) Orientador(a)	Júri	Novo Júri
Nome: Tiago Miguel Sequeira Mousinho N.º: 51725 Data de Entrega: 02-05-2023	"A violação ou proteção de segredos de negócio pelo trabalhador"	Prof(a). Doutor(a) Cláudia Madaleno	Prof(a). Doutor(a) Pedro Romano Martinez (P)* Luis Gonçalves da Silva (A) Cláudia Madaleno (O) Mafalda Carmona (V)	Prof(a). Doutor(a) Rosário Palma Ramalho (P)* Luis Gonçalves da Silva (A) Cláudia Madaleno (O) Mafalda Carmona (V)

*Alteração do Professor Presidente



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

Mapa de Alteração de Júri

MESTRADO EM DIREITO E PRÁTICA JURÍDICA ESPECIALIDADE EM DIREITO CIVIL

Candidato(a)	Título da Dissertação	Prof.(a) Orientador(a)	Júri	Novo Júri
Nome: Adriana Daniela Carvalho Barroso N.º: 58158 Data de Entrega: 09-05-2023	"Os deveres do empreiteiro aquando do contrato de empreitada: a caracterização da obrigação do empreiteiro como uma obrigação de resultado"	Prof(a). Doutor(a) Pedro de Albuquerque	Prof(a). Doutor(a) Pedro Romano Martinez (P)* Pedro de Albuquerque (O) Diogo Costa Gonçalves (A)	Prof(a). Doutor(a) Januário da Costa Gomes (P)* Pedro de Albuquerque (O) Diogo Costa Gonçalves (A)

*Alteração do Professor Presidente

5



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

Mapa de Alteração de Júri

MESTRADO EM DIREITO E PRÁTICA JURÍDICA ESPECIALIDADE EM DIREITO PENAL

Candidato(a)	Título da Dissertação	Prof.(a) Orientador(a)	Júri	Novo Júri
Nome: Sara Filipa Martins da Costa N.º: 57313 Data de Entrega: 22-03-2023	"A relevância processual penal dos depoimentos das vítimas menores de abusos sexuais"	Prof(a). Doutor(a) Helena Morão	Prof(a). Doutor(a) Maria Fernanda Palma (P) Jorge Duarte Pinheiro (A)* Helena Morão (O)	Prof(a). Doutor(a) Maria Fernanda Palma (P) Carolina Salgado (A) Helena Morão (O)

*Alteração do Professor Arguente



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

Anexo 34

Mestrado em Direito e Ciência Jurídica
Doutoramento em Direito
Relatório Parte Escolar 2022-23 | Análise Estatística



Relatório Parte Escolar 2022-23 | Análise Estatística

Índice Geral

1.	Introdução	4
2.	Número de alunos inscritos por ciclo de estudos	4
3.	Mestrado em Direito e Ciência Jurídica - Relatórios por nota atribuída.....	4
4.	Doutoramento em Direito - Relatórios por nota atribuída.....	5
5.	Número e Percentagem de alunos por relatórios entregues e avaliados e/ou não entregues e não avaliados.	6
5.1	<i>Mestrado em Direito e Ciência Jurídica</i>	6
5.2	<i>Doutoramento em Direito</i>	7
6.	Acesso à Segunda Fase.....	8
6.1	<i>Mestrado em Direito e Ciência Jurídica</i>	8
6.2	<i>Doutoramento em Direito</i>	9
7.	Sucesso Académico	10



Relatório Parte Escolar 2022-23 | Análise Estatística

Índice de Quadros

Quadro 1 - Número de alunos inscritos por Ciclo de Estudos, no ano letivo 2022-23.	4
Quadro 2 - Número e Percentagem de Relatórios do Mestrado em Direito e Ciência Jurídica, por nota de avaliação.	4
Quadro 3 - Número e Percentagem de Relatórios do Doutoramento em Direito, por nota de avaliação.....	5
Quadro 4 - Número de alunos por Relatórios Entregues do Mestrado em Direito e Ciência Jurídica, no ano letivo 2022-23.	6
Quadro 5 - Percentagem de alunos por Relatórios Entregues do Mestrado em Direito e Ciência Jurídica, no ano letivo 2022-23.	7
Quadro 6 - Número de alunos por Relatórios Entregues do Doutoramento em Direito, no ano letivo 2022-23.	7
Quadro 7 - Percentagem de alunos por Relatórios Entregues do Doutoramento, no ano letivo 2022-23.	7
Quadro 8 - Número de alunos por Relatórios Entregues e por Transição para a 2.ª Fase do Mestrado em Direito e Ciência Jurídica, no ano letivo 2022-23.	8
Quadro 9 - Número de alunos por Relatórios Entregues e por Transição para a 2.ª Fase do Doutoramento em Direito, no ano letivo 2022-23.	9
Quadro 10 – Número e Percentagem de Estudantes Inscritos que Concluíram o 1.º Ano, por Ciclo de Estudos, no ano Letivo 2022-23.	10
Quadro 11 - Número e Percentagem de Estudantes Inscritos que Transitaram para o 2.º Ano, por Ciclo de Estudos, no ano Letivo 2022-23.	10

Índice de Gráficos

Gráfico 1 - Número de Relatórios do Mestrado em Direito e Ciência Jurídica, por nota de avaliação.....	5
Gráfico 2 - Número de Relatórios do Doutoramento em Direito, por nota de avaliação.....	6
Gráfico 3 - Número de Alunos Transitados para a 2.ª Fase, por Média Final da Parte Escolar, do Mestrado em Direito e Ciência Jurídica, no ano letivo 2022-23.	8
Gráfico 4 - Número de Alunos Transitados para a 2.ª Fase, por Média Final da Parte Escolar, do Doutoramento em Direito, no ano letivo 2022-23.	9



Relatório Parte Escolar 2022-23 | Análise Estatística

1. Introdução

O presente documento visa fornecer uma análise estatística sobre o desempenho académico na parte escolar (ano letivo 2022-23) de alunos inscritos nos Cursos de Mestrado em Direito e Ciência Jurídica e Doutoramento em Direito.

2. Número de alunos inscritos por ciclo de estudos

Quadro 1 - Número de alunos inscritos por Ciclo de Estudos, no ano letivo 2022-23.

Ciclo de Estudos	Total Alunos
Doutoramento Bolonha em Direito	70
Mestrado Bolonha em Direito e Ciência Jurídica	277
Total Geral	347

Fonte: Fénix, 15-11-2023

Nota: no quadro 1 constam alunos que ingressaram em anos letivos anteriores, que renovaram a matrícula em 2022-23 para (i) efetuar melhoria de nota ou (ii) repetir alguma unidade curricular não aprovada no ano letivo de ingresso.

3. Mestrado em Direito e Ciência Jurídica - Relatórios por nota atribuída

Quadro 2 - Número e Percentagem de Relatórios do Mestrado em Direito e Ciência Jurídica, por nota de avaliação.

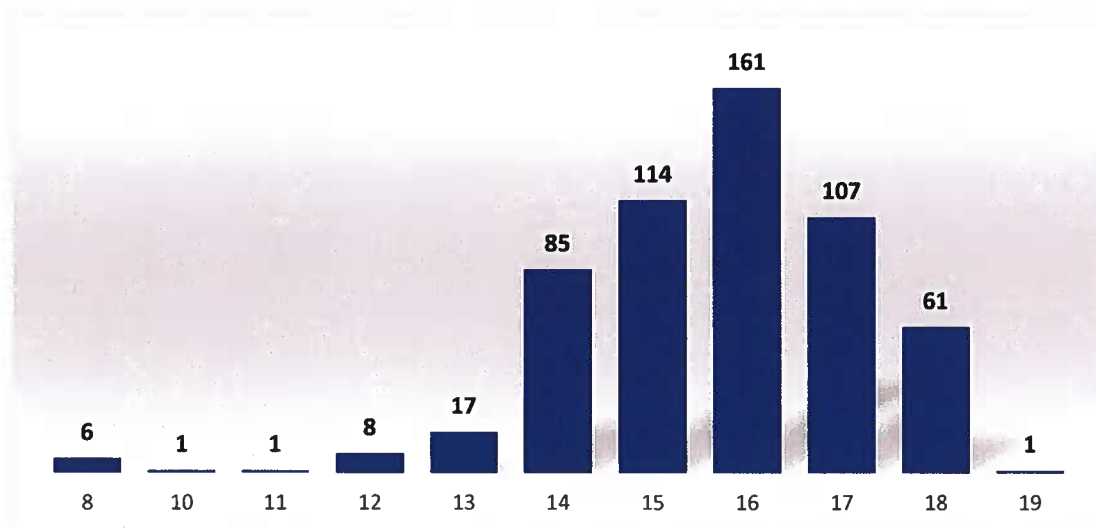
Notas	N	%
8	6	1,07%
10	1	0,18%
11	1	0,18%
12	8	1,42%
13	17	3,02%
14	85	15,12%
15	114	20,28%
16	161	28,65%
17	107	19,04%
18	61	10,85%
19	1	0,18%
Total Geral	562	100,00%

Fonte: Fénix, 15-11-2023



Relatório Parte Escolar 2022-23 | Análise Estatística

Gráfico 1 - Número de Relatórios do Mestrado em Direito e Ciência Jurídica, por nota de avaliação.



Fonte: Fénix, 15-11-2023

4. Doutoramento em Direito - Relatórios por nota atribuída

Quadro 3 - Número e Percentagem de Relatórios do Doutoramento em Direito, por nota de avaliação.

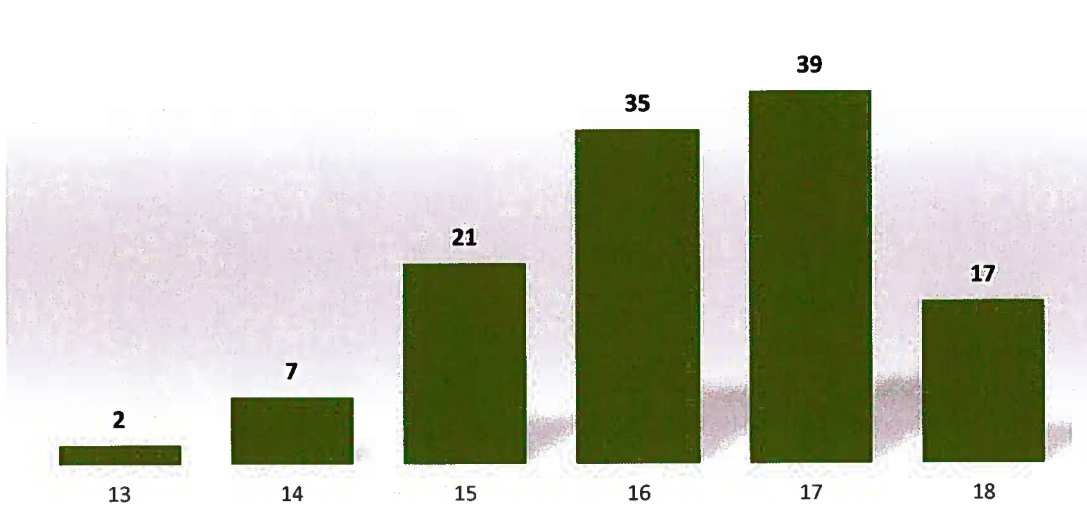
Notas	N	%
13	2	1,65%
14	7	5,79%
15	21	17,36%
16	35	28,93%
17	39	32,23%
18	17	14,05%
Total Geral	121	100,00%

Fonte: Fénix, 15-11-2023



Relatório Parte Escolar 2022-23 | Análise Estatística

Gráfico 2 - Número de Relatórios do Doutoramento em Direito, por nota de avaliação.



Fonte: Fénix, 15-11-2023

5. Número e Percentagem de alunos por relatórios entregues e avaliados e/ou não entregues e não avaliados.

Neste capítulo será efetuada uma análise detalhada sobre o abandono escolar em função dos relatórios entregues e não entregues por número de inscrições em Unidades Curriculares anuais.

5.1 Mestrado em Direito e Ciência Jurídica

Quadro 4 - Número de alunos por Relatórios Entregues do Mestrado em Direito e Ciência Jurídica, no ano letivo 2022-23.

N.º de Inscrições	N.º Relatórios Entregues				Total
	3	2	1	0	
1			22	10	33
2		15	2	0	19
3	168	2	0	48	221
Total Geral	168	17	24	58	267

Fonte: Fénix, 15-11-2023



Relatório Parte Escolar 2022-23 | Análise Estatística

Quadro 5 - Percentagem de alunos por Relatórios Entregues do Mestrado em Direito e Ciência Jurídica, no ano letivo 2022-23.

N.º de Inscrições	N.º Relatórios Entregues				Total
	3	2	1	0	
1			69%	31%	100%
2		88%	12%	0%	100%
3	77%	1%	0%	22%	100%
Total Geral	77%	89%	81%	53%	

Fonte: Fénix, 15-11-2023

5.2 Doutoramento em Direito

Quadro 6 - Número de alunos por Relatórios Entregues do Doutoramento em Direito, no ano letivo 2022-23.

N.º de Inscrições	N.º Relatórios Entregues				Total
	3	2	1	0	
1			6	0	6
2		2	0	1	3
3	36	1	1	20	58
Total Geral	36	3	7	21	67

Fonte: Fénix, 15-11-2023

Quadro 7 - Percentagem de alunos por Relatórios Entregues do Doutoramento, no ano letivo 2022-23.

N.º de Inscrições	N.º Relatórios Entregues				Total
	3	2	1	0	
1			100%	0%	100%
2		67%	0%	33%	100%
3	62%	2%	2%	34%	100%
Total Geral	62%	68%	102%	68%	

Fonte: Fénix, 15-11-2023



Relatório Parte Escolar 2022-23 | Análise Estatística

6. Acesso à Segunda Fase

No presente capítulo será realizada uma análise dos alunos que cumpriram os requisitos de acesso (i) à Dissertação de Mestrado e (ii) à Tese de Doutoramento.

6.1 Mestrado em Direito e Ciência Jurídica

Nos termos do n.º 2 do artigo 47.º do Regulamento do Mestrado e do Doutoramento, "(...) são admitidos à preparação da dissertação de mestrado os estudantes aprovados no curso de especialização com a classificação final média de 14 valores ou superior".

Quadro 8 - Número de alunos por Relatórios Entregues e por Transição para a 2.ª Fase do Mestrado em Direito e Ciência Jurídica, no ano letivo 2022-23.

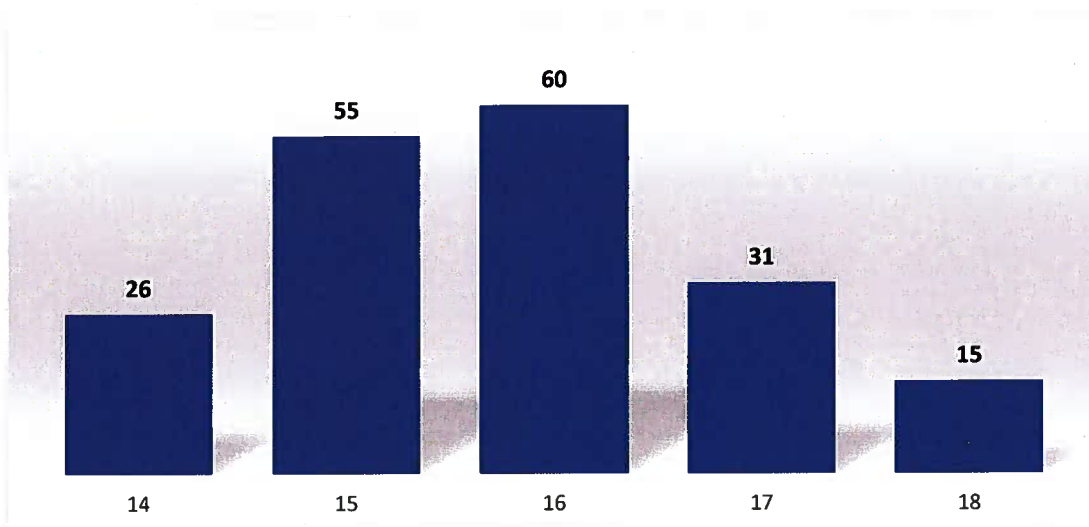
N.º Relatórios Entregues e Avaliados	Transição 2.ª Fase		Total Geral
	Não	Sim	
0	58		58
1	2	22	24
2	14	3	17
3	6	162	168
Total Geral	80	187	267

Fonte: Fénix, 15-11-2023

Resumo:

- 22 alunos que entregaram entre 1 a 3 relatórios e não transitaram para a 2.ª fase
- 187 alunos que entregaram entre 1 a 3 relatórios e transitaram para a 2.ª fase

Gráfico 3 - Número de Alunos Transitados para a 2.ª Fase, por Média Final da Parte Escolar, do Mestrado em Direito e Ciência Jurídica, no ano letivo 2022-23.



Fonte: Fénix, 15-11-2023

Relatório Parte Escolar 2022-23 | Análise Estatística

6.2 Doutoramento em Direito

Nos termos do n.º 1 do artigo 73.º do Regulamento do Mestrado e do Doutoramento, “O acesso à fase da tese depende (...) de aprovação no curso de doutoramento com nota mínima de 16 valores de média final.”.

Quadro 9 - Número de alunos por Relatórios Entregues e por Transição para a 2.ª Fase do Doutoramento em Direito, no ano letivo 2022-23.

N.º Relatórios Entregues e Avaliados	Transição 2.ª Fase		Total Geral
	Não	Sim	
0	20	1*	21
1	5	2	7
2	3		3
3	8	28	36
Total Geral	36	31	67

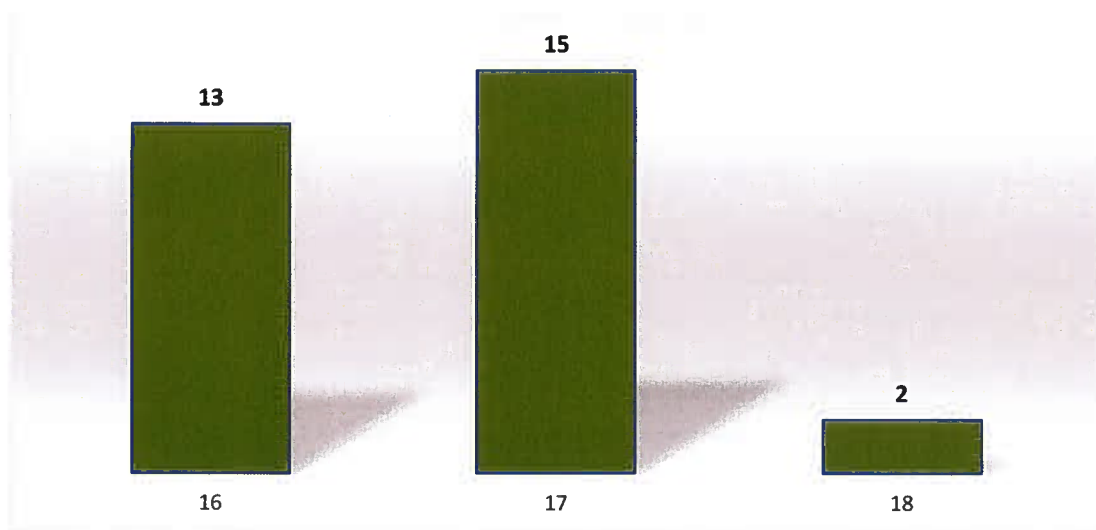
Fonte: Fénix, 15-11-2023

* Aluno dispensado da parte escolar nos termos regulamentares.

Resumo:

- 16 alunos que entregaram entre 1 a 3 relatórios e não transitaram para a 2.ª fase
- 30 alunos que entregaram entre 1 a 3 relatórios e transitaram para a 2.ª fase

Gráfico 4 - Número de Alunos Transitados para a 2.ª Fase, por Média Final da Parte Escolar, do Doutoramento em Direito, no ano letivo 2022-23.



Fonte: Fénix, 15-11-2023



Relatório Parte Escolar 2022-23 | Análise Estatística

7. Sucesso Académico

Quadro 10 – Número e Percentagem de Estudantes Inscritos que Concluíram o 1.º Ano, por Ciclo de Estudos, no ano Letivo 2022-23.

Ciclo de Estudos	Total Inscritos	N Conclusão 1.º A		Conclusão 1.º A	
		N	%	N	%
Mestrado em Direito e Ciência Jurídica	277	84	30%	193	70%
Doutoramento em Direito	70	27	39%	43	61%
Total	347	111	32%	236	68%

Fonte: Fénix, 15-11-2023

Quadro 11 - Número e Percentagem de Estudantes Inscritos que Transitaram para o 2.º Ano, por Ciclo de Estudos, no ano Letivo 2022-23.

Ciclo de Estudos	Total Inscritos	N Acesso 2.º Ano		Acesso 2.º Ano	
		N	%	N	%
Mestrado em Direito e Ciência Jurídica	277	87	31%	190	69%
Doutoramento em Direito	70	38	54%	32	46%
Total	347	125	36%	222	64%

Fonte: Fénix, 15-11-2023



3

**Pedido de elaboração da dissertação em regime de
coorientação**

DOUTORAMENTO BOLONHA EM DIREITO

ESPECIALIDADE DE CIÊNCIAS JURÍDICO-POLÍTICAS

Candidato(a)	Prof.(a) Orientador(a)	Coorientador(a) Proposto(a)	Tema da Dissertação/Tese
Nome: Juliana Costa Barboza de Castro Nº: 65207	Prof.(a) Doutor(a) Miguel Chaves Ribeiro Assis Raimundo	Prof.(a) Doutor(a) Susana Antas Videira	A interferência do poder religioso na formação política do Estado Democrático: Constitucionalismo, Legitimação e Processo Eleitoral

Serviço Académico
03 de novembro de
2023

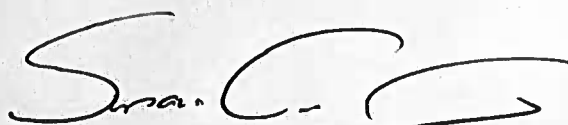
Declaração

Exmo. Senhor Presidente do Conselho Científico

Professor Doutor António Pedro Barbas Homem

Susana Antas Videira, Professora Associada da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (FDUL) vem, para os devidos efeitos, a solicitação da candidata, Dr.ª Juliana Costa Barboza de Castro e obtida a anuência do Professor Miguel Assis Raimundo, orientador da respetiva tese de Doutoramento, em Ciências Jurídico-Políticas, portadora da matrícula n.º 65207, declarar que aceita a coorientação, para apoio e reflexão adicionais nas temáticas histórico-jurídicas que integram o tema da tese.

Lisboa, 27 de outubro de 2023,

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Susana Antas Videira', with a long horizontal stroke extending to the right.

Susana Antas Videira

Declaração

9

Exmo. Senhor
Presidente do Conselho Científico
Professor Doutor António Pedro Barbas Homem

Miguel Assis Raimundo, Professor Associado da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (FDUL) e orientador da tese de Doutoramento em Ciências Jurídico-Políticas de Juliana Costa Barboza de Castro, portadora da matrícula n.º 65207, vem, para os devidos efeitos e a solicitação da referida candidata, declarar que tomou conhecimento da intenção da candidata de obter a co-orientação da Prof. Doutora Susana Antas Videira, Professora Associada desta Faculdade, para apoio e reflexão adicionais nas temáticas histórico-jurídicas que integram o tema da tese, mais declarando que não se opõe à referida co-orientação, a qual contribui adequadamente para os objectivos de especialização e enriquecimento do percurso de investigação conducente à elaboração de um trabalho desta natureza.

Lisboa, 26 de Outubro de 2023.



Miguel Assis Raimundo,
Professor Associado da FDUL



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Constituição de Júri de Doutoramento em Direito

Nome	Especialidade	Orientador(a)	Data de Entrega	Título	Júri
Ronaldo Souza Borges	Ciências Jurídico-Civis	Prof. Doutor José Luís Bonifácio Ramos	04/09/2023	A eficiência enquanto princípio estruturante do Processo Civil: A otimização do processo sob a perspectiva da análise económica do Direito	Prof. Doutora Paula Costa e Silva Prof. Doutor Rui Pinto Prof. Doutora Paula Vaz Freire Prof. Doutor Dierle Nunes Prof. Doutor António Vieira Cura

8

7

REQUERIMENTO

AVALIAÇÃO DO PERÍODO EXPERIMENTAL DE

PROFESSOR AUXILIAR

João Marques Martins

Exmo. Senhor
Presidente do Conselho Científico
da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

JOÃO MARQUES MARTINS, Professor Auxiliar do Grupo de Ciências Jurídicas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, contratado em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado em período experimental, vem, nos termos do artigo 25.º do Estatuto da Carreira Docente Universitária e do artigo 35.º do Regulamento de Concursos e Contratação na Carreira Docente da Universidade de Lisboa, submeter à apreciação do Conselho Científico o seu Relatório de Atividades e o seu *Curriculum Vitae*, para efeitos de avaliação específica da atividade desenvolvida no período experimental (03/05/2019 a 02/05/2024) e tendo em vista a manutenção do contrato de trabalho por tempo indeterminado, o que se requer.

Junta: Relatório de Atividades e *Curriculum Vitae*.

Lisboa, 10 de outubro de 2023.

P. D.

Joao
Marques
Martins

Assinado de
forma digital por
Joao Marques
Martins
Dados:
2023.10.10
11:08:05 +01'00'

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

JOÃO MARQUES MARTINS

10 de outubro de 2023

ÍNDICE

I - IDENTIFICAÇÃO.....	3
II - OBJETIVOS.....	4
III - REGIME DE FUNÇÕES	5
IV - HABILITAÇÕES	6
V - DESEMPENHO CIENTÍFICO	9
1. <i>Qualidade e difusão dos resultados da atividade de investigação.....</i>	<i>9</i>
1.1. <i>Publicações.....</i>	<i>9</i>
1.2. <i>Cursos de pós-graduação, comunicações, conferências e ações de formação de natureza científica</i>	<i>11</i>
1.3. <i>Organização de conferências, congressos e seminários.....</i>	<i>15</i>
2. <i>Membro dos conselhos editoriais e avaliador de publicações periódicas..</i>	<i>16</i>
3. <i>Membro de organizações científicas.....</i>	<i>16</i>
4. <i>Orientação de trabalhos académicos.....</i>	<i>17</i>
4.1. <i>Mestrados concluídos.....</i>	<i>17</i>
4.2. <i>Mestrados em curso</i>	<i>18</i>
VI – DESEMPENHO PEDAGÓGICO.....	20
1. <i>Atividade docente na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa....</i>	<i>20</i>
1.1. <i>Regências</i>	<i>20</i>
1.2. <i>Colaborações na docência</i>	<i>22</i>
2. <i>Atividade docente em instituições estrangeiras.....</i>	<i>22</i>
3. <i>Participação em júris.....</i>	<i>23</i>
3.1. <i>Júris na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa</i>	<i>23</i>
3.2. <i>Júris noutras instituições.....</i>	<i>33</i>
VII – ATIVIDADES RELEVANTES PARA A MISSÃO DA UNIVERSIDADE..	35
1. <i>Exercício de cargos e funções académicas.....</i>	<i>35</i>
2. <i>Participação em projetos e organizações nacionais e internacionais de interesse científico, profissional ou cultural.....</i>	<i>35</i>
VIII - OUTRAS ATIVIDADES PROFISSIONAIS	37

I
IDENTIFICAÇÃO

Nome: João José Marques Martins

Data de nascimento: 6 de julho de 1980

Nacionalidade: portuguesa

Naturalidade: Sabugal, Guarda

Estado civil: casado

Endereço eletrónico: jjmarquesmartins@fd.ulisboa.pt

II

OBJETIVOS

O presente relatório é elaborado e apresentado nos termos do artigo 25.º do Estatuto da Carreira Docente Universitária e do artigo 35.º do Regulamento de Concursos e Contratação na Carreira Docente da Universidade de Lisboa, para efeitos de avaliação específica da atividade desenvolvida como Professor Auxiliar da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa durante o período experimental e tendo em vista a manutenção do contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.

Salvo nos capítulos III e IV, apenas são referidas atividades realizadas a partir de 03 de maio de 2019.

III

REGIME DE FUNÇÕES

Professor Auxiliar em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.

Período experimental com início em 03 de maio de 2019.

Percurso docente na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa:

- (i)** Assistente Convidado (setembro/2015 – dezembro/2016)
- (ii)** Professor Auxiliar Convidado (janeiro/2017 – abril/2019)
- (iii)** Professor Auxiliar (maio/2019 – até ao presente)

IV HABILITAÇÕES

a) Licenciatura

Instituição: Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa
Data: 1999-2004
Média final: 15 valores.

b) Pós-graduação

Instituição: Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa
Área: Direito das Sociedades Comerciais
Data: 2004-2005
Trabalho final: A Destituição dos Administradores das Sociedades Comerciais
Nota final: 16 valores

c) Pós-graduação

Instituições: Universidade de Londres
Área: Arbitragem Internacional
Data: 2012
Disciplinas: I. Regulation and Infrastructure of Arbitration; II. Arbitration Agreement; III. Arbitration Tribunal; IV. Investment Arbitration and Specialist Arbitration; V. Modern Legal Theory; VI. Liberty, Equality and

Law; VII. Company Law Foundational Issues I & II;
VIII. Company Law Constitutional Issues I & II.

d) Mestrado (parte curricular)

Faculdade: Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.
Área: Ciências Jurídicas.
Data: 2007-2008
Parte curricular: I. Direito Civil e Direito da Bioética, com relatório sob o título "Ensaio Clínico – Uma Perspectiva Ético-Jurídica", avaliado com 17 valores; II. Filosofia do Direito, com relatório sob o título "Método de Identificação da Causa Virtual", avaliado com 18 valores; III. Direito Comercial, com relatório sob o título "Participações Qualificadas em Sociedades Abertas", avaliado com 17 valores.

e) Doutoramento

Faculdade: Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.
Área: Ciências Jurídico-Civis.
Ano de ingresso: 2009
Ano de conclusão: 2016
Dissertação: "Prova por Presunções Judiciais na Responsabilidade Civil Aquiliana".
Júri: Profs. Doutores José Artur Anes Duarte Nogueira (presidente), Filipe Miguel Cruz de Albuquerque

Matos (arguente), José Carlos Barros Brandão
Proença, António Manuel da Rocha e Menezes
Cordeiro (orientador), Miguel Fernando Pessanha
Teixeira de Sousa (arguente), Luís Manuel Teles
Menezes Leitão, Ana Paula Mota da Costa e Silva,
Carlos Manuel Almeida Blanco de Moraes.

Nota final: Aprovado com distinção por unanimidade

V

DESEMPENHO CIENTÍFICO

1. QUALIDADE E DIFUSÃO DOS RESULTADOS DA ATIVIDADE DE INVESTIGAÇÃO

1.1. Publicações

a) Livros

2017

- (i) *Presunções Judiciais na Responsabilidade Civil Extracontratual*. Princípia.
- (ii) *Prova por Presunções Judiciais na Responsabilidade Civil Aquiliana* (Dissertação de Doutoramento). Princípia.

b) Capítulos de livros

2021

- (i) “Confusão”. In: *Código Civil Comentado – II – Das Obrigações em Geral*. Org.: António Menezes Cordeiro. Almedina, pp. 1199-1211.

2020

- (ii) “Prova”. In: *Manual de Arbitragem Internacional Lusófona – I*. Org.: Catarina Monteiro Pires e Rui Pereira Dias. Almedina, pp. 227-300;

c) Artigos

2023

- (i) "Riscos na Distribuição do Ónus da Prova e Teoria das Esferas". In: *Riscos no Direito Privado e na Arbitragem*. Org.: Catarina Monteiro Pires, Giovanni Ettore Nanni, Aline de Miranda Valverde Terra. Almedina.
- (ii) "Ações Inibitórias nos Litígios de Consumo". In: *Estudos de Direito do Consumo - IV*. Org.: Rui de Ataíde, Francisco Rodrigues Rocha, Vítor Palmela Fidalgo. Almedina, pp. 565-81.

2022

- (iii) "Inteligência Artificial e Direito: uma Brevíssima Introdução". In: *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*, ano LXIII, n.ºs 1 e 2, pp. 487-506.

2021

- (iv) "Breves notas sobre o contraditório na Proposta de Lei n.º 92/XIV/2.ª". In: *Boletim da Ordem dos Advogados*, setembro/dezembro;
- (v) "Regras segundo Wittgenstein e regras jurídicas". In: *Ius Dictum*, n.º 3 (pp. 23-29) e n.º 4 (pp. 65-75), AAFDL.

2020

- (vi) "Breves Notas sobre o Desconfinamento dos Tribunais Cíveis". In: *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*, Ano LXI, 2020, n.º 1, pp. 337-51.

- (vii) "O Substrato Fático da Negligência na Responsabilidade Civil Aquiliana". In: *Nuevos Retos del Derecho de Daños en Iberoamérica*. Tirant lo Blanch, pp. 509-28.
- (viii) "IA e Utilização de Redes Bayesianas na Construção de Argumentos Probatórios". In: *Inteligência Artificial & Direito*. Org.: Manuel Lopes Rocha, Rui Soares Pereira. Almedina, pp. 77-92.

2019

- (ix) "Prova por presunções judiciais e dever de fundamentação das decisões em matéria de responsabilidade aquiliana". In: *Revista do Centro de Estudos Judiciários - I*, CEJ, pp. 33-56.
- (x) "Documentos eletrónicos e meios de prova". In: *Código Civil – Cinquentenário – I*. Almedina, pp. 795-824.

1.2. Cursos de pós-graduação, comunicações, conferências e ações de formação de natureza científica

- (i) *Evento: International Association of Procedural Law Post-Doctoral Summer Course 2023 - Challenges for Procedural Law*
Data: junho/2023
Local: Universidad Complutense - Madrid
Intervenção: The Impacts of Predictive Justice in Civil Litigation
- (ii) *Evento: ExpoJud Portugal (1.ª edição)*
Data: maio/2023
Local: Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa
Intervenção: Alguns impactos da IA nas profissões jurídicas

- (iii) *Evento: I Curso de Pós-graduação Avançada em Processo Civil Executivo*
Data: fevereiro/2023
Local: Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa
Intervenção: Pesquisa de património e asset tracing: procedimento, garantias do executado, cooperação de terceiros e princípio da territorialidade
- (iv) *Evento: II Curso de Direito Procedimental e Processual da Propriedade Intelectual*
Data: janeiro/2023
Local: International Chamber of Commerce - Portugal
Intervenção: Inteligência Artificial, o processo civil e os direitos de Propriedade Intelectual
- (v) *Evento: Postgraduation course "Artificial Intelligence in Legal Practice and Its Regulation"*
Data: dezembro/2022
Local: Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa
Intervenção: AI for Lawyers and Prosecutors
- (vi) *Evento: Colloquium of the International Association of Procedural Law "Open and Equal Justice"*
Data: setembro/2022
Local: Università degli Studi di Brescia - Dipartimento di Giurisprudenza

Intervenção: *Some doubts about the fairness of civil litigation costs allocation in Portugal*

(vii) *Evento: II International Workshop Quaestio Facti*

Data: Abril/2022

Local: Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Intervenção: *Inferences Draw by the Trial Judge*

(viii) *Evento: International Conference on “Autonomous Systems and the Law”*

Data: Abril/2022

Local: Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Intervenção: *Artificial Intelligence, Probability and Evidence*

(ix) *Evento: I Curso de Pós-Graduação em Direito da Responsabilidade Civil*

Data: fevereiro/2022

Local: Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Intervenção: *A Responsabilidade Civil do Administrador de Insolvência*

(x) *Evento: Conferências on-line do Conselho Regional da Ordem dos Advogados*

Data: fevereiro/2021

Local: Ordem dos Advogados

Intervenção: *Prova judicial e probabilidades*

- (xi) *Evento: 3.º Videocast “Novo Coronavírus – A Jurisdição Cível e a Arbitragem”*

Data: junho/2020

Local: Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Intervenção: Desconfinamento dos tribunais (transição operada pela Proposta de Lei n.º 30/XIV: o que se modificou e o que permanece inalterado)

- (xii) *Evento: A Inteligência Artificial Aplicada ao Direito – Workshop Internacional*

Data: fevereiro/2020

Local: Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Intervenção: A Aplicação da Inteligência Artificial na Fundamentação da Decisão de Facto

- (xiii) *Evento: II Curso de Pós-Graduação em Direito Marítimo e Portuário*

Data: fevereiro/2020

Local: Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Intervenção: Acontecimentos de Mar e Sistema de Prova

- (xiv) *Evento: V Curso de Pós-Graduação em Direito da Arbitragem*

Data: dezembro/2019

Local: Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Intervenção: Litispendência e caso julgado arbitral

- (xv) *Evento: I Congresso Ibero-americano de Responsabilidade Civil*
Data: outubro/2019
Local: Universidad Carlos III - Madrid
Intervenção: O Substrato Fático da Negligência na Responsabilidade Civil Aquiliana
- (xvi) *Evento: Na Vanguarda da Responsabilidade Civil*
Data: julho/2019
Local: Centro de Estudos Judiciários (Tribunal da Relação do Porto)
Intervenção: Inteligência artificial e fundamentação da decisão judicial de facto no contexto da responsabilidade civil
- (xvii) *Evento: III Curso de Pós-Graduação em Direito Aéreo*
Data: janeiro/2019
Local: Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa
Intervenção: Serviços de Assistência em Escala

1.3. Organização de conferências, congressos e seminários

- (i) *Evento: 3.º Videocast “Novo Coronavírus – A Jurisdição Cível e a Arbitragem”*
Data: junho/2020
Local: Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa
Nota: Sob a coordenação científica do Professor Doutor Miguel Teixeira de Sousa

- (ii) *Evento: A Inteligência Artificial Aplicada ao Direito – Workshop Internacional*

Data: fevereiro/2020

Local: Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Nota: Coorganizado com os Professores Doutores Paulo de Sousa Mendes e Rui Soares Pereira

2. MEMBRO DOS CONSELHOS EDITORIAIS E AVALIADOR DE PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS

- (i) 2020-...
Subdiretor da revista *Ius Dictum*, publicada pela AAFDL
- (ii) Trabalhos de *refereeing* para as seguintes publicações: *Revista da Faculdade de Direito de Lisboa / Lisbon Law Review; Ius Dictum*.

3. MEMBRO DE ORGANIZAÇÕES CIENTÍFICAS

- (i) Centro de Investigação de Direito Privado da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa
- (ii) Instituto de Direito Privado da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa
- (iii) International Association of Procedural Law
- (iv) Sociedade Portuguesa de Filosofia
- (v) Sociedade Portuguesa de Lógica

4. ORIENTAÇÃO DE TRABALHOS ACADÉMICOS

4.1. Mestrados concluídos

(i) 2022-2023

Mestrado em Direito Forense e Arbitragem (FDUN)

INÊS BENTO PEDRO

Da Ineptidão da Petição Inicial ao Convite ao Aperfeiçoamento (relatório de estágio)

(ii) 2020-2022

Mestrado em Direito e Prática Jurídica (FDUL)

MARIA CARLOTA GARRIDO SPÍNOLA

O Segundo Grau de Jurisdição em Matéria de Facto no Processo Civil Português

(iii) 2019-2021

Mestrado em Direito e Prática Jurídica (FDUL)

NANAIDÊ SOUZA

A Inteligência Artificial Aplicada à Advocacia

(iv) 2018-2020

Mestrado em Direito e Prática Jurídica (FDUL)

BÁRBARA FERNANDES QUINA CORREIA FRANCO

A responsabilidade do sócio único para com os credores sociais

4.2. Mestrados em curso

- (i) 2023 -...
Mestrado em Direito e Prática Jurídica (FDUL)
ADRIANA FILIPA CARNEIRO MORAIS
Prova Digital e Inteligência Artificial no Processo Judicial

- (ii) 2022 - ...
Mestrado em Direito e Prática Jurídica (FDUL)
WILMA KEKA-NGÓ MÁRIO JERÓNIMO
Responsabilidade Civil Médica: Obrigação de Meios vs. Obrigação de Resultado

- (iii) 2022 - ...
Mestrado em Direito e Ciência Jurídica (FDUL)
THAÍS NUBIE LACORTE
Cibersegurança Aplicada às Relações Comerciais Internacionais

- (iv) 2022-...
Mestrado em Direito e Prática Jurídica (FDUL)
NATANIEL CHIMUCO CHITONGUA
Responsabilidade Civil Médica no Ordenamento Jurídico Angolano

- (v) 2022-...
Mestrado em Direito e Prática Jurídica (FDUL)
MARIA GORETI OLIVEIRA GOMES
Direito de Correção vs. Ofensa à Integridade física

(vi) 2022-...

Mestrado em Direito e Prática Jurídica (FDUL)

LUÍSA ALVES SISCARI

Provas Digitais no Processo Civil

(vii) 2020-...

Mestrado em Direito e Prática Jurídica (FDUL)

FRANCISCO FERREIRA SANTOS SILVA

*A Acção Popular Civil como Meio de Tutela Jurisdicional Colectiva do
Direito à Protecção de Dados Pessoais*

VI

DESEMPENHO PEDAGÓGICO

1. ATIVIDADE DOCENTE NA FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE LISBOA

1.1. Regências

a) Ano letivo 2023/2024:

- (i)* Responsabilidade Civil Extracontratual (Doutoramento / Mestrado em Direito e Ciência Jurídica – Anual) – c/ Professora Doutora Cláudia Madaleno
- (ii)* Direito Processual Civil Internacional I (Mestrado em Direito e Prática Jurídica – 1.º Semestre)

b) Ano letivo 2022/2023:

- (i)* Direito Processual Civil I – Direito Probatório (Mestrado em Direito e Ciência Jurídica)
- (ii)* Direito Processual Civil Internacional I (Mestrado em Direito e Prática Jurídica – 1.º Semestre)
- (iii)* Direito Processual Civil I (Licenciatura – 1.º Semestre) – c/ Professora Doutora Paula Costa e Silva

c) Ano letivo 2021/2022:

- (i) Direito Probatório (Mestrado em Direito e Prática Jurídica – 1.º Semestre)
- (ii) Direito Processual Civil Internacional I (Mestrado em Direito e Prática Jurídica – 1.º Semestre)

d) Ano letivo 2020/2021:

- (i) Direito Probatório (Mestrado em Direito e Prática Jurídica – 1.º Semestre)
- (ii) Direito Processual Civil Internacional I (Mestrado em Direito e Prática Jurídica – 1.º Semestre)

e) Ano letivo 2019/2020:

- (i) Direito Processual Civil Internacional II (Mestrado em Direito e Prática Jurídica – 2.º Semestre)
- (ii) Direito Processual Civil V (Mestrado em Direito e Prática Jurídica – 2.º Semestre)
- (iii) Direito Processual Civil Internacional I (Mestrado em Direito e Prática Jurídica – 1.º Semestre)

f) Ano letivo 2018/2019:

- (i) Direito Processual Civil Internacional II (Mestrado em Direito e Prática Jurídica – 2.º Semestre)

- (ii) Direito Processual Civil V (Mestrado em Direito e Prática Jurídica – 2.º Semestre)
- (iii) Direito Processual Civil Internacional I (Mestrado em Direito e Prática Jurídica – 1.º Semestre)

1.2. Colaborações na docência

Anos letivos 2023/2024, 2022/2023, 2021/2022, 2020/2021, 2019/2020, 2018/2019:

- (i) Direito Processual Civil II (Licenciatura – 2.º Semestre), sob regência da Professora Doutora Paula Costa e Silva
- (ii) Direito Processual Civil I (Licenciatura – 1.º Semestre), sob regência da Professora Doutora Paula Costa e Silva

2. ATIVIDADE DOCENTE EM INSTITUIÇÕES ESTRANGEIRAS

Ano letivo de 2022/2023:

Módulo II – Direito Processual Civil – Direito Probatório, no II Curso de Mestrado em Direito Privado e Processual Civil lecionado pelo Instituto Superior de Ciências Jurídicas e Sociais de Cabo Verde e pela Faculdade De Direito da Universidade de Lisboa (1.º Semestre)

3. PARTICIPAÇÃO EM JÚRIS

3.1. Júris na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

a) Provas de Mestrado em Direito e Ciência Jurídica na qualidade de arguente

(i) Junho/2022

ODAIR CARDOSO TEIXEIRA

Das ações possessórias – Estudo sobre o artigo 609.º, n.º 3, do CPC

Membros do Júri: Professor Doutor José Luís Bonifácio Ramos;

Professor Doutor Nuno Pissarra

(ii) Outubro/2021

RYCHARD MICHAEL MAGNO DOS SANTOS

O Protocolo de Madrid e as dificuldades apresentadas pelo Ordenamento Jurídico Brasileiro para adesão ao Tratado

Membros do Júri: Professor Doutor Luís Menezes Leitão; Professor

Doutor José Alberto Vieira; Professora Doutora Ana Soares Pinto

(iii) Março/2021

HELDA LIMA MEIRELES

Ativismo judicial, judicialização e autocontenção nas cortes brasileira e portuguesa

Membros do Júri: Professor Doutor José Luís Bonifácio Ramos;

Professora Doutora Isabel Alexandre; Professora Ana Margarida

Pires Seixas

(iv) Julho/2020

ALESSANDRO TORRESI

Reconhecimento de sentença arbitral estrangeira anulada no país da sede da arbitragem: teoria geral e o caso brasileiro nos 50 anos da Convenção de Nova Iorque

Membros do Júri: Professora Doutora Elsa Dias de Oliveira;
Professora Doutora Ana Pereira Neves; Professora Doutora Catarina Monteiro Pires

(v) Maio/2020

ROSA GOMES CARNEIRO

O Papel do Ministério Público junto ao Sistema Internacional de Proteção dos Direitos Humanos

Membros do Júri: Professora Doutora Maria João Estorninho;
Professor Doutor Rui Guerra da Fonseca; Professora Doutora Ana Soares Pinto

(vi) Maio/2017

GORKI SALVADOR

A sociedade unipessoal de Direito Angolano – Contributo para a compreensão do seu regime jurídico

Membros do Júri: Professor Doutor Januário Costa Gomes; Professor Doutor João Espírito Santo

b) Provas de Mestrado em Direito e Ciência Jurídica na qualidade de vogal ou orientador

(i) Setembro/2023

FLORA FERREIRA DE ALMEIDA

O uso de big data e inteligência artificial pelas autoridades tributárias e os direitos dos contribuintes

Membros do Júri: Professora Doutora Ana Paula Dourado; Professor Doutor Pedro Infante; Professor Doutor Guilherme Oliveira Martins

(ii) Julho/2023

MARIA LUIZA MEZZOMO

O Uso de reconhecimento facial na investigação criminal e na segurança pública

Membros do Júri: Professor Doutor Miguel Teixeira de Sousa; Professor Doutor Paulo de Sousa Mendes; Professora Doutora Filipa Urbano Calvão

(iii) Julho/2023

AUGUSTA MATTOS CARVALHO DE ANDRADE

A Eletricidade na mobilidade: inovações para a sustentabilidade

Membros do Júri: Professora Doutora Carla Amado Gomes; Professor Doutor Lourenço Vilhena de Freitas; Professor Doutor Francisco Paes Silva Marques

(iv) Maio/2023

JOANA FERNANDES RAMOS

O Problema da interpretação da Lei sob o enfoque da linguagem no Pombalismo (1750-1777)

Membros do Júri: Professora Doutora Sílvia Alves; Professora Doutora Margarida Seixas; Professora Doutora Miriam Afonso Brigas; Professor Doutor Jorge Silva Santos

(v) Abril/2023

ANDREA TERRA

Diretiva da UE de Direito de Autor no Mercado Único Digital: os novos mecanismos da balança

Membros do Júri: Professor Doutor José Alberto Vieira; Professor Doutor Jaime Valle; Professora Doutora Sofia Casimiro

(vi) Março/2023

CARLOS EDUARDO VIEIRA DA CUNHA

Os modelos de justiça e a legitimidade da colaboração premiada como instrumento de combate ao crime organizado

Membros do Júri: Professor Doutor Eduardo Augusto Alves Vera-Cruz Pinto; Professor Doutor Paulo de Sousa Mendes; Dr. António Mouraz Lopes

(vii) Março/2023

FREDERICO PELLUCI

Infiltração policial virtual como método de investigação na internet no combate aos crimes de pornografia infantil na DarkWeb

Membros do Júri: Professor Doutor Paulo de Sousa Mendes;
Professora Doutora Teresa Quintela de Brito; Professor Doutor Rui
Soares Pereira

(viii) Setembro/2021

CAROLINE DALVI PAGEL

*Origens da doutrina da separação de poderes e consequências para a
limitação do ativismo judicial*

Membros do Júri: Professor Doutor José de Melo Alexandrino;
Professor Doutor Pedro Fernández Sánchez; Professor Doutor
Ricardo Branco

(ix) Setembro/2021

DANILO CÂNDIDO PORTERO

O valor extraprocessual das provas

Membros do Júri: Professor Doutor Miguel Teixeira de Sousa;
Professor Doutor José Bonifácio Ramos; Professor Doutor Francisco
Paes Marques

(x) Maio/2021

RODRIGO DE FIGUEIREDO GUIMARÃES

*O Ministério Público como instituição de garantia protegida pela cláusula
pétrea*

Membros do Júri: Professor Doutor José de Melo Alexandrino;
Professor Doutor João Miranda; Professor Doutor Pedro Lomba

(xi) Outubro/2020

JÚLIO ROBERTO DOS REIS

A Sentença cível e o princípio da eficiência – Uma visão evolucionista

Membros do Júri: Professor Doutor Miguel Teixeira de Sousa;
Professora Doutora Paula Vaz Freire; Professor Doutor Nuno
Andrade Pissarra

c) *Provas de Mestrado em Direito e Prática Jurídica na qualidade de
arguente*

(i) Maio/2023

SARA OLIVEIRA DE LIMA E SANTOS

*Duplo grau de recurso em processo penal. Estudo sobre os critérios de acesso
ao Supremo Tribunal de Justiça*

Membros do Júri: Professora Doutora Maria Fernanda Palma;
Professora Doutora Helena Morão

(ii) Setembro/2021

JOANA CORADO

*O despacho de aperfeiçoamento do requerimento de recurso em matéria de
facto*

Membros do Júri: Professor Doutor José Bonifácio Ramos; Professor
Doutor Rui Pinto

(iii) Setembro/2021

ALEXANDRE COELHO FERREIRA

Os limites temporais do caso julgado civil

Membros do Júri: Professor Doutor Rui Pinto; Professora Doutora Isabel Alexandre

(iv) Abril/2021

GIOVANA DAS LUZ GOMES

A problemática da justificação notarial em torno da presunção do artigo 7.º do Código de Registo Predial

Membros do Júri: Professor Doutor José Luís Bonifácio Ramos; Professor Doutor Rui Ataíde.

(v) Junho/2020

BEATRIZ MAGALHÃES GALINDO

Negócios processuais sobre recursos - Uma análise comparativa entre a escolha pela tipicidade do Direito Português e pela atipicidade do Direito Brasileiro

Membros do Júri: Professora Doutora Paula Costa e Silva; Professor Doutor Rui Pinto

(vi) Setembro/2019

HYNEIDA LIMA ANDRADE

Decretamento de providências cautelares pelo Tribunal Arbitral

Membros do Júri: Professor Doutor Rui Pinto; Professora Doutora Elsa Dias de Oliveira; Professor Doutor Rui Soares Pereira

(vii) Julho/2019

DANIELA RAIMUNDO MARTINS

O princípio da igualdade dos credores no âmbito do Processo Especial de Revitalização – Uma análise crítica às suas concretizações e desvios na jurisprudência portuguesa.

Membros do Júri: Professora Doutora Adelaide Menezes Leitão;
Professor Doutor Rui Pinto

d) *Provas de Mestrado em Direito e Prática Jurídica na qualidade de vogal ou orientador*

(i) Julho/2022

LUIZA DO EGYPTO BARTHOLOMEI

Vinculação e intervenção de terceiros na arbitragem comercial – O caso das sociedades empresariais

Membros do Júri: Professor Doutor Diogo Costa Gonçalves;
Professora Doutora Catarina Monteiro Pires

(ii) Junho/2022

CHRISTIANO OLIVEIRA DE AGUIAR SANTOS

Third-party funding e revelação do financiamento por terceiros na arbitragem

Membros do Júri: Professora Doutora Elsa Dias de Oliveira;
Professor Doutor Rui Soares Pereira

(iii) Janeiro/2022

MARIA CARLOTA SPÍNOLA

O segundo grau de jurisdição em matéria de facto no processo civil português

Membros do Júri: Professor Doutor José Bonifácio Ramos; Professor Doutor Rui Pinto

(iv) Setembro/2021

NANAIDÊ FIDALGO SOUZA

Inteligência artificial na advocacia – Advogado artificial – Efeitos práticos nos escritórios

Membros do Júri: Professora Doutora Catarina Monteiro Pires; Professor Doutor Rui Soares Pereira

(v) Março/2021

NATÁLIA LOPES GONÇALVES

Livre apreciação da prova e prudente convicção do juiz

Membros do Júri: Professor Doutor José Luís Bonifácio Ramos; Professora Doutora Isabel Alexandre

(vi) Julho/2020

BÁRBARA FERNANDES QUINA CORREIA FRANCO

A responsabilidade do sócio único para com os credores sociais

Membros do Júri: Professor Doutor João Espírito Santo Noronha; Professor Doutor Diogo Duarte

(vii) Junho/2020

FONSECA CATUMBELA PAULINO

Fundamentação das decisões judiciais

Membros do Júri: Professor Doutor José Bonifácio Ramos; Professor Doutor Nuno Pissarra

(viii) Maio/2020

GRACIETE SÓNIA MANÉ SEMEDO

O concurso de infrações no regime das contraordenações do Código da Estrada na Guiné-Bissau

Membros do Júri: Professor Doutor Paulo de Sousa Mendes; Professora Doutora Teresa Quintela de Brito

(ix) Novembro/2019

CRISTINA MARIA DA SILVA PENIM

Da competência material quanto às 'acções' pendentes e propostas após a declaração de insolvência face ao Acórdão Uniformizador n.º 1/2014

Membros do Júri: Professor Doutor Rui Pinto; Professor Doutor Nuno Pissarra

(x) Outubro/2019

ANDRÉ TIAGO RIBEIRO SILVA

As ações encobertas à luz do processo penal português

Membros do Júri: Professor Doutor Paulo de Sousa Mendes; Professora Doutora Inês Ferreira Leite

(xi) Junho/2019

CATARINA SOFIA ALMEIDA BARATA

Do Reconhecimento de decisões arbitrais estrangeiras: em especial, da falta de obrigatoriedade, suspensão ou anulação de uma decisão arbitral no estado em que foi proferida enquanto fundamento de recusa do reconhecimento.

Membros do Júri: Professora Doutora Elsa Dias de Oliveira;
Professor Doutor Nuno Pissarra

3.2. Júris noutras instituições

a) Provas de Mestrado na qualidade de arguente

Dezembro/2017

Mestrado em Direito das Empresas (ISCTE)

MAFALDA SOFIA DE CARVALHO SILVA

A Responsabilidade dos administradores nas suas diversas vertentes e no âmbito do processo de insolvência.

Membros do Júri: Professor Doutor Manuel António Pita; Professor
Doutor António Espírito Santo

b) Provas de Mestrado na qualidade de vogal ou orientador

Junho/2023

Mestrado em Direito Forense e Arbitragem (FDUN)

INÊS BENTO PEDRO

Da ineptidão da petição inicial ao convite ao aperfeiçoamento

Membros do Júri: Professora Doutora Mariana França Gouveia; Dr.
João Cura Mariano

c) Provas diversas

Maio/2023

Centro de Estudo Judiciários

10.º Concurso para os Tribunais Administrativos e Fiscais

Júri A/Via Profissional, participação na área de Direito Civil

VII

ATIVIDADES RELEVANTES PARA A MISSÃO DA UNIVERSIDADE

1. EXERCÍCIO DE CARGOS E FUNÇÕES ACADÉMICAS

- (i) 2022-...
Coordenador executivo do Curso de Pós-graduação *“Artificial Intelligence in Legal Practice and Its Regulation”*
- (ii) 2020 -...
Vice-Presidente do Gabinete de Saídas Profissionais da FDUL
- (iii) 2018 - 2022
Vogal da Comissão de Estudos Pós-graduados da FDUL

2. PARTICIPAÇÃO EM PROJETOS E ORGANIZAÇÕES NACIONAIS E INTERNACIONAIS DE INTERESSE CIENTÍFICO, PROFISSIONAL OU CULTURAL

- (i) 2023-...
Coordenador da linha de investigação em Inteligência Artificial, Tecnologia e Direito
Centro de Investigação em Direito Privado da FDUL
- (ii) 2023 - ...
Co-investigador principal (c/ Professora Doutora Paula Costa e Silva)
Projeto de investigação *“Sociedade de Risco e Sociedade de Massas: os novos tipos de danos e as novas morfologias da tutela [Tutela Coletiva, Tutela Estruturante e Fundos de compensação dos danos ambientais]”*
Centro de Investigação em Direito Privado da FDUL

(iii) 2025 -...

Investigador principal

Projeto “Inteligência Artificial e Garantias Processuais”

Centro de Investigação em Direito Privado da FDUL

VIII
OUTRAS ATIVIDADES PROFISSIONAIS

Advocacia

Instituição: J. Martins & T. Crespo – Sociedade de Advogados, SP, RL

Datas: setembro/2007 – presente

Função: Advogado

Lisboa, 10 de outubro 2023

**Joao
Marques
Martins**

Assinado de
forma digital por
Joao Marques
Martins
Dados:
2023.10.10
11:09:05 +01'00'

Curriculum Vitae

JOÃO MARQUES MARTINS

1. DESEMPENHO CIENTÍFICO

a) Formação Académica

i) Doutoramento

Instituição: Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Data de conclusão: novembro/2016

Especialidade: Ciências Jurídico-Civis

Dissertação: "Prova por Presunções Judiciais na Responsabilidade Civil Aquiliana"

Avaliação: Aprovado com distinção por unanimidade

ii) Pós-Graduação

Instituição: Universidade de Londres

Data de conclusão: agosto/2012

Disciplinas: I. Regulation and Infrastructure of Arbitration; II. Arbitration Agreement; III. Arbitration Tribunal; IV. Investment Arbitration and Specialist Arbitration; V. Modern Legal Theory; VI. Liberty, Equality and Law; VII. Company Law Foundational Issues I & II; VIII. Company Law Constitutional Issues I & II

iii) Mestrado (Parte Curricular)

Instituição: Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Data de conclusão: junho/2008

Disciplinas: I. Direito Civil e Direito da Bioética, com relatório sob o título "Ensaio Clínicos – Uma Perspectiva Ético-Jurídica", avaliado com 17 valores; II. Filosofia do Direito, com relatório sob o título "Método de Identificação da Causa Virtual", avaliado com 18 valores; III. Direito Comercial, com relatório sob o título "Participações Qualificadas em Sociedades Abertas", avaliado com 17 valores

iv) Pós-Graduação

Instituição: Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Data de conclusão: junho/2005

Especialidade: Direito das Sociedades Comerciais

Trabalho final: "A Destituição dos Administradores das Sociedades Comerciais"

Avaliação: 16 valores

v) Licenciatura

Instituição: Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Data de conclusão: junho/2004

Avaliação: 15 valores

b) Resultados da atividade de investigação e sua divulgação

i) Artigos inseridos em publicações científicas periódicas

2022 – “Inteligência Artificial e Direito: uma Brevíssima Introdução”. In: *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*, ano LXIII, n.ºs 1 e 2

2021 – “Breves notas sobre o contraditório na Proposta de Lei n.º 92/XIV/2.”. In: *Boletim da Ordem dos Advogados*, setembro/dezembro

2021 – “Regras segundo Wittgenstein e regras jurídicas”. In: *Ius Dictum*, n.º 3 (23-29) e n.º 4 (65-75), AAFDL

2020 – “Breves Notas sobre o Desconfinamento dos Tribunais Cíveis”. In: *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*, Ano LXI, 2020, n.º 1, pp. 337-51

2020 – “A System for Explaining and Justifying Beliefs about Facts in Civil Trials”. In: *Artificial Intelligence & Law*, 28, Springer, pp.135-50

2019 – “Prova por presunções judiciais e dever de fundamentação das decisões em matéria de responsabilidade aquiliana”. In: *Revista do Centro de Estudos Judiciários - I*, CEJ, pp. 33-56

2014 – “Método de Identificação da Causa Virtual”. In: *O Direito*, Ano 146º - II, Almedina, pp. 365-403

ii) Artigos inseridos em obras coletivas

2023 – “Riscos na Distribuição do Ónus da Prova e Teoria das Esferas”. In: *Riscos no Direito Privado e na Arbitragem*. Org. Catarina Monteiro Pires, Giovanni Ettore Nanni, Aline de Miranda Valverde Terra. Almedina

2023 – “Ações Inibitórias nos Litígios de Consumo”. In: *Estudos de Direito do Consumo - IV*. Org.: Rui de Ataíde, Francisco Rodrigues Rocha, Vítor Palmela Fidalgo. Almedina, pp. 565-81

2020 – “O Substrato Fático da Negligência na Responsabilidade Civil Aquiliana”. In: *Nuevos Retos del Derecho de Daños en Iberoamérica*. Tirant lo Blanch, 2020, pp. 509-28

2020 – “IA e Utilização de Redes Bayesianas na Construção de Argumentos Probatórios”. In: *Inteligência Artificial & Direito*. Org: Manuel Lopes Rocha, Rui Soares Pereira. Almedina, pp. 77-92

2019 – “Documentos eletrónicos e meios de prova”. In: *Código Civil – Cinquentenário – I*. Almedina, pp. 795-824

2012 – “Ensaio Clínicos – Uma Perspectiva Ético-Jurídica”. In: *Estudos de Direito da Bioética - IV*. Org.: Professor Doutor José de Oliveira Ascensão. Almedina

iii) Capítulos de livros

2021 – “Confusão”. In: *Código Civil Comentado – II – Das Obrigações em Geral*. Org.: António Menezes Cordeiro. Almedina, pp. 1199-1211

2020 – “Prova”. In: *Manual de Arbitragem Internacional Lusófona – I*. Org.: Catarina Monteiro Pires e Rui Pereira Dias. Almedina, pp. 227-300

iv) Livros

2017 – *Presunções Judiciais na Responsabilidade Civil Extracontratual*. Príncipe

2017 - *Prova por Presunções Judiciais na Responsabilidade Civil Aquiliana* (Dissertação de Doutoramento). Príncipe

v) Participação como orador em congressos, conferências e seminários de natureza científica

Evento: International Association of Procedural Law Post-Doctoral Summer Course 2023 - Challenges for Procedural Law

Data: junho/2023

Local: Universidad Complutense - Madrid

Intervenção: *The Impacts of Predictive Justice in Civil Litigation*

Evento: ExpoJud Portugal (1.ª edição)

Data: maio/2023

Local: Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Intervenção: *Alguns impactos da IA nas profissões jurídicas*

Evento: I Curso de Pós-graduação Avançada em Processo Civil Executivo

Data: fevereiro/2023

Local: Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Intervenção: *Pesquisa de património e asset tracing: procedimento, garantias do executado, cooperação de terceiros e princípio da territorialidade*

Evento: II Curso de Direito Procedimental e Processual da Propriedade Intelectual

Data: janeiro/2023

Local: International Chamber of Commerce - Portugal

Intervenção: *Inteligência Artificial, o processo civil e os direitos de Propriedade Intelectual*

Evento: Postgraduation course “Artificial Intelligence in Legal Practice and Its Regulation”

Data: dezembro/2022

Local: Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Intervenção: *AI for Lawyers and Prosecutors*

Evento: Colloquium of the International Association of Procedural Law “Open and Equal Justice”

Data: setembro/2022

Local: Università degli Studi di Brescia - Dipartimento di Giurisprudenza

Intervenção: *Some doubts about the fairness of civil litigation costs allocation in Portugal*

Evento: II International Workshop *Quaestio Facti*

Data: Abril/2022

Local: Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Intervenção: *Inferences Draw by the Trial Judge*

Evento: International Conference on “Autonomous Systems and the Law”

Data: Abril/2022

Local: Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Intervenção: *Artificial Intelligence, Probability and Evidence*

Evento: I Curso de Pós-Graduação em Direito da Responsabilidade Civil

Data: fevereiro/2022

Local: Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Intervenção: *A Responsabilidade Civil do Administrador de Insolvência*

Evento: Conferências on-line do Conselho Regional da Ordem dos Advogados

Data: fevereiro/2021

Local: Ordem dos Advogados

Intervenção: *Prova judicial e probabilidades*

Evento: 3.º Videocast “Novo Coronavírus – A Jurisdição Cível e a Arbitragem”

Data: junho/2020

Local: Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Intervenção: *Desconfinamento dos tribunais (transição operada pela PL n.º 30/XIV: o que se modificou e o que permanece inalterado)*

Evento: A Inteligência Artificial Aplicada ao Direito – Workshop Internacional

Data: fevereiro/2020

Local: Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Intervenção: *A Aplicação da Inteligência Artificial na Fundamentação da Decisão de Facto*

Evento: II Curso de Pós-Graduação em Direito Marítimo e Portuário

Data: fevereiro/2020

Local: Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Intervenção: *Acontecimentos de Mar e Sistema de Prova*

Evento: V Curso de Pós-Graduação em Direito da Arbitragem

Data: dezembro/2019

Local: Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Intervenção: *Litispendência e caso julgado arbitral*

Evento: I Congresso Ibero-americano de Responsabilidade Civil

Data: outubro/2019

Local: Universidad Carlos III - Madrid

Intervenção: *O Substrato Fático da Negligência na Responsabilidade Civil Aquiliana*

Evento: Na Vanguarda da Responsabilidade Civil

Data: julho/2019

Local: Centro de Estudos Judiciários (Tribunal da Relação do Porto)

Intervenção: *Inteligência artificial e fundamentação da decisão judicial de facto no contexto da responsabilidade civil*

Evento: III Curso de Pós-Graduação em Direito Aéreo

Data: janeiro/2019

Local: Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Intervenção: *Serviços de Assistência em Escala*

Evento: 3.º Congresso Internacional de Filosofia

Data: setembro/2018

Local: Universidade da Beira Interior (Covilhã)

Intervenção: *Rule-following paradox e Regras Jurídicas*

Evento: Inteligência Artificial & Direito

Data: maio/2018

Local: PLMJ Advogados, SP, RL

Intervenção: *IA e Utilização de Redes Bayesianas na Construção de Argumentos Probatórios*

Evento: Temas de Direito Civil e Direito Processual Civil

Data: março/2018

Local: Centro de Estudos Judiciários

Intervenção: *Prova por Presunções Judiciais e Dever de Fundamentação das Decisões em Matéria de Responsabilidade Civil Aquiliana*

Evento: III Congresso Luso-Brasileiro de Direito Processual Civil

Data: setembro/2017

Local: Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Intervenção: *Construção e Fundamentação de Inferências no Processo Civil*

Evento: Curso Intensivo de Atualização sobre Direito das Sociedades Comerciais

Data: setembro/2017

Local: Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Intervenção: *Modelos de Governança Societária*

Evento: International Conference on Artificial Intelligence and Law – Workshop: Evidence & Decision Making in the Law: Theoretical, Computational and Empirical Approaches

Data: junho/2017

Local: King's College - London

Intervenção: *A System for Expressing Belief About Facts in Civil Trials*

vi) Organização de conferências, congressos e seminários

Evento: 3.º Videocast “Novo Coronavírus – A Jurisdição Cível e a Arbitragem”

Data: junho/2020

Local: Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Nota: Sob a coordenação científica do Professor Doutor Miguel Teixeira de Sousa

Evento: A Inteligência Artificial Aplicada ao Direito – *Workshop* Internacional

Data: fevereiro/2020

Local: Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Nota: Coorganizado com os Professores Doutores Paulo de Sousa Mendes e Rui Soares Pereira

vii) Membro dos conselhos editoriais e avaliador de publicações periódicas

- (2020-...) Subdiretor da revista *Ius Dictum*, publicada pela AAFDL

- Trabalhos de *refereeing* para as seguintes publicações: *Revista da Faculdade de Direito de Lisboa / Lisbon Law Review*; *Ius Dictum*

viii) Membro de organizações científicas internacionais e nacionais

- Centro de Investigação de Direito Privado da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa
- Instituto de Direito Privado da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa
- International Association of Procedural Law
- Sociedade Portuguesa de Filosofia
- Sociedade Portuguesa de Lógica

c) Orientação de trabalhos académicos

(i) Dissertações de mestrado concluídas

2022-2023: Mestrado em Direito Forense e Arbitragem (FDUN), INÊS BENTO PEDRO, *Da Ineptidão da Petição Inicial ao Convite ao Aperfeiçoamento* (relatório de estágio)

2020-2022: Mestrado em Direito e Prática Jurídica (FDUL); MARIA CARLOTA GARRIDO SPÍNOLA; *O Segundo Grau de Jurisdição em Matéria de Facto no Processo Civil Português*

2019-2021: Mestrado em Direito e Prática Jurídica (FDL); NANAIDÊ SOUZA; *A Inteligência Artificial Aplicada à Advocacia*

2018-2020: Mestrado em Direito e Prática Jurídica (FDL); BÁRBARA FERNANDES QUINA CORREIA FRANCO; *A responsabilidade do sócio único para com os credores sociais*

(ii) Dissertações de mestrado em curso

2023 -....; Mestrado em Direito e Prática Jurídica (FDUL); ADRIANA FILIPA CARNEIRO MORAIS; *Prova Digital e Inteligência Artificial no Processo Judicial*

2022 - ...; Mestrado em Direito e Prática Jurídica (FDUL); WILMA KEKA-NGÓ MÁRIO JERÓNIMO; *Responsabilidade Civil Médica: Obrigação de Meio vs Obrigação de Resultado*

2022 - ...; Mestrado em Direito e Ciência Jurídica (FDUL); THAÍS NUBIE LACORTE; *Cibersegurança Aplicada às Relações Comerciais Internacionais*

2022-....; Mestrado em Direito e Prática Jurídica (FDUL); NATANIEL CHIMUCO CHITONGUA; *Responsabilidade Civil Médica no Ordenamento Jurídico Angolano*

2022-....; Mestrado em Direito e Prática Jurídica (FDUL); MARIA GORETI OLIVEIRA GOMES; *Direito de Correção vs Ofensa à Integridade física*

2022-....; Mestrado em Direito e Prática Jurídica (FDUL); LUÍSA ALVES SISCARI, *Provas Digitais no Processo Civil*

2020-....; Mestrado em Direito e Prática Jurídica (FDUL); FRANCISCO FERREIRA SANTOS SILVA, *A Acção Popular Civil como Meio de Tutela Jurisdicional Colectiva do Direito à Protecção de Dados Pessoais*

d) Bolsas e estadias em centros de investigação

i) Bolsas

2012-2013: Bolsa Individual de Doutoramento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia

ii) Estadias em centros de investigação

Junho – outubro / 2012; junho / 2014; maio / 2015: Investigador visitante no Max-Planck-Institut für ausländisches und internationales Privatrecht

2. DESEMPENHO PEDAGÓGICO

a) Funções docentes

a₁) Resumo

i) Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Assistente Convidado (setembro/2015 – dezembro/2016); Professor Auxiliar Convidado (janeiro/2017 – abril/2019); Professor Auxiliar (maio/2019 – até ao presente)

ii) ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Assistente Convidado (fevereiro/2016 – julho/2016); Professor Auxiliar Convidado (fevereiro/2017 – julho/2017)

iii) Faculdade de Direito da Universidade Católica de Moçambique

Professor Convidado (setembro/2006 – julho/2007)

a₂) Detalhe

i) Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

- 2023/2024

- Direito Processual Civil II (Licenciatura – 2.º S.) - Assistente
- Responsabilidade Civil Extracontratual (Doutoramento / Mestrado em Direito e Ciência Jurídica – Anual) – Corregente
- Direito Processual Civil Internacional I (Mestrado em Direito e Prática Jurídica – 1.º S.) – Regente
- Direito Processual Civil I (Licenciatura – 1.º S.) - Assistente

- 2022/2023

- Direito Processual Civil II (Licenciatura – 2.º S.) - Assistente
- Direito Processual Civil I – Direito Probatório (Mestrado em Direito e Ciência Jurídica – Anual) – Regente
- Direito Probatório (II Curso Mestrado em Direito Privado e Processual Civil – Instituto Superior de Ciências Jurídicas e Sociais de Cabo Verde e Faculdade De Direito da Universidade de Lisboa – 1.º S.)
- Direito Processual Civil Internacional I (Mestrado em Direito e Prática Jurídica – 1.º S.) – Regente
- Direito Processual Civil I (Licenciatura – 1.º S.) – Regente

- 2021/2022

- Direito Processual Civil II (Licenciatura – 2.º S.) - Assistente
- Direito Probatório (Mestrado em Direito e Prática Jurídica – 1.º S.) - Regente
- Direito Processual Civil Internacional I (Mestrado em Direito e Prática Jurídica – 1.º S.) – Regente
- Direito Processual Civil I (Licenciatura – 1.º S.) - Assistente

- 2020/2021

- Direito Processual Civil II (Licenciatura – 2.º S.) - Assistente
- Direito Probatório (Mestrado em Direito e Prática Jurídica – 1.º S.) - Regente
- Direito Processual Civil Internacional I (Mestrado em Direito e Prática Jurídica – 1.º S.) – Regente
- Direito Processual Civil I (Licenciatura – 1.º S.) - Assistente

- 2019/2020

- Direito Processual Civil II (Licenciatura – 2.º S.) - Assistente
- Direito Processual Civil Internacional II (Mestrado em Direito e Prática Jurídica – 2.º S.) – Regente
- Direito Processual Civil V (Mestrado em Direito e Prática Jurídica – 2.º S.) - Regente
- Direito Processual Civil I (Licenciatura – 1.º S.) - Assistente
- Direito Processual Civil Internacional I (Mestrado em Direito e Prática Jurídica – 1.º S.) - Regente

- 2018/2019

- Direito Processual Civil II (Licenciatura – 2.º S.) - Assistente
- Direito Processual Civil Internacional II (Mestrado em Direito e Prática Jurídica – 2.º S.) – Regente
- Direito Processual Civil V (Mestrado em Direito e Prática Jurídica – 2.º S.) - Regente
- Direito Processual Civil I (Licenciatura – 1.º S.) - Assistente
- Direito Processual Civil Internacional I (Mestrado em Direito e Prática Jurídica – 1.º S.) - Regente

- 2017/2018

- Direito dos Contratos I (Licenciatura – 2.º S.) - Assistente
- Direito dos Contratos I (Licenciatura – 1.º S.) - Assistente
- Direito Comparado II (Mestrado em Direito e Prática Jurídica – 1.º S.) - Regente
- Direito Portuário e Aeroportuário (Mestrado em Direito e Prática Jurídica – 1.º S.) - Regente

-2016/2017

- Direito Comercial II – Direito das Sociedades Comerciais (Licenciatura – 2.º S.) - Assistente
- Direito dos Contratos Internacionais (Mestrado em Direito e Prática Jurídica – 2.º S.) - Regente
- Direito Comercial I – Teoria Geral (Licenciatura – 1.º S.) - Assistente

-2015/2016

- Direito Comercial II – Direito das Sociedades Comerciais (Licenciatura – 2.º S.) - Assistente
- Direito Comercial I – Teoria Geral (Licenciatura – 1.º S.) - Assistente

ii) ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

- 2015/2016

- Direito das Sociedades Comerciais - Licenciatura em gestão (2.º S.) - Assistente

-2016/2017

- Direito das Sociedades Comerciais - Licenciatura em gestão (2.º S.) – Assistente

iii) Faculdade de Direito da Universidade Católica de Moçambique

- 2006/2007

- Direito Processual Penal (Licenciatura / 2.º S.) - Regente
- Direito Processual Civil (Licenciatura / 2.º S.) - Regente
- Teoria Geral do Direito (Licenciatura / 1.º S.) - Regente
- Introdução ao Direito (Licenciatura / 1.º S.) – Regente

b) Participação em júris na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

(i) Provas de Mestrado em Direito e Ciência Jurídica na qualidade de arguente

Junho/2022: ODAIR CARDOSO TEIXEIRA; *Das ações possessórias – Estudo sobre o artigo 609.º, n.º 3, do CPC*

Membros do Júri: Professor Doutor José Luís Bonifácio Ramos; Professor Doutor Nuno Pissarra.

Outubro/2021: RYCHARD MICHAEL MAGNO DOS SANTOS; *O Protocolo de Madrid e as Dificuldades Apresentadas pelo Ordenamento Jurídico Brasileiro para Adesão ao Tratado*

Membros do Júri: Professor Doutor Luís Menezes Leitão; Professor Doutor José Alberto Vieira; Professora Doutora Ana Soares Pinto.

Março/2021: HELDA LIMA MEIRELES; *Ativismo judicial, judicialização e autocontenção nas cortes brasileira e portuguesa*

Membros do Júri: Professor Doutor José Luís Bonifácio Ramos; Professora Doutora Isabel Alexandre; Professora Ana Margarida Pires Seixas

Julho/2020: ALESSANDRO TORRESI; *Reconhecimento de sentença arbitral estrangeira anulada no país da sede da arbitragem: teoria geral e o caso brasileiro nos 50 anos da Convenção de Nova Iorque*

Membros do Júri: Professora Doutora Elsa Dias de Oliveira; Professora Doutora Ana Pereira Neves; Professora Doutora Catarina Monteiro Pires

Maior/2020: ROSA GOMES CARNEIRO; *O Papel do Ministério Público junto ao Sistema Internacional de Proteção dos Direitos Humanos*

Membros do Júri: Professora Doutora Maria João Estorninho; Professor Doutor Rui Guerra da Fonseca; Professora Doutora Ana Soares Pinto.

Maior/2017: GORKI SALVADOR; *A Sociedade Unipessoal de Direito Angolano – Contributo para a Compreensão do seu Regime Jurídico.*

Membros do Júri: Professor Doutor Januário Costa Gomes; Professor Doutor João Espírito Santo

(ii) Provas de Mestrado em Direito e Ciência Jurídica na qualidade de vogal ou orientador

Setembro/2023: FLORA FERREIRA DE ALMEIDA; *O Uso de Big Data e Inteligência Artificial pelas Autoridades Tributárias e os Direitos dos Contribuintes*

Membros do Júri: Professora Doutora Ana Paula Dourado; Professor Doutor Pedro Infante; Professor Doutor Guilherme Oliveira Martins

Julho/2023: MARIA LUIZA MEZZOMO; *O Uso de Reconhecimento Facial na Investigação Criminal e na Segurança Pública*

Membros do Júri: Professor Doutor Miguel Teixeira de Sousa; Professor Doutor Paulo de Sousa Mendes; Professora Doutora Filipa Urbano Calvão

Julho/2023: AUGUSTA MATTOS CARVALHO DE ANDRADE; *A Eletricidade na Mobilidade: Inovações para a Sustentabilidade*

Membros do Júri: Professora Doutora Carla Amado Gomes; Professor Doutor Lourenço Vilhena de Freitas; Professor Doutor Francisco Paes Silva Marques

Maior/2023: JOANA FERNANDES RAMOS; *O Problema da Interpretação da Lei sob o Enfoque da Linguagem no Pombalismo (1750-1777)*

Membros do Júri: Professora Doutora Sílvia Alves; Professora Doutora Margarida Seixas; Professora Doutora Miriam Afonso Brigas; Professor Doutor Jorge Silva Santos

Abril/2023: ANDREA TERRA; *Diretiva da UE de Direito de Autor no Mercado Único Digital: os Novos Mecanismos da Balança*

Membros do Júri: Professor Doutor José Alberto Vieira; Professor Doutor Jaime Valle; Professora Doutora Sofia Casimiro

Março/2023: CARLOS EDUARDO VIEIRA DA CUNHA; *Os Modelos de Justiça e a Legitimidade da Colaboração Premiada como Instrumento de Combate ao Crime Organizado*

Membros do Júri: Professor Doutor Eduardo Augusto Alves Vera-Cruz Pinto; Professor Doutor Paulo de Sousa Mendes; Dr. António Mouras Lopes

Março/2023: FREDERICO PELLUCI; *Infiltração Policial Virtual como método de investigação na internet no combate aos crimes de pornografia infantil na DarkWeb*

Membros do Júri: Professor Doutor Paulo de Sousa Mendes; Professora Doutora Teresa Quintela de Brito; Professor Doutor Rui Soares Pereira

Setembro/2021: CAROLINE DALVI PAGEL; *Origens da Doutrina da Separação de Poderes e Consequências para a Limitação do Ativismo Judicial*

Membros do Júri: Professor Doutor José de Melo Alexandrino; Professor Doutor Pedro Fernández Sánchez; Professor Doutor Ricardo Branco

Setembro/2021: DANILO CÂNDIDO PORTERO; *O Valor Extraprocessual das Provas*

Membros do Júri: Professor Doutor Miguel Teixeira de Sousa; Professor Doutor José Bonifácio Ramos; Professor Doutor Francisco Paes Marques

Maior/2021: RODRIGO DE FIGUEIREDO GUIMARÃES; *O Ministério Público como Instituição de Garantia Protegida pela Cláusula Pétrea*

Membros do Júri: Professor Doutor José de Melo Alexandrino; Professor Doutor João Miranda; Professor Doutor Pedro Lomba

Outubro/2020: JÚLIO ROBERTO DOS REIS; *A Sentença cível e o princípio da eficiência – Uma visão evolucionista*

Membros do Júri: Professor Doutor Miguel Teixeira de Sousa; Professora Doutora Paula Vaz Freire; Professor Doutor Nuno Andrade Pissarra

(iii) Provas de Mestrado em Direito e Prática Jurídica na qualidade de arguente

Maior/2023: SARA OLIVEIRA DE LIMA E SANTOS; *Duplo Grau de Recurso em Processo Penal. Estudo sobre os critérios de acesso ao Supremo Tribunal de Justiça*

Membros do Júri: Professora Doutora Maria Fernanda Palma; Professora Doutora Helena Morão

Setembro/2021: JOANA CORADO; *O Despacho de Aperfeiçoamento do Requerimento de Recurso em Matéria de Facto*

Membros do Júri: Professor Doutor José Bonifácio Ramos; Professor Doutor Rui Pinto

Setembro/2021: ALEXANDRE COELHO FERREIRA; *Os Limites Temporais do Caso Julgado Civil*
Membros do Júri: Professor Doutor Rui Pinto; Professora Doutora Isabel Alexandre.

Abril/2021: GIOVANA DAS LUZ GOMES; *A problemática da justificação notarial em torno da presunção do artigo 7.º CRP*

Membros do Júri: Professor Doutor José Luís Bonifácio Ramos; Professor Doutor Rui Ataíde

Junho/2020: BEATRIZ MAGALHÃES GALINDO; *Negócios processuais sobre recursos - Uma análise comparativa entre a escolha pela tipicidade do Direito Português e pela atipicidade do Direito Brasileiro*

Membros do Júri: Professora Doutora Paula Costa e Silva; Professor Doutor Rui Pinto

Setembro/2019: HYNÉIDA LIMA ANDRADE; *Decretamento de Providências Cautelares pelo Tribunal Arbitral*

Membros do Júri: Professor Doutor Rui Pinto; Professora Doutora Elsa Dias de Oliveira; Professor Doutor Rui Soares Pereira

Julho/2019: DANIELA RAIMUNDO MARTINS; *O Princípio da Igualdade dos Credores no Âmbito do Processo Especial de Revitalização – Uma Análise Crítica às suas Concretizações e Desvios na Jurisprudência Portuguesa*

Membros do Júri: Professora Doutora Adelaide Menezes Leitão; Professor Doutor Rui Pinto

Dezembro/2018: EDUÍNA DE LOURDES TEODORO SANHANGA; *Os Direitos Especiais dos Sócios e a Fusão da Sociedade: uma Perspetiva Angolana*

Membros do Júri: Professor Doutor João Espírito Santo; Professor Doutor Diogo Costa Gonçalves

Dezembro/2018: MARCO FÁBIO DOS REIS SANTOS; *Invocação e Ilisão de Presunções Legais em Processo Civil*

Membros do Júri: Professor Doutor José Bonifácio Ramos; Professor Doutor Rui Pinto

Novembro/2018: PATRÍCIA DORES ALVES; *A Qualificação da Insolvência – Incidente e Efeitos*

Membros do Júri: Professora Doutora Adelaide Menezes Leitão; Professor Doutor Rui Pinto

Julho/2018: JOANA RIJO PEDROSA CABRAL; *A Prova por Declarações de Parte no Código de Processo Civil*

Membros do Júri: Professor Doutor Rui Pinto; Professora Doutora Isabel Alexandre

Outubro/2017: SARA RITA CRAVEIRO MARINHO; *A Transferência do Risco na Compra e Venda Internacional de Mercadorias*

Membros do Júri: Professor Doutor Luís de Lima Pinheiro; Professora Doutora Elsa Dias Oliveira

Setembro/2017: JOANA MARIA MOREIRA BEIRÃO; *Da Distribuição do Ónus da Prova no Direito Processual Civil Português – Contributo para o Estudo da Possibilidade de Flexibilização através de uma Distribuição Dinâmica*

Membros do Júri: Professor Doutor Rui Pinto; Professora Doutora Isabel Alexandre

(iv) Provas de Mestrado em Direito e Prática Jurídica na qualidade de vogal ou orientador

Julho/2022: LUIZA DO EGYPTO BARTHOLOMEI; *Vinculação e Intervenção de Terceiros na Arbitragem Comercial – O Caso das Sociedades Empresariais*

Membros do Júri: Professor Doutor Diogo Costa Gonçalves; Professora Doutora Catarina Monteiro Pires

Junho/2022: CHRISTIANO OLIVEIRA DE AGUIAR SANTOS; *Third-party Funding e Revelação do Financiamento por Terceiros na Arbitragem*

Membros do Júri: Professora Doutora Elsa Dias de Oliveira; Professor Doutor Rui Soares Pereira

Janeiro/2022: MARIA CARLOTA SPÍNOLA; *O Segundo Grau de Jurisdição em Matéria de Facto no Processo Civil Português*

Membros do Júri: Professor Doutor José Bonifácio Ramos; Professor Doutor Rui Pinto

Setembro/2021: NANAIDÊ FIDALGO SOUZA; *Inteligência Artificial na Advocacia – Advogado Artificial – Efeitos Práticos nos Escritórios*

Membros do Júri: Professora Doutora Catarina Monteiro Pires; Professor Doutor Rui Soares Pereira

Março/2021: NATÁLIA LOPES GONÇALVES; *Livre Apreciação da Prova e Prudente Convicção do Juiz*

Membros do Júri: Professor Doutor José Luís Bonifácio Ramos; Professora Doutora Isabel Alexandre

Julho/2020: BÁRBARA FERNANDES QUINA CORREIA FRANCO; *A responsabilidade do sócio único para com os credores sociais*

Membros do Júri: Professor Doutor João Espírito Santo Noronha; Professor Doutor Diogo Duarte

Junho/2020: FONSECA CATUMBELA PAULINO; *Fundamentação das Decisões Judiciais*

Membros do Júri: Professor Doutor José Bonifácio Ramos; Professor Doutor Nuno Pissarra

Maiço/2020: GRACIETE SÓNA MANÉ SEMEDO; *O Concurso de Infrações no Regime das Contraordenações do Código da Estrada na Guiné-Bissau*

Membros do Júri: Professor Doutor Paulo de Sousa Mendes; Professora Doutora Teresa Quintela de Brito

Novembro/2019: CRISTINA MARIA DA SILVA PENIM; *Da Competência Material quanto às ‘Acções’ Pendentes e Propostas após Declaração de Insolvência face ao Acórdão Uniformizador n.º 1/2014*

Membros do Júri: Professor Doutor Rui Pinto; Professor Doutor Nuno Pissarra

Outubro/2019: ANDRÉ TIAGO RIBEIRO SILVA; *As Ações Encobertas à Luz do Processo Penal Português*

Membros do Júri: Professor Doutor Paulo de Sousa Mendes; Professora Doutora Inês Ferreira Leite

Junho/2019: CATARINA SOFIA ALMEIDA BARATA; *Do Reconhecimento de decisões arbitrais estrangeiras: em especial, da falta de obrigatoriedade, suspensão ou anulação de uma decisão arbitral no estado em que foi proferida enquanto fundamento de recusa do reconhecimento*

Membros do Júri: Professora Doutora Elsa Dias de Oliveira; Professor Doutor Nuno Pissarra

Julho/2018: ANA CLÁUDIA NEVES VIEIRA FERNANDES; *O Seguro de Proteção Jurídica*

Membros do Júri: Professor Doutor José Alberto Vieira; Professor Doutor José Alves de Brito

Julho/2018: JOÃO FRANCISCO DA CRUZ PEREIRA DE SÁ; *Os Conteúdos gerados pelo utilizador e o Direitos de Autor.*

Membros do Júri: Professor Doutor José Alberto Vieira; Professor Doutor Alexandre Dias Pereira; Professora Doutora Isabel Graes

c) Participação em júris noutras instituições

(i) Provas de Mestrado na qualidade de arguente

Dezembro/2017: Mestrado em Direito das Empresas (ISCTE); MAFALDA SOFIA DE CARVALHO SILVA; *A Responsabilidade dos Administradores nas suas Diversas Vertentes e no Âmbito do Processo de Insolvência*

Membros do Júri: Professor Doutor Manuel António Pita; Professor Doutor António Espírito Santo

(ii) Provas de Mestrado na qualidade de vogal

Junho/2023: Mestrado em Direito Forense e Arbitragem (FDUN); INÊS BENTO PEDRO; *Da Ineptidão da Petição Inicial ao Convite ao Aperfeiçoamento*

Membros do Júri: Professora Doutora Mariana França Gouveia; Dr. João Cura Mariano

(iii) Provas diversas

Maio/2023: 10.º Concurso para os Tribunais Administrativos e Fiscais - Júri A/Via Profissional (Centro de Estudos Judiciários), participação na área de Direito Civil

3. ATIVIDADES RELEVANTES PARA A MISSÃO DA UNIVERSIDADE

i) Exercício de cargos e funções académicas

- (2022-...) Coordenador executivo do Curso de Pós-graduação “*Artificial Intelligence in Legal Practice and Its Regulation*”
- (2020 -...) Vice-Presidente do Gabinete de Saídas Profissionais da FDUL
- (2018 - 2022) Vogal da Comissão de Estudos Pós-graduados da FDUL

ii) Participações em projetos e organizações nacionais e internacionais de interesse científico, profissional e cultural

- (2023-...) Coordenador da linha de investigação em Inteligência Artificial, Tecnologia e Direito do Centro de Investigação em Direito Privado da FDUL
- (2023 - ...) Co-investigador principal (c/Professora Doutora Paula Costa e Silva) no projeto “Sociedade de Risco e Sociedade de Massas: os novos tipos de danos e as novas morfologias da tutela [Tutela Coletiva, Tutela Estruturante e Fundos de compensação dos danos ambientais]”, desenvolvido no Centro de Investigação em Direito Privado da FDUL
- (2025 -...) Investigador principal no projeto “Inteligência Artificial e Garantias Processuais”, desenvolvido no Centro de Investigação em Direito Privado da FDUL

4. OUTRAS ATIVIDADES PROFISSIONAIS

i) Advocacia

Instituição: J. Martins & T. Crespo – Sociedade de Advogados, SP, RL

Datas: setembro/2007 – presente

Função: Advogado

Instituição: PLMJ – Sociedade de Advogados

Datas: setembro/2004 – julho/2006

Função: Advogado-estagiário

ii) Membro de Órgãos Disciplinares

Instituição: Federação Portuguesa de Ciclismo

Datas: 2007-2011

Função: Presidente do Conselho de Disciplina

Datas: 2004 - 2007

Função: Vogal do Conselho Jurisdicional

Lisboa, 10 de outubro de 2023

Joao
Marques
Martins

Assinado de
forma digital por
Joao Marques
Martins

Dados: 2023.10.10
11:11:31 +01'00'



✗

9

**COMISSÃO PARA A INTERNACIONALIZAÇÃO DA
PRODUÇÃO CIENTÍFICA**

**RELATÓRIO DE ATIVIDADES - Dados Recolhidos pelos
Formulários sobre a Internacionalização dos Docentes da Faculdade de
Direito da Universidade de Lisboa durante os anos 2020 e 2021**

A Comissão para a Internacionalização da Produção Científica (de ora em diante, apenas Cpl) dos docentes e investigadores da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (FDUL) é um órgão *ad hoc* constituído no âmbito do Conselho Científico desta Faculdade.

A Cpl é composta por um presidente e quatro vogais, todos eleitos pelo plenário do CC.

A Cpl tem como competências a prossecução das finalidades de internacionalização da produção científica dos docentes e investigadores da FDUL, cabendo-lhe, nomeadamente, promover a tradução para a língua inglesa de artigos e similares para efeitos de publicação em periódicos e livros de edição internacional; apoiar a integração daqueles docentes em órgãos científicos de revistas estrangeiras e internacionais; contribuir para o custeamento de despesas relativas à sua participação em congressos e similares no estrangeiro; bem como sistematizar e registar dados de internacionalização relativos à produção científica daqueles docentes.

A internacionalização da atividade de investigação, de produção científica e de difusão pública de conhecimento corresponde a uma dimensão incontornável da função social das universidades públicas e constitui a um critério determinante para a projeção externa da Faculdade.

Nos termos do artigo 12.º do Regulamento da Cpl, compete a esta Comissão elaborar um registo da atividade internacional dos docentes da Escola em cada ano. Este registo é da máxima importância, não apenas para efeitos da avaliação de desempenho de cada docente, mas também para efeitos de avaliação externa da Faculdade.

A atividade internacional dos docentes a registar, inclui a informação sobre os seguintes itens:

- a) Publicações de artigos ou similares em revistas estrangeiras com *peer review* ou indexadas;
- b) Publicações de capítulos de livros ou de artigos em obras coletivas publicadas por editoras estrangeiras;
- c) Publicação de monografias em editoras estrangeiras;
- d) Edição de obras coletivas em editoras estrangeiras;
- e) Participação em órgãos sociais e científicos de revistas estrangeiras e de organizações científicas estrangeiras ou internacionais;

- f) As comunicações realizadas em eventos científicos internacionais realizados na FDUL, ou organizadas pela FDUL ou pelos seus Centros de Investigação;
- g) As comunicações realizadas em eventos científicos realizados no estrangeiro.

Em virtude das perturbações causadas pela pandemia de Covid-19, o registo relativo ao ano de 2020 não foi efetuado atempadamente, tendo havido a necessidade de se solicitar o preenchimento de dois formulários, um respeitante ao ano de 2020 e outro de 2021, já no decurso do ano de 2022.

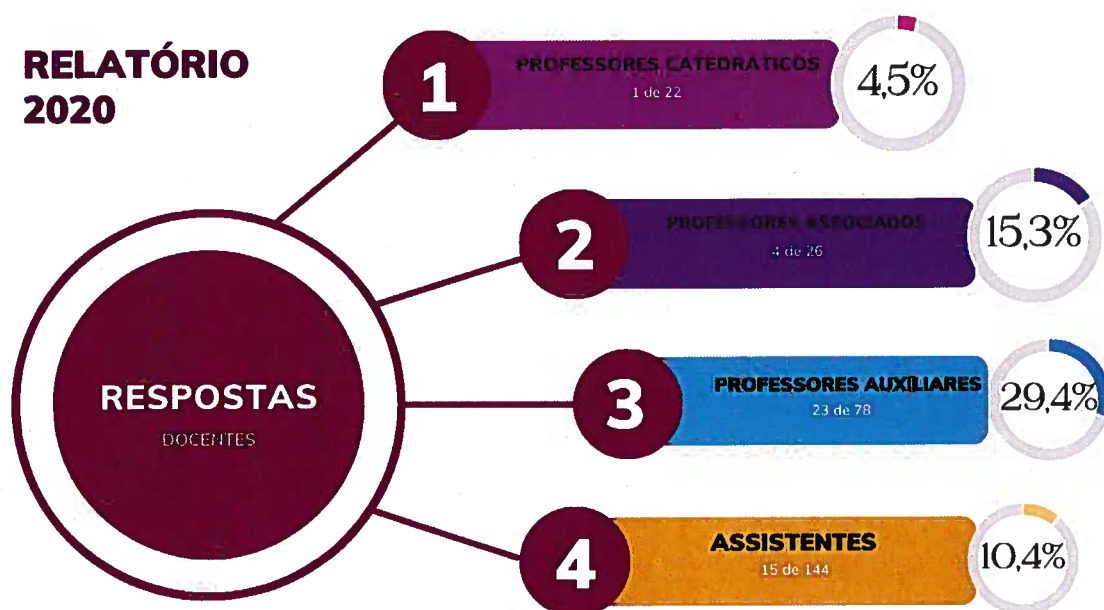
O Relatório em apreço retrata e sistematiza as respostas dadas pelos docentes e investigadores relativas ao ano de 2020 e 2021.

Após término do prazo para preenchimento dos formulários relativos à atividade internacional dos docentes, verificou-se uma taxa muito reduzida de resposta, em especial junto das/os Assistentes que exercem funções na Faculdade. Com efeito, apenas responderam aos inquéritos relativos aos anos de 2020 e de 2021, respetivamente, 10,4% e 9,7% das/os Assistentes que constituem o universo do inquérito.

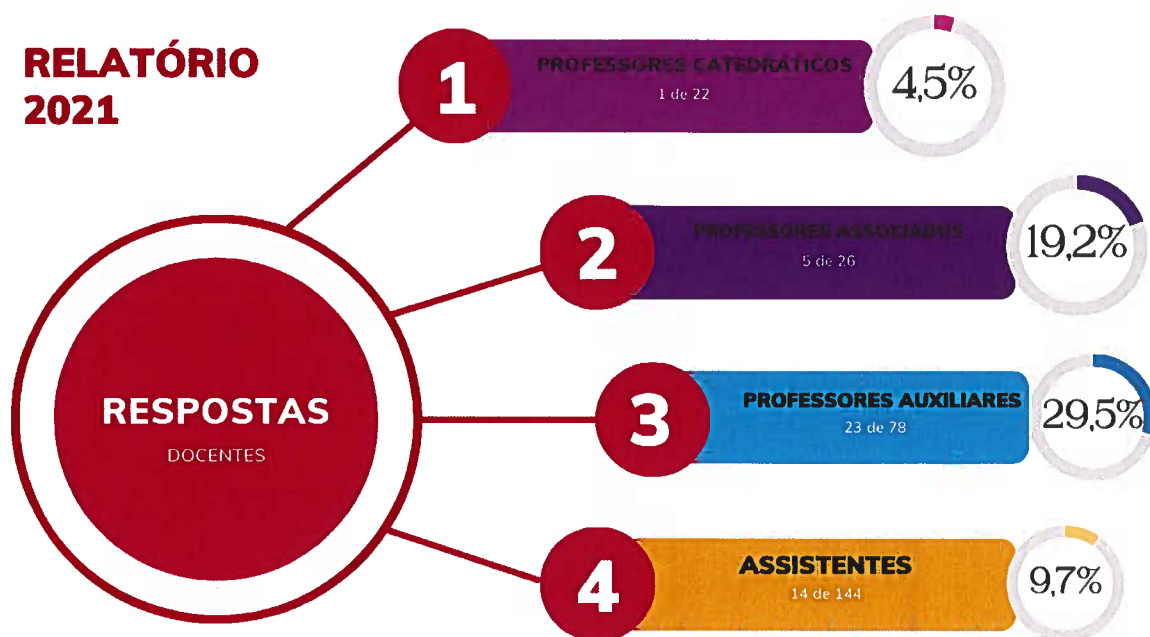
No que concerne aos Professores, responderam aos inquéritos relativos aos anos de 2020 e de 2021, respetivamente, 22,22% e 23,01% das/os Professoras/es que constituem o universo do inquérito.

Tais reduzidas taxas de resposta podem causar um enviesamento da análise estatística a realizar e conduzem a uma indesejável subvalorização da dimensão internacional da atividade científica e pedagógica.

RELATÓRIO 2020



RELATÓRIO 2021



Importa sensibilizar os docentes para a importância deste trabalho e para a necessidade de, no futuro, responderem às solicitações desta Comissão.

Os membros da Cpl:

Prof. Doutor Miguel Prata Roque (Presidente)

Prof.^a Doutora Ana Rita Gil

Prof. Doutor Guilherme Dray

Prof.^a Doutora Margarida Seixas

Prof. Doutor Nuno Cunha Rodrigues

Para a operacionalização da recolha dos dados sobre a internacionalização da produção científica dos docentes e investigadores da FDUL, foi enviado para o endereço institucional de todos os docentes da FDUL um formulário de preenchimento automático, conforme se demonstra:

Comissão para a Internacionalização da Produção Científica

Registo de Internacionalização

Nos termos dos arts. 12º e 13º do Regulamento da Cpl, procede esta Comissão, através do presente formulário, ao registo dos dados de natureza internacional dos docentes e investigadores da Faculdade de Direito atinentes a publicações, edições de obras, comunicações e participações em órgãos sociais e científicos de revistas e organizações científicas, reportados ao ano de 2020.

Para efeitos de registo, deve indicar a informação solicitada em cada um dos campos.

[Política de privacidade FDUL](#)

Título da imagem



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

Nome *

Texto de resposta curta

Email *

Texto de resposta curta



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Publicações de artigos ou similares em revistas estrangeiras com peer review ou indexadas: *

Texto de resposta longa

Publicações de capítulos de livros ou de artigos em obras colectivas publicadas por editoras estrangeiras: *

Texto de resposta longa

Publicação de monografias em editoras estrangeiras: *

Texto de resposta longa

Edição de obras colectivas em editoras estrangeiras: *

Texto de resposta longa

...

Participação em órgãos sociais e científicos de revistas estrangeiras e de organizações científicas estrangeiras ou internacionais: *

Texto de resposta longa

Comunicações realizadas em eventos científicos internacionais realizados na FDUL, ou organizadas pela FDUL ou pelos seus Centros de Investigação: *

Texto de resposta longa

...

Comunicações realizadas em eventos científicos realizados no estrangeiro: *

Texto de resposta longa

.....

Observações: *

Texto de resposta longa

.....

O formulário foi elaborado através do *Google Forms* e esteve disponível para submissão durante o período que decorreu entre o dia 24 de novembro de 2022 e o dia 17 de fevereiro de 2023.

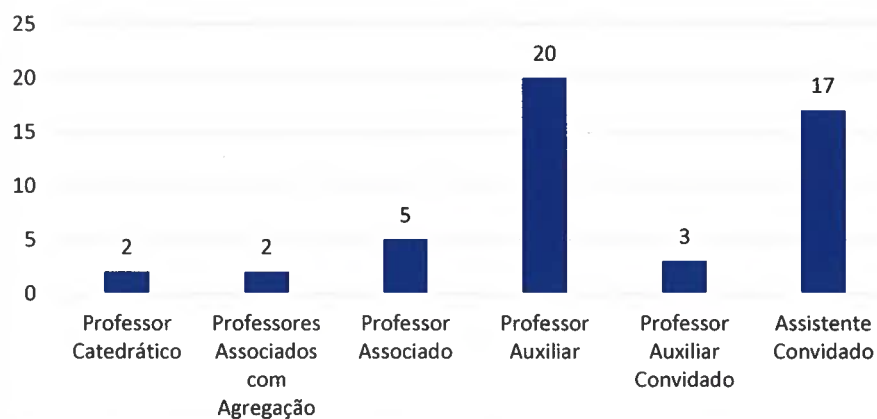
Durante o referido período, foram submetidos para registo um total de 97 formulários. Os formulários submetidos pelos Professores da FDUL foram exportados para páginas de Excel, sintetizando todas as informações coligidas, disponíveis em:

2020 - <https://l1nk.dev/7E0eg>

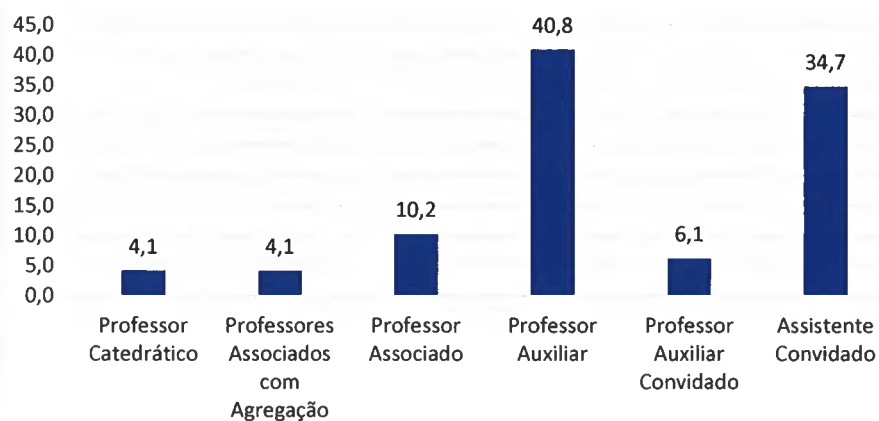
2021 - <https://l1nk.dev/eG8Tu>

2020

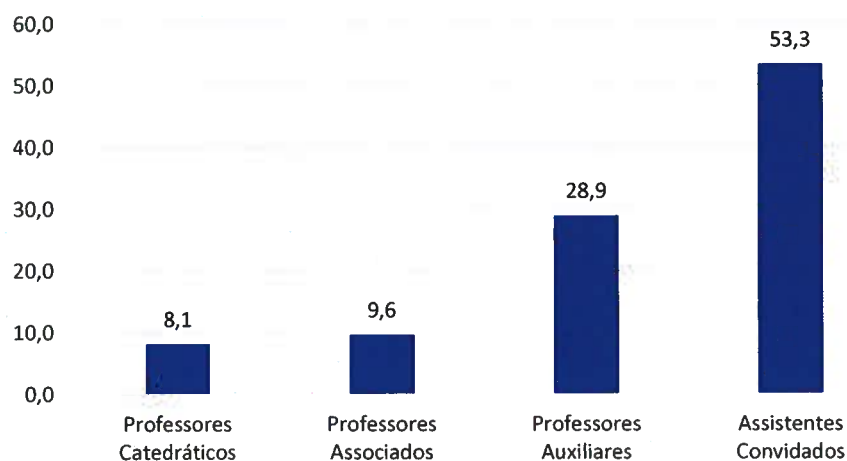
Formulários recebidos por categoria de Professores



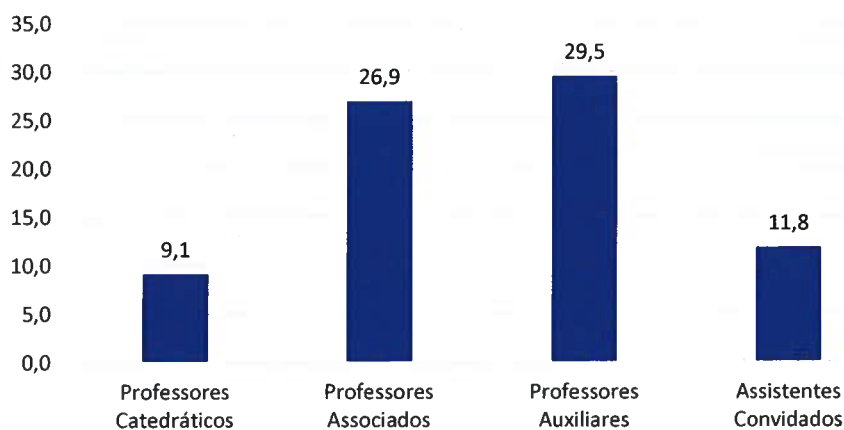
Formulários recebidos por categoria de Professores (%)



Universo de Professores FDUL (%)



Formulários recebidos por categoria de Professores face ao universo de Professores da FDUL (%)



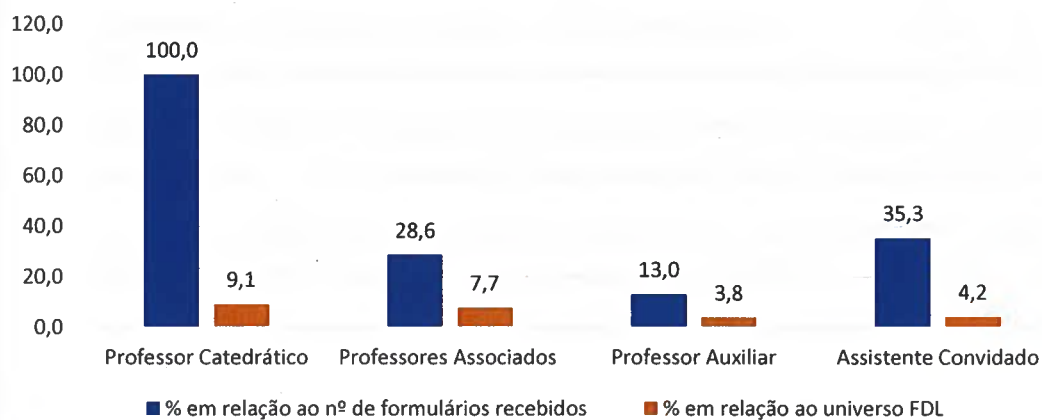


FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

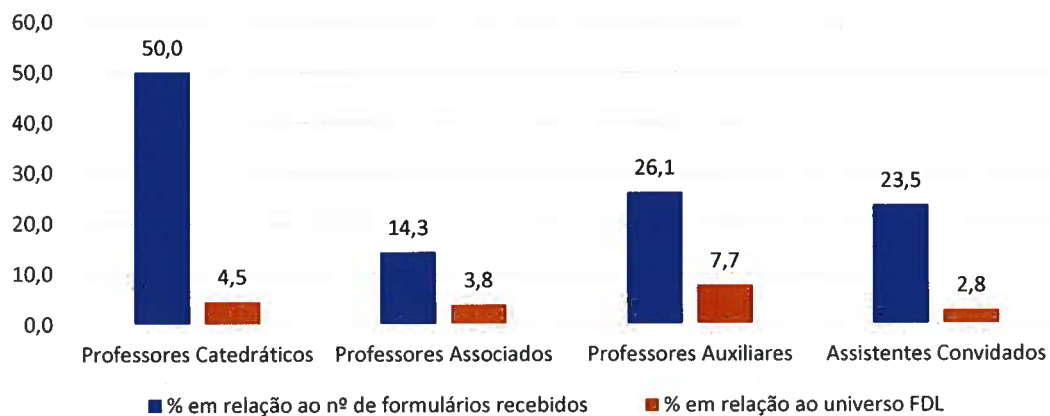
N.º total de revistas e de artigos indicados(as)



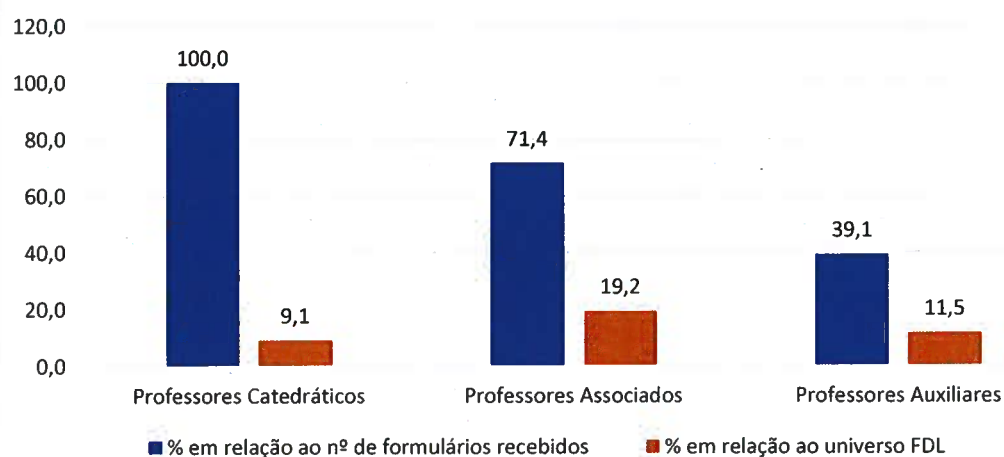
Q.1: Publicações de artigos ou similares em revistas estrangeiras com peer review ou indexadas



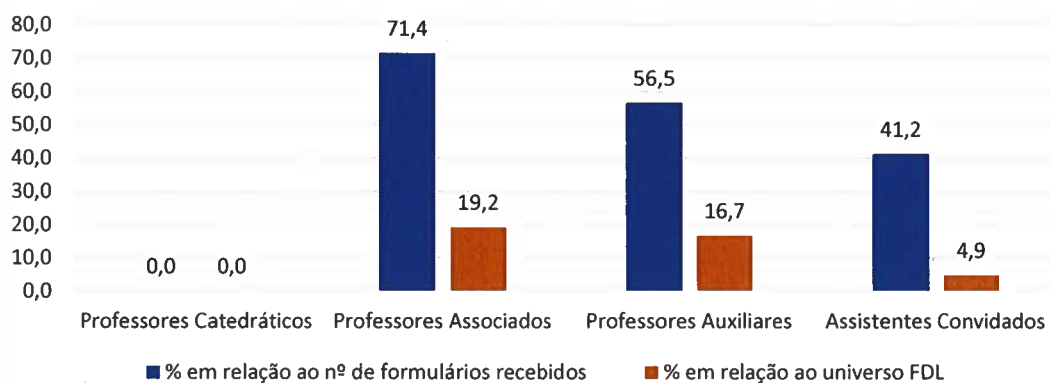
Publicações de capítulos de livros ou de artigos em obras colectivas publicadas por editoras estrangeiras



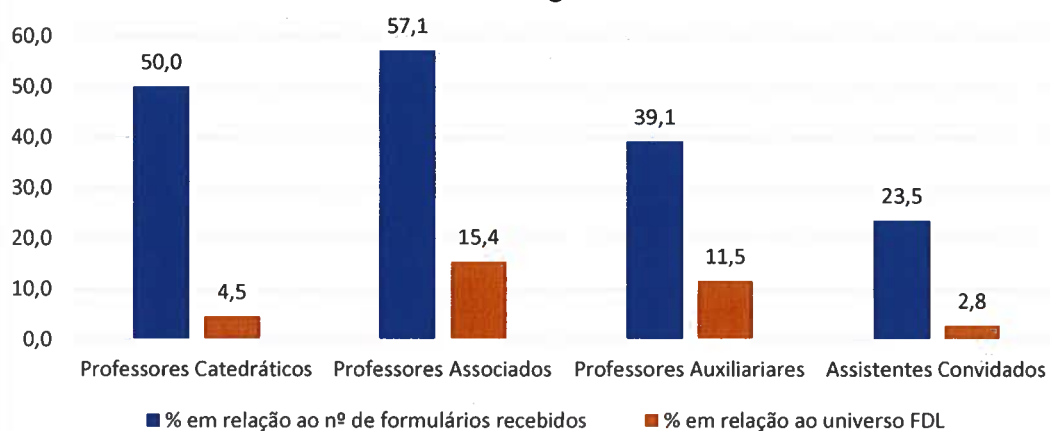
Edição de obras colectivas em editoras estrangeiras



**Comunicações realizadas em eventos científicos internacionais
realizados na FDUL, ou organizadas pela FDUL ou pelos seus
Centros de Investigação**

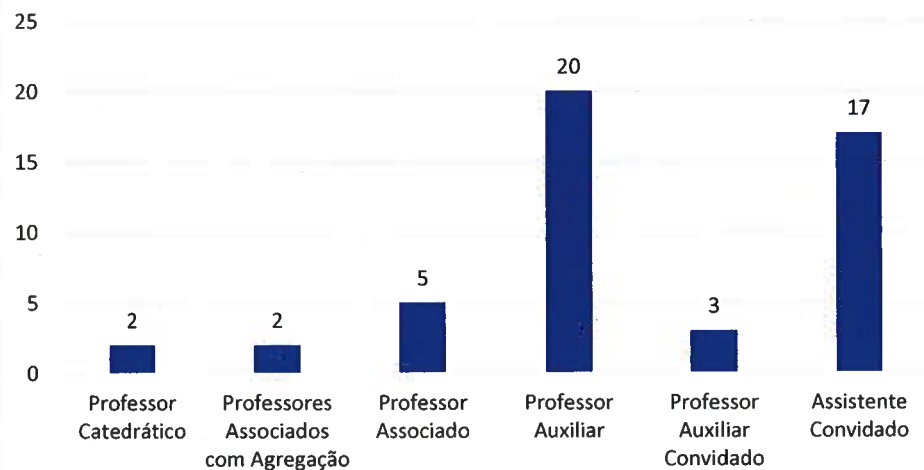


**Comunicações realizadas em eventos científicos realizados no
estrangeiro**

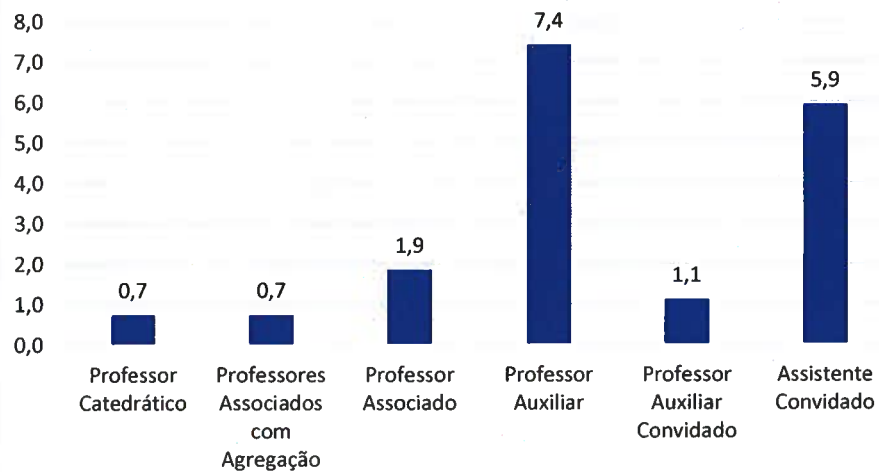


2021

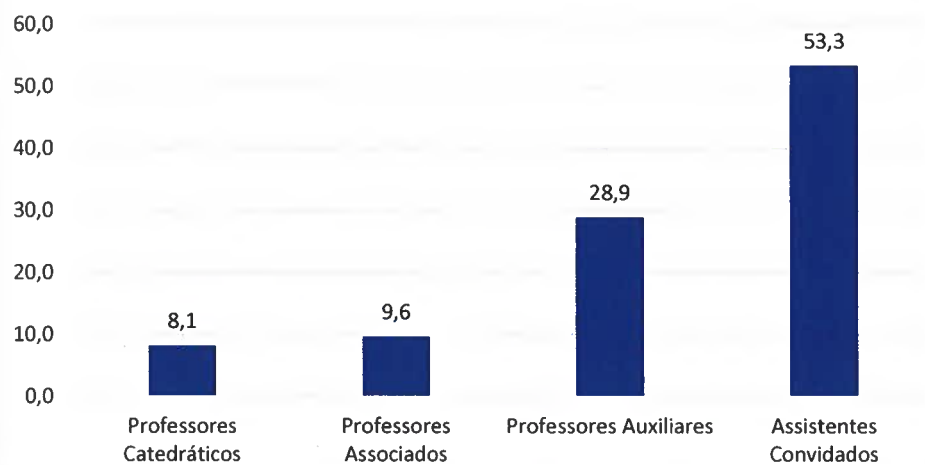
Formulários recebidos por categoria de Professores



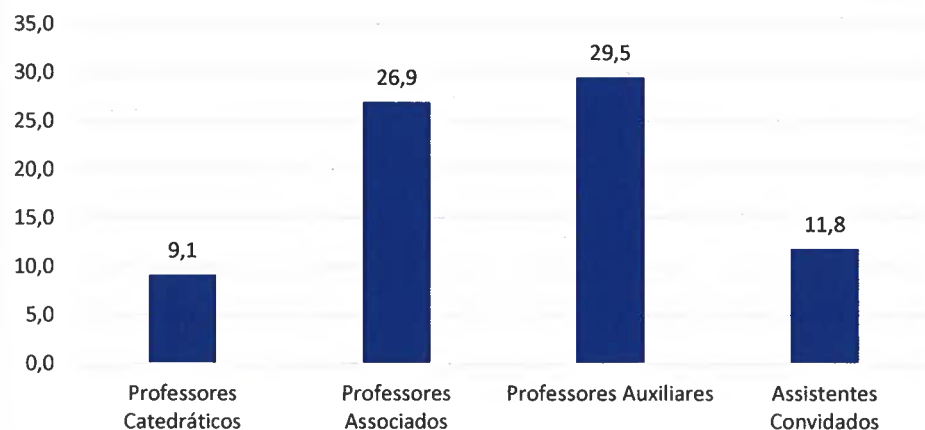
Formulários recebidos por categoria de Professores (%)



Universo de Professores FDUL (%)



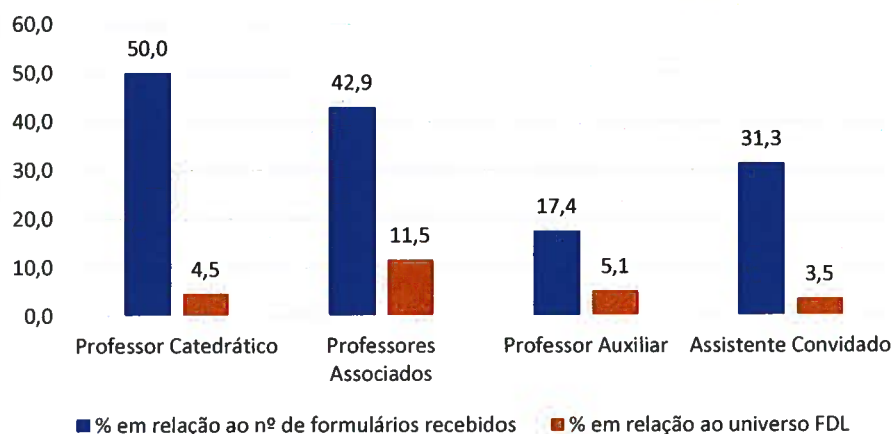
Formulários recebidos por categoria de Professores face ao universo de Professores da FDUL (%)



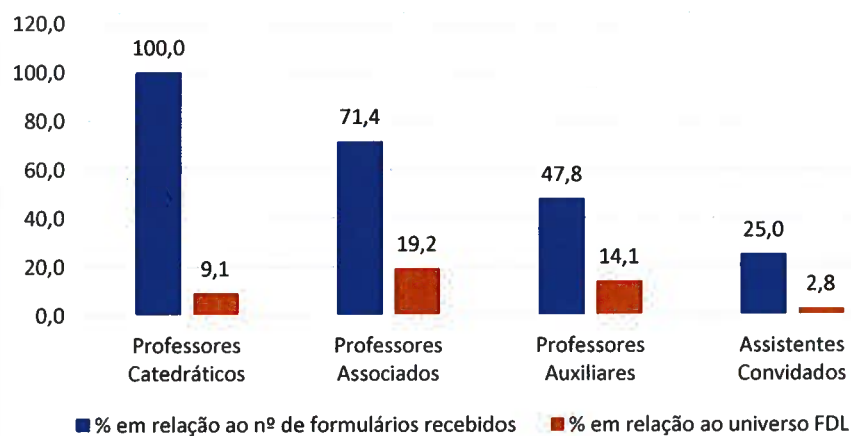
N.º total de revistas e de artigos indicados(as)



Publicações de artigos ou similares em revistas estrangeiras com peer review ou indexadas



Publicações de capítulos de livros ou de artigos em obras colectivas publicadas por editoras estrangeiras



Comunicações realizadas em eventos científicos internacionais realizados na FDUL, ou organizadas pela FDUL ou pelos seus Centros de Investigação



Comunicações realizadas em eventos científicos realizados no estrangeiro

